

e-ISBN: 978-65-87719-07-8

FOREXT

Volume VII

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Compromisso social e inovação

Antonio Wardison C. Silva
Paulo Fernando Campbell Franco
(Organizadores)



*Editora Universitária
Leopoldiana*



UNIVERSIDADE
**CATÓLICA
DE SANTOS**

Chanceler	Dom Tarcísio Scaramussa, SDB
Reitor	Prof. Me. Marcos Medina Leite
Pró-Reitora Administrativa	Prof ^ª . Dra. Mariângela Mendes Lomba Pinho
Pró-Reitora de Graduação	Prof ^ª . Dra. Rosângela Ballego Campanhã
Pró-Reitor de Pastoral	Prof. Me. Pe. Cláudio Scherer da Silva



*Editora Universitária
Leopoldianum*

Coordenador

Prof. Me. Marcelo Luciano Martins Di Renzo

Conselho Editorial (2020)

Prof. Me. Marcelo Luciano Martins Di Renzo (Presidente)

Prof. Dr. Fernando Rei

Prof. Dr. Gilberto Passos de Freitas

Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira

Prof. Dr. Luiz Carlos Moreira

Prof^ª Dra Maria Amélia do Rosário Santoro Franco

Prof. Dr. Paulo Ângelo Lorandi

Prof. Dr. Sergio Baxter Andreoli

Editora Universitária Leopoldianum

Av. Conselheiro Nébias, 300 - Vila Mathias
11015-002 - Santos - SP - Tel.: (13) 3205.5555
www.unisantos.br/edul

Atendimento

leopoldianum@unisantos.br

ANTONIO WARDISON C. SILVA
PAULO FERNANDO CAMPBELL FRANCO
(Organizadores)

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Compromisso social e inovação



*Editora Universitária
Leopoldiana*

Santos
2020

[Dados Internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
Maria Rita C. Rebello Nastasi - CRB-8/2240

Curricularização da extensão: compromisso social e
inovação / Antonio Wardison C. Silva, Paulo Fernando
Campbell Franco (Organizadores). -- Santos (SP) :

Editora Universitária Leopoldianum, 2020.

204 p.

e-ISBN: 978-65-87719-07-8

1. Ensino superior. 2. Currículos - Mudança. 3. Educação
- Estudo e ensino. 4. Extensão universitária I.Silva,
Antonio Wardison C.. II.Franco, Paulo Fernando Campbell -
1960-. III. Título.

CDU: e-book

- Organizadores -

Antonio Wardison C. Silva

Doutor em Filosofia (PUC-SP), Pró-Reitor de Extensão, Ação Comunitária e Pastoral
do UNISAL.

Paulo Fernando Campbell Franco

Mestre em História Social (USP), Assessor de Extensão Universitária da Unisantos.

Revisão

Antonio Wardison C. Silva, Paulo F. Campbell Franco e EDUL

Planejamento Gráfico / Diagramação / Capa

Elcio Prado

Imagem capa

Shutterstock

Sobre o ebook

Formato: 140 x 210 mm • **Mancha:** 100 x 170 mm

Tipologia: Times New Roman (textos)

Gill Sans MT (títulos)

Este ebook foi produzido em outubro de 2020.

Colabore com a produção científica e cultural.
**Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização
do editor.**

**Coordenação Nacional do Fórum Nacional de
Extensão e Ação Comunitária das Universidades
e Instituições de Ensino Superior Comunitárias
(ForExt)**

Presidente

*Profa. Dra. Yoná da Silva Dalonso
(Universidade da Região de Joinville)*

Vice-Presidente

*Prof. Dr. Rogério Bazi
(PUC-Campinas)*

Secretário Geral

*Dr. Rogério da Silva
(Universidade de Passo Fundo)*

Organizadores da presente edição

*Dr. Antonio Wardison C. Silva
(PUC-São Paulo)*

*Prof. Me. Paulo Fernando Campbell Franco
(Universidade Católica de Santos)*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....8

Prof. Me. Marcos Medina Leite

1. O processo de inserção curricular da extensão na UNIVALI.....11

Attela J. Provesi, Cristiane M. Riffel e Regina L. Hostins

2. Curricularização da Extensão: compromisso social e inovação acadêmica.....24

José Augusto S. Magalhães e Sara N. Marta

3. Prática extensionista na compreensão da vulnerabilidade social em meio à pandemia da Covid-19.....36

Cristiano M. da Silva, Eliane N. Rosandiski, Paulo Ricardo S.

Oliveira, Stela Cristina de Godoi e Vera Lúcia dos Santos Placido

4. Prática extensionista em meio ao isolamento social: desafios e aprendizagem.....51

Amilton da Costa Lamas, Francisco de Salles Cintra Gomes e Vera Lucia dos Santos Placido

5. A extensão universitária e seu papel de transformação social no contexto da medicina transfusional em tempos de pandemia.....67

Agnes G. Wagner, Francesco E. C. Piassa, Manuela M. P. dos Santos,

Luísa F. Pelle, Luiza M. Volpi e Cristiane da Silva R. de Araújo

6. A motivação dos alunos de engenharia diante das inovações e dos desafios da extensão.....83

Francisco de Salles C. Gomes e Amilton da Costa Lamas

7. Transição do projeto PUC Mais Idade - UnAI Betim para o cenário virtual durante a pandemia de

Covid-19.....98

Agatha C. F. da Cruz, Dayane Jhenifer R. Silva, Maria Clara B.V. Amorim, Mariana P. de Souza Carmo, Nayara G. Martins e Sabrina O. Viana Balbi

8. A adaptação da prática em extensão universitária: nova forma de aplicar seus pilares por meio da inovação.....112

Natália R. Baraldi, Maria Fernanda R. Dezan e José Francisco Kerr Saraiva

9. Prepara ENEM: uma reflexão sobre práticas colaborativas entre agentes na construção da extensão universitária.....127

Bianca K. Mazetto, Eloísa da Rosa Oliveira, Fernanda G. F. Sonego e Gian Carlos da Silva

10. Visita domiciliar virtual – inovação acadêmica na extensão universitária.....141

Alex S. Oliveira, Augusto Fey, Eduardo B. Voelz, Graciela S. M. R. Bagatoli, Itairan da Silva Terres, Jeancarlo Visenteiner, João V. Cláudio Teixeira, Lilian A. Borges, Marcelo Vier Gambetta, Mateus C. F. e Tatiane M. Barbosa

11. Projeto de extensão “Blog O Corujal” Para uma pedagogia da extensão na formação inicial.....155

Beatriz A. de Almeida, Daniela D. dos Anjos e Débora R. Garcia

12. Gestão de Custos da Agricultura Familiar: um relato das atividades de extensão no período de 2018 a 2020.....170

Andréia Cittadin, André A. Zanelatto, Jhonatan I. dos Santos e Manoel V. Menegali

13. Indicadores para a avaliação da Extensão: a experiência extensionista do UNISAL.....184

Antonio W. C. Silva, Fátima Medeiros e Sérgio A. B. Júnior

APRESENTAÇÃO

Prof. Me. Marcos Medina Leite
- Reitor da Universidade Católica de Santos -

É com satisfação que apresentamos VII volume da série Livro ForExt que visa congrega, em torno de um tema central — Curricularização da Extensão: compromisso social e inovação —, artigos de professores de Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitária, buscando oferecer um painel crítico, atualizado e diversificado da temática proposta.

Vale lembrar que a curricularização da extensão universitária — meta a ser atendida a partir do Plano Nacional da Educação (PNE 2014/2020) e regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 —, desafia as instituições de ensino superior a ousar e construir uma nova identidade para a Universidade, em termos de mudanças de paradigmas curriculares, de processo ensino-aprendizagem, de avaliação e de gestão.

Por esses motivos, o tema Curricularização da Extensão: compromisso social e inovação expressa bem a incumbência das Instituições de Educação Superior com a consolidação do papel da extensão, em uma ideia transversal de universidade, que possa fortalecer a sua posição integradora da gestão, ensino e pesquisa a partir da curricularização efetiva.

Cumpramos chamar a atenção para o fato de que no momento em que este volume do Livro estiver sendo lançado, a pandemia de Covid-19 já terá remodelado a forma como nos relacionamos com os outros e com nós mesmos. Além disso, põs em evidência diversas questões que as instituições de ensino superior, com maior razão ainda, são desafiadas a discutir, a lidar e a contribuir, como: as desigualdades presentes na sociedade que se revelaram com toda a intensidade.

Com essas circunstâncias e diante de um cenário tão desafiador, não é difícil perceber que propósitos orientadores da ra-

ção de existir das universidades comunitárias tocam mais fundo, como por exemplo, a aprendizagem vivencial significativa e a formação de um profissional capaz de enxergar na realidade social os problemas que precisam ser enfrentados. Residem aqui os princípios essenciais para conceber a tarefa de pensar a inserção curricular da extensão universitária como um processo que aponta para a finalidade do percurso da aprendizagem: uma formação potencializada pela inserção crítica e criativa na sociedade como condição fundamental da trajetória acadêmica.

Nesse sentido, são significativas as contribuições das múltiplas vozes que falam por meio dos textos apresentados neste VII volume da série Livro ForExt. Eis aqui um assunto do qual o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitária (ForExt), desde a sua criação em 1999, participa, desenha caminhos e compartilha esperanças. Sim, esperanças na extensão universitária — potencializadora do diálogo, do respeito, da integração entre docentes, discentes e comunidade, além de reflexões críticas da realidade em prol de objetivos gestados a partir dos olhares cuidadosos da comunidade acadêmica sobre o princípio de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, vislumbrando suas potencialidades e desafios.

Seguem-se artigos que tratam de variadas temáticas, tendo sempre a atuação extensionista nas universidades comunitárias como seu eixo constitutivo, nos convidando a avançar nas reflexões sobre processos, inovação e desafios da inserção curricular da extensão, além de servir como uma amostra variada de produção de conhecimento sobre a temática proposta. Ao lado de reflexões de ordem mais conceitual, relatos de experiências indicam as potencialidades dos enfoques propostos e de novas possibilidades de inserção da extensão, em particular as práticas extensionistas em meio à pandemia de Covid-19.

Assim sendo, na amostragem do livro encontraremos artigos que revelam experiências positivas no processo de inserção curricular da extensão, ao considerar mudanças de orientações e de estratégias para a sustentabilidade; outros relacionados às exigências de adaptação das práticas extensionistas diante de

problemas típicos de uma sociedade plural e interconectada; e também os textos que, a partir dos marcos regulatórios da extensão universitária tecem reflexões sobre a extensão como princípio de aprendizagem; por fim, aqueles que refletem os desafios e a potencialização das ações extensionistas, quando se considera, por exemplo, os indicadores para a avaliação da extensão.

Para concluir, uma última observação: é possível perceber que o livro, em seu VII volume, oferece um conjunto de artigos diversificados, coadunado aos seus objetivos principais em contemplar a Extensão em seus abrangentes significados. Desejamos a todos uma boa leitura.

O processo de inserção curricular da extensão na UNIVALI

Attela Jenichen Provesi¹

Cristiane Maria Riffel²

Regina Linhares Hostins³

Introdução

Em 2018, a universidade realizou um trabalho de estruturação das Escolas do Conhecimento⁴, uma inovação na estrutura acadêmica e pedagógica para responder às novas exigências de transversalidade, ao redesenho das relações ensino-aprendizagem e às novas formas de produção do conhecimento: interdisciplinar e intercultural. A partir de então, organizada em Escolas do Conhecimento, a universidade adotou um modelo de currículo conectado que se pauta em quatro formas de conexão: nas estruturas, nas relações, nas experiências de aprendizagem e nas fronteiras espaço-tempo.

Busca-se nas estruturas acadêmicas relações expandidas, distributivas e cooperativas entre escolas, cursos e estudantes, para estabelecer novos laços, produzir diálogos e ações articuladas

¹ Mestre em Administração, Coordenadora de Projetos e Programas de Extensão da Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Univali.

² Mestre em Extensão Rural, atua na Coordenação de Projetos e Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Univali.

³ Doutora em Educação, Diretora de Educação da Vice-Reitoria de Graduação e Desenvolvimento Institucional da Univali.

⁴ Na Univali, as Escolas de Conhecimento estão organizadas da seguinte forma: Escola de Artes, Comunicação e Hospitalidade; Escola da Educação; Escola de Ciência da Saúde; Escola de Ciências Jurídicas e Sociais; Escola do Mar, Ciência e Tecnologia; e Escola de Negócios. Trata-se de um projeto institucional que tem como premissa a integração das áreas e níveis de atuação e promove o conhecimento em rede: educação básica, graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

com diferentes áreas e nas diferentes dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. Nas experiências de aprendizagem busca-se ampliar o campo de visão e de atuação do aluno para que este estabeleça relações mediadas com outros protagonistas e com experiências extracurriculares que viabilizem uma vida acadêmica de desenvolvimento intelectual e pessoal que se estende para além da sala de aula e da universidade.

“Ver com outros, eis aí a questão, já que vemos sempre sozinhos e apenas compartilhamos aquilo que escapa à vista” (MONDZAIN, 2002, p.51). Nessa dimensão do compartilhamento há um elemento importante que trabalha para a busca de posições comuns e diferentes, a mudança de lugar e enfoque, a negociação de sentidos e experiências, a construção conjunta de novos olhares e novas ações.

Desse modo, com a concepção de currículo conectado, a Universidade ajuda seu estudante a seguir construindo uma sociedade na qual importa o que acontece com o outro, “seja este outro nosso estudante, nosso colega, nosso vizinho, nosso conhecido ou ‘o estrangeiro’, e que nos importe o suficiente para demonstrar-lhe nossa atenção” (DUSSEL, 2009, p.361). Mais do que isso, a Universidade possibilita aos estudantes a compreensão das dinâmicas assimétricas de países, populações e culturas diversos (MORACE, 2015), a construção de objetivos comuns, a discussão de pontos de vista, a busca compartilhada de soluções.

Em face desses pressupostos e para atender a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, a partir de 2018, a Universidade iniciou o processo de inserção curricular da extensão. Com base num permanente diálogo entre a Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e a Vice-Reitoria de Graduação e Desenvolvimento Institucional definiu-se que uma das estratégias seria a implantação de uma disciplina denominada de Projeto Comunitário de Extensão Universitária, com carga horária de 60 horas em todos os cursos de graduação.

A concepção da disciplina tem como premissa a necessidade de ser articulada com os programas e projetos de extensão em desenvolvimento na Universidade. Assim, qualquer atividade realizada nas comunidades pelos alunos devem partir de demandas

e diagnósticos apontadas pelos projetos e programas em andamento, com vistas a compreender o papel da Universidade e dos profissionais por ela formados na melhoria da qualidade de vida das comunidades e a formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Nesta perspectiva, objetivamos neste trabalho compartilhar a experiência da Univali no processo implantação de uma disciplina como estratégia de inserção curricular da extensão. Objetivamos ainda apresentar a dinâmica para a concepção e implantação da disciplina nos curso de graduação presencial.

1.A política de extensão na Univali

A extensão universitária é compreendida na Univali como um processo acadêmico-pedagógico, que promove o intercâmbio de saberes entre a universidade e a comunidade, com o desenvolvimento de atividades que contribuam na formação profissional e cidadã dos acadêmicos e no desenvolvimento regional. Esta prioriza o desenvolvimento de ações que envolvam a comunidade externa, em interação com os acadêmicos e professores, de modo a viabilizar a vivência dos valores essenciais ao exercício da cidadania e a reflexão sobre o conhecimento produzido na universidade.

A política de extensão da Universidade integra o Plano de Desenvolvimento Institucional e busca orientar e qualificar o desenvolvimento dos projetos e atividades, com a compreensão de que extensão universitária é uma dimensão do fazer acadêmico, um processo didático-pedagógico articulado ao ensino e à pesquisa. O desenvolvimento de projetos/programas priorizam à melhoria da qualidade de vida, à garantia dos direitos e da dignidade humana e a promoção da sustentabilidade.

Conforme estabelece a política, os projetos e as atividades de extensão devem ter coerência com os projetos pedagógicos dos cursos e das Escolas do Conhecimento⁵. A sua elaboração

⁵ Na Univali, as escolas de conhecimento estão organizadas da seguinte forma: Escola de Artes, Comunicação e Hospitalidade; Escola da Educação; Escola de Ciência da Saúde; Escola de Ciências Jurídicas e Sociais; Escola do Mar, Ciência e Tecnologia; e Escola de Negócios. Trata-se de um projeto institucional

deve ter como *princípio estruturante* o papel deste na formação acadêmica e profissional dos alunos; e no atendimento às necessidades e as demandas dos grupos sociais e da comunidade. Portanto, é fundamental no processo de planejamento da extensão reiterar o papel da Universidade na sociedade - na formação, na produção e socialização do conhecimento (diferente de empresa, entidade não governamental, governo).

O planejamento de projetos/programas requer ainda a definição da metodologia de trabalho comunitário. O processo de diagnóstico da realidade social, de definição das estratégias de intervenção e a definição de indicadores de avaliação dos resultados precisam ser definidos a partir de referenciais teórico-metodológicos.

A partir de 2018 a Univali definiu como diretriz que projetos ou programas de extensão devam estar alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. O desenvolvimento sustentável é entendido como um “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. A concepção alerta para o cuidado com a exploração irracional dos recursos naturais, para o respeito aos direitos humanos, à promoção e ao exercício da cidadania e à forma de produção, distribuição consumo de bens e serviços” (ETHOS, 2017)

Com base nesta visão, os ODS foram elaborados por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável que pactuou, entre os seus 193 países membros, a “Agenda 2030”. Essa Agenda consiste em 17 Objetivos, 169 metas e 231 indicadores que estabelecem compromissos sociais, ambientais e econômicos a ser cumpridos por governos, empresas, academia e sociedade civil até o ano de 2030. (PNUD)

Desde a implementação da Agenda dos ODM no Brasil, por meio da estratégia de Municipalização, o PNUD busca estabelecer uma relação de parceria com Universidades, e que tem como premissa a integração das áreas e níveis de atuação e promove o conhecimento em rede: educação básica, graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. As estruturas acadêmicas deixam de ser centralizadas para serem expandidas, distributivas e cooperativas entre escolas, cursos e estudantes. Com isso, os currículos passam a ser integrados, com mais disciplinas práticas, núcleos integradores de disciplinas para vários cursos, e o ensino ganha mais possibilidades de ser híbrido entre o presencial e a distância.

organizações que trabalham o tema da educação. De acordo com PNUD, as Instituições de Ensino Superior (IES) por meio do ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, são espaços privilegiados à busca das soluções que os objetivos pactuados apontam. Ainda entende as Universidades como espaços de diversidade, discussão e construção de novos caminhos para um futuro sustentável, estimulando o trabalho colaborativo como base de sua atuação.

Neste sentido, a Univali por meio da concepção de projetos e programas institucionais de extensão entende “os ODS como estratégia transformadora, sistêmica e inclusiva, com o compromisso de promover uma cultura de desenvolvimento sustentável, contribuir na formação de uma nova geração comprometida com esse tipo de desenvolvimento e desenvolver agenda acadêmica em convergência com os ODS”. (PNUD)

Em 2019 a Univali desenvolveu 78 projetos de extensão e 18 programas institucionais. Como instituição comunitária, investe recursos em projetos de extensão que promovem socialização de saberes na perspectiva de buscar soluções que dialoguem com a realidade socioambientais e locais.

2. O processo de inserção curricular da extensão

A Univali sendo uma instituição de ensino superior comunitária tem como missão promover educação que possibilite atender às necessidades humanas de forma sistêmica, criativa e sustentável.. Para tanto propõe a inserção curricular através de atividades de extensão desenvolvidas na formação do estudante como componente curricular obrigatório para a integralização do curso no qual está matriculado, atendendo a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação.

A Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE

(BRASIL, Lei 13.005, 2014) prevê “(...) no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. (BRASIL, 2014, p.74). A meta do PNE revela uma transição pragmática do ensino superior brasileiro “a partir da reconexão social das IES, da ressignificação do ensino superior e do reconhecimento da extensão como função acadêmica integrada ao currículo.” (IMPERATORE *et al*, 2015, p.2).

O Ministério da Educação por meio da Resolução nº7 de 12 de dezembro de 2018 estabeleceu as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimentou o disposto na Meta 12.7 do PNE. Conforme o Artigo 2,

“As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios”

No processo complexo da inserção curricular da extensão, Dalmolin *et al.* (2017) chamam a atenção para o esforço em se pensar na transversalidade entre a extensão, a pesquisa e o ensino de maneira dialógica com a sociedade.

A concretização da curricularização, assim como da indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão, supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se

referenciam na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e no interesse da maioria da sociedade. Dessa forma, acredita-se que a cada instituição cabe encontrar o seu caminho, correndo riscos e avaliando constantemente o seu processo com o *dentro* e o *fora* dela, sem nunca perder de vista a formação para a autenticidade e para a pluralidade e convivência democrática. (DALMOLIN *et al.*, 2017, p.33)

Ainda na concepção de Dalmolin *et al.* (2017), a curricularização é a compreensão do currículo como um fenômeno que não pode ser distanciado das demandas da realidade. Por isso é preciso “considerar a singularidade de cada curso e de cada contexto histórico-social, buscando metodologias criativas e dinâmicas, que resultem em *salas de aulas* abertas e atrativas para os estudantes”. (DALMOLIN *et al.*, 2017)

A meta 12.7 do PNE indica para a centralidade que a extensão universitária deve ter na formação profissional e produção do conhecimento nas Universidade Brasileiras. O desenvolvimento da extensão universitária deve ser visto como processo acadêmico-pedagógico de formação de pessoas e produção de conhecimento com vistas a transformação social. (FORPROEX, 2012) A partir desta perspectiva a Universidade definiu que uma das estratégias a serem adotadas pelos cursos para atender a Meta 12.7 seria a implantação de uma disciplina.

3. A implantação da disciplina Projeto Comunitário de Extensão Universitária

O estudo para definir estratégias de inserção curricular iniciou na Univali em 2016 com a formação de grupo de trabalho formado por quatro docentes – dois representantes da Extensão e dois docentes representando a área de Ensino da instituição. O grupo acompanhou as discussões do ForExt sobre o tema, realizou oficinas de formação com os docentes, além de análise das experiências de outras instituições brasileiras.

3.1 O desenho da disciplina

Em 2019 a Universidade implantou o Currículo Conectado⁶ com a criação de um Núcleo Integrado de Disciplinas – NID. O Núcleo que contempla oferta de disciplinas a serem compartilhadas por estudantes de vários cursos e estruturadas por trilhas de conhecimentos denominadas de humanidades, gestão e tecnologias.

Com a concepção do currículo conectado definiu-se a criação em todos os cursos de graduação da disciplina de Projeto Comunitário de Extensão Universitária como estratégia de inserção curricular da extensão. A oferta da disciplina de tornou-se obrigatória e ocorre na modalidade presencial, vinculada ao NID sob responsabilidade da Diretoria de Educação da Vice-Reitoria de Ensino e Coordenação de Programas e Projetos de Extensão da Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

Desde o início a preocupação central estava em como oportunizar que todos os alunos da graduação, matriculados em diferentes períodos matutino, vespertino e noturno, tivessem a oportunidade de vivenciar a extensão. Também que não fosse uma disciplina exclusivamente teórica ou uma forma de estímulo ao trabalho voluntário. Mas que o fazer da sala de aula estivesse articulado com as áreas de conhecimento e com a missão da Universidade na sociedade.

Para concretizar a inserção curricular da extensão foi preciso considerar as características da Univali como Universidade Comunitária, onde boa parte dos recursos provêm das mensalida-

⁶ A Univali implantou em 2018 o projeto de Currículo Conectado com o propósito de conectar o ensino, pesquisa, extensão universitária, tecnologias, inovação e internacionalização em ações conjuntas em redes e não lineares. Ele estimula os estudantes a aprender fazendo pesquisas, mediados pelas tecnologias, com foco na solução de problemas e na produção de ideias com um olhar para o mundo e para o outro. Com isso, os currículos passam a ser integrados, com mais disciplinas práticas e núcleos integradores de disciplinas para vários cursos, e o ensino ganha mais possibilidades de assumir modelos flexíveis, amigáveis, híbridos, invertidos e de vivências práticas. São novos formatos de cursos, com inserção efetiva nas comunidades de entorno, aprendizagem em ambientes colaborativos e salas de aula reconfiguradas, buscando a transversalidade de áreas e o engajamento, tanto emotivo quanto intelectual, dos estudantes e docentes. (PDI, 2020).

des. Foi preciso equacionar a necessidade de integrar a extensão no currículo como também da viabilidade financeira.

A partir do diálogo contínuo entre a Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e a Vice-Reitoria de Graduação definiu-se os objetivos, plano de ensino e estratégias que permitissem a articulação com os projetos e programas de extensão em andamento as dinâmicas da disciplina. A concepção da disciplina tem como premissa a necessidade de ser articulada com os programas e projetos de extensão em desenvolvimento na Universidade. Desta forma, qualquer atividade realizada nas comunidades pelos alunos devem partir de demandas e diagnósticos apontadas pelos projetos e programas em andamento, com vistas a compreender o papel da Universidade e dos profissionais por ela formados na melhoria da qualidade de vida das comunidades e a formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Com a definição do caráter teórico-prático disciplina e sua oferta na modalidade presencial e carga horária 60 horas (60h/a) os NDEs dos cursos de graduação definiram o período em que a disciplina seria ofertada. A orientação era de que fosse oferecida partir do terceiro semestre quando o acadêmico já compreende os fundamentos da sua profissão e da área do conhecimento. Na prática a oferta ficou variado com cursos está na matriz curricular no segundo semestre como é o caso do Curso de Enfermagem, cursos oferecem período Arquitetura.

O passo seguinte foi a concepção da dinâmica da disciplina, com a definição da ementa, conteúdos e avaliações. No conteúdo programático definiu-se três eixos primordiais – os princípios da Extensão Universitária; a elaboração de um projetos comunitários; habilidade e as competências no desenvolvimento de projetos com a comunidade.

A seleção dos professores para ministrar a disciplina foi realizado via edital interno. Desde o início entendeu-se que um critério para ministrar a disciplina fosse a experiência do docente no desenvolvimento de projetos ou programas de extensão universitária.

3.2 A implantação e o monitoramento

A realização pelo acadêmico da disciplina tem como objetivos vivenciar os projetos de extensão da Universidade, a fim de mobilizar a comunidade acadêmica para a cultura da responsabilidade, sustentabilidade e integração social, por meio de ações comunitárias, desenvolvidas em parceria com entidades da sociedade civil. Objetiva desenvolver projetos com vistas a compreender o papel da Universidade e dos profissionais por ela formados na melhoria da qualidade de vida das comunidades; e desenvolver uma atitude profissional e cidadã, com a formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Após a definição dos docentes iniciou-se uma fase de formação da equipe com reuniões para apresentar o plano de ensino, definir as avaliações, as estratégias de ensino, além de compartilhar bibliografias. Os encontros também foram fundamentais para definir possíveis demandas das comunidades a serem trabalhadas em sala, oportunizando o trabalho comunitário dos acadêmicos mas trabalho este que deveria ser articulado com os projetos já desenvolvidos pela Univali.

Conforme já abordado a concepção da disciplina teve como diretriz que qualquer atividade realizada pelos acadêmicos nas comunidades devessem partir de demandas e diagnósticos apontadas pelos projetos e programas de extensão em andamento. Ou seja, teve-se a preocupação de que as atividades desenvolvidas pelos alunos estejam articuladas com projetos extensão da Universidade como forma de evitar a sobreposição de trabalhos nas entidades e mesmo gerar “estresse” na comunidade.

A primeira oferta da disciplina ocorreu no segundo semestre de 2019. No primeiro momento registramos a formação de cinco turmas com uma média de 50 alunos por turma. Como a disciplina integra o NID as turmas têm como característica de serem mistas com alunos de diferentes cursos de graduação e mesmo de diferentes Escolas do Conhecimento. Por exemplo, as turmas eram formadas por alunos de biomedicina, enfermagem, farmácia, odontologia e pedagogia.

Como já apontado a disciplina tem caráter teórico-prático. Na fase prática os alunos em grupos de trabalho elaboraram projetos e atividades em parceria com projetos de extensão já desenvolvidos na Univali. Por exemplo, a turma I fez parceria com o projeto Plante Saúde; Turma II com o Projeto Discutindo a Relação; Turma III com Projeto Pequena Folha; Turma IV com o projeto Práticas Formativas e o Programa de Ensino de Jovens e Adulto; Turma V com o Projetos Oceanos e Agua Viva; Turma VI com o Projeto Envelhecimento Saudável e Turma VII com os Projetos Atelier Solário e Escolhas.

No primeiro semestre de 2020 foram nove turmas totalizando 354 alunos. A implantação tem sido gradual conforme o currículo conectado vai sendo integralizado.

A avaliação de docentes e alunos tem sido positiva e a experiência desafiadora nesta fase inicial de implementação. O que se pode apreender até momento é que a implantação da disciplina PCEU concretizou a necessidade apontada por Dalmolin (2017) de desenvolvimento de metodologias criativas e dinâmicas, com salas de aulas abertas e atrativas para os estudantes.

Considerações finais

A decisão de implantar uma disciplina como estratégia de atendimento da Meta 12.7 do PNE é resultado de um diálogo contínuo entre a Vice-Reitoria de Graduação e da Vice-Reitoria de Extensão. Entende-se que parceria entre as áreas de ensino de graduação e extensão são fundamentais no processo de inserção curricular da extensão.

A avaliação realizada nos dois primeiros semestres de oferta da disciplina tem surpreendido pela qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelas turmas e pelos relatos dos docentes e discentes. A avaliação é feita por meio de reuniões ao final de cada semestre com um representante da Vice-Reitoria de Graduação e da Vice-Reitoria de Extensão. Este tem sido uma momento de compartilhar os trabalhos desenvolvidos pelas turmas, bem como de identificação das dificuldades e aspectos que precisam ser aprimorados.

A partir do relatos dos professores e alunos pode-se identificar que uma das principais contribuições da disciplina tem sido oportunizar que os alunos conheçam os projetos de extensão desenvolvidos pelos seus cursos e pela Universidade. Conhecer o portfólio de projetos da instituição, conversar em sala com as equipes de professores e bolsistas e produção de uma mostra audiovisual sobre as iniciativas de extensão na Universidade, possibilitaram importantes trocas e aprendizados sobre a produção do conhecimento científico e sua socialização nas comunidades.

Outro aspecto que merece destaque foi a seleção de professores para a disciplina com experiência no desenvolvimento de projetos de extensão. O perfil extensionista dos docentes tem sido fundamental para motivar o aluno a conhecer a extensão universitária, a compreender a realidade social onde está inserido e desenvolver atividades que estivessem em sintonia com os projetos de extensão do seu curso e da Universidade. Além disso é decisivo para identificar demandas dos projetos e das entidades que podem ser trabalhados na disciplina.

Entre as dificuldades identificadas até o momento está a dificuldade em realizar visitas nas comunidades especialmente para os alunos que estudam no período noturno. Ainda, o desafio de identificar demandas comunitárias que possam ser trabalhadas em sala e com a proposição de soluções a curto prazo.

A disciplina Projeto Comunitário e Extensão Universitária caracteriza-se como uma primeira estratégia de inserção curricular da extensão na Univali, um processo em construção que prevê a implantação de outras estratégias, ainda em estudo, que contemplem as especificidades dos cursos de graduação, considerando as diretrizes curriculares de cada área.

Referências

- DALMOLIN, B. M.; SILVA, M.T. da; VIEIRA, Adriano José Hertzog. Bases pedagógicas para pensar a curricularização da extensão. In: RIFFEL, C. M. SANTOS, P. F. dos. (Org.). *Extensão universitária: perspectivas de aprendiza-*

gem e sentidos na educação superior. Itajaí: Univali. 2017.

DUSSEL, I. A transmissão cultural assediada: metamorfoses da cultura comum na escola. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, p 351-365, maio/ago. 2009.

FOREXT. *Referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES*, 2013.

FORPREX. *Plano Nacional de Extensão Universitária – PNext*, 2011.

IMPERATORE, S.. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. *Anais do XV Cólóquio Internacional de Gestão Universitária*. Mar del Plata, 2015.

MONDZAIN, M. J.. *L'Image, peut-elle tuer?* Paris: Bayard. 2002.

MORACE, F.. *Crescimento Feliz: percurso para o futuro da economia*. São Paulo: Estação das Letras e Cores. 2015.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Rede ODS Universidade Brasil*.

Disponível em: <https://www.redeodsbrasil.org>. Acesso em: 3 set. 2019.

UNIVALI. *Plano de Desenvolvimento Institucional. 2018-2022*. Disponível em: www.univali.br. Acesso em: 2 set. 2019.

UNIVALI. *Relatório de Sustentabilidade 2019*. Disponível em: www.univali.br. Acesso em: 2 set. 2020.

Curricularização da Extensão: compromisso social e inovação acadêmica

José Augusto S. Magalhães¹

Sara Nader Marta²

Introdução

A Extensão Universitária nas Instituições de Ensino Superior (IES) aumenta de importância cada vez mais, uma vez que em sua essência o olhar multidisciplinar e a articulação entre o ensino e a pesquisa permitem uma interação que fomenta o diálogo entre diversas áreas do conhecimento. O seu desenvolvimento gera uma constante reflexão crítica acerca dos problemas sociais e a relação do conhecimento teórico com o prático. Dessa forma, a extensão ganha sua própria essência e particularidade, com fortes atributos que a solidificam como modalidade de ensino, caracterizados nas suas diversas formas de atuação (FELIPPE *et al.*, 2013). Ainda, expressa a concepção de que a experiência extensionista traz consigo o componente formativo contribuindo para que o estudante seja o ator de sua formação, tornando-se um participante ativo em todo este processo. Diante desse cenário, abre-se um espaço para uma discussão crítica acerca do papel da Extensão em relação à sua articulação com o ensino e a pesquisa nas IES.

A inserção da extensão na estrutura curricular dos cursos de graduação contribuirá para que ocorra uma mudança significativa nos seus vários segmentos, desde o apoio à flexibilização curricular até as revisões nas práticas docentes e ajustes nas suas estruturas organizacionais.

¹Coordenador Geral de Extensão do Centro Universitário Sagrado Coração – UNISAGRADO.

² Coordenadora de Projeto de Extensão do Centro Universitário Sagrado Coração –UNISAGRADO.

Historicamente a curricularização da extensão é apoiada em bases legais e tem como principais marcos: 1) Constituição Brasileira de 1988 (artigo 207), que prevê a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão; 2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), na concepção de currículo (Lei Federal nº 9394/96); 3) Plano Nacional de Extensão Universitária de 2001, Meta 23 do Plano Nacional de Educação - 2001-2010 (Lei Federal nº 10.172/2001); 4) Política Nacional de Extensão de 2012; 5) Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024 - PNE (Lei nº 13.005/2014) e, 6) Resolução nº 7/2018.

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, Lei nº 13.005/2014 (Art. 4º Anexo – meta 12.7) define, dentre suas estratégias, a integralização de, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação através de programas e projetos de Extensão em áreas de pertinência social (BRASIL, 2014).

Hoje, há uma revolução nas IES, fomentada por diversas discussões acerca da realização desse processo para a convergência das ações entre as Pró-Reitorias de Extensão e de Graduação, para se estabelecer um caminho único de atuação em relação às atividades de Extensão. Os ajustes devem constar nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Além disso, se identifica a necessidade de formação e capacitação do corpo docente uma vez que a prática Extensionista dentro das Instituições de Ensino Superior é, muitas vezes, desconhecida em relação aos seus objetivos e a concepção do que seria de fato a Extensão e o seu papel em relação à IES e a sociedade.

O não reconhecimento da extensão como um dos pilares no tripé ensino-pesquisa-extensão pode ser verificado pelos dados do Observatório do PNE (2018), onde se verifica que até 2015 não há dados do percentual de atividades de extensão com creditação curricular nos cursos superiores no Brasil. Há apenas registros de atividades de extensão validadas como Atividades Acadêmicas Curriculares Complementares.

Contudo, mesmo com a previsão legal de creditação curricular das atividades de extensão correspondente a 10% da carga

horária total dos cursos de graduação, a sua efetivação não tem sido automática. Maciel (2010) apontou para a necessidade da constituição de políticas educacionais de fomento ao setor, estimulando o reconhecimento da extensão em sua dimensão pedagógica através de estruturas de incentivo e diálogo.

Além dessa realidade complexa, que necessita de muito diálogo e intervenções para que o processo de curricularização da extensão seja devida e efetivamente implantado, vive-se um momento de crise mundial devido à pandemia da Covid-19. A Extensão frente ao contexto da pandemia do SARS-COV2 precisou se articular de forma rápida e eficiente para desenvolver um plano de enfrentamento à Covid-19, com envolvimento de toda a comunidade acadêmica. Estabeleceu-se a “política do cuidado”, onde cada qual no seu campo de atuação propôs e realizou ações que contribuíram para o enfrentamento dos efeitos da pandemia, na tentativa de mitigar as angústias da comunidade.

Foi necessária uma mudança significativa nas atividades de extensão, com empoderamento das atividades remotas. Isso só foi possível graças aos novos meios de comunicação digitais e a eficácia de suas ações perante a comunidade. Para o seu desenvolvimento foram considerados os aspectos indispensáveis nas ações extensionista, como: o conhecimento das necessidades de seus públicos, o impacto local e eficácia das suas ações. Além de respeitar o distanciamento social por meio da produção de vídeo-aulas, videoconferências, produção de textos e *lives* postadas nas redes sociais das Instituições.

A corrida pelo desenvolvimento tecnológico durante a Guerra Fria, nos anos 1960, possibilitou o surgimento da internet, que a partir daí tem se desenvolvido e marcado significativamente as relações sociais contemporâneas. Neste cenário, a partir de 1995, surgiram as mídias digitais para atender a necessidade do contato entre as pessoas em um grupo social por meio da plataforma digital, possibilitando uma maior interação frente às necessidades de comunicação e conexão dos indivíduos geograficamente distantes.

Assim, pode-se caracterizar as mídias digitais como qualquer forma de comunicação e interação realizada por meio da

internet, tanto formal quanto informal, capaz de estabelecer conexões entre pessoas mundialmente conectadas. A consequência de sua utilização acarreta resultados visíveis à sociedade, como a facilidade da troca de mensagens que proporciona à comunicação a longa distância e o compartilhamento mundial de dados. Dessa forma, promove nova maneira de se comunicar e interagir. Isso facilita as relações sociais e não impõe limites para a conectividade, o que possibilita o acesso à informação de maneira prática e instantânea. A utilização destes recursos junto à sociedade os consolida e os torna fundamentais na geração e gerenciamento de conteúdos indispensáveis à vida contemporânea (TERRA, 2012).

Independentemente das questões relacionadas à pandemia, as mídias digitais estão presentes em diferentes situações cotidianas e âmbitos sociais e vieram para ficar. Estar conectado à rede mundial de computadores passou a ser uma necessidade extrema às IES, no que diz respeito à comunicação e ao desenvolvimento de atividades, com vistas à transformação social.

I. Desenvolvimento

Historicamente, as práticas extensionistas têm sido assistencialistas e raramente estão alinhadas às demandas sociais e à dinâmica curricular. Essa característica não levava em consideração a cultura e o saber popular com uma direção unilateral – da universidade para a sociedade. A concepção não assistencialista da extensão deve considerar também outra via, ou seja, da sociedade para a universidade, para que sua inserção seja de modo consequente (CALDERÓN, 2003 *apud* SANTOS, 2014).

Para o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), a Extensão Universitária é “uma via de mão-dupla” entre universidade e sociedade. O saber acadêmico e o saber popular devem se encontrar (GADOTTI, 2017).

Com este olhar, o processo para a curricularização da Extensão proposta no Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014) traz um desafio para que as IES

revejam suas concepções e práticas no âmbito da extensão, bem como consigam dimensionar as possibilidades, barreiras e problemas para a implementação das atividades extensionistas nas estruturas curriculares dos seus cursos de graduação.

A Política Nacional de Extensão Universitária, na versão 2012, entende a Extensão Universitária como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage” (FORPROEX, 2012, p. 28). Definiu as cinco diretrizes que devem nortear a implementação das ações da Extensão Universitária: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social. (FORPROEX, 2012).

Esta concepção traz alterações significativas na construção das estruturas curriculares, que de valorização das disciplinas organizadas em regime seriado e fragmentado, com visão linear e rígida, passam para uma organização que privilegia a interdisciplinaridade, com permeabilidade às transformações em curso, propiciando a articulação entre teoria e prática e, com isso, a promoção à formação integral do estudante (FORPROEX, 2006; GADOTTI, 2017). A extensão não é vista como um apêndice ou uma atividade de segundo plano de forma isolada entre as funções da universidade. Ela é incluída como parte indissociável do ensino e da pesquisa nas práticas pedagógicas de todos os currículos. A educação precisa ser integral e não fragmentada (ANTUNES; PADILHA, 2010; GADOTTI, 2017).

Nessa perspectiva, o processo para a implantação da curricularização da extensão deve atender a necessidade de duas vertentes: no âmbito do compromisso social e no da inovação acadêmica.

Para que ocorra a inovação acadêmica é imperativa a leitura cuidadosa dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI), dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos (PPC) e das estruturas curriculares para que as alterações sejam realizadas de tal forma que se reconheça a Extensão como componente formativo

do estudante. Muitas Instituições já têm em sua prática as atividades extensionistas estruturadas, porém, não curricularizadas. Isso implica na necessidade de um diagnóstico em cada situação para que o processo de curricularização aconteça de forma a respeitar as peculiaridades institucionais, regionais e sociais. Assim, mais que respeitar os 10% de carga horária extensionista na estrutura curricular, é importante o reconhecimento da Extensão como o fazer estruturante na IES e na formação acadêmica.

Assim, é indispensável o estabelecimento de um diálogo inter setorial direcionado à construção de um projeto que contemple a prática extensionista voltada às necessidades da comunidade; que permite o avanço na discussão das propostas de alterações, devendo envolver todas as instâncias da IES, sem que o atendimento à Resolução nº 7/2018 não se transforme em soluções simplistas que contemple o aspecto meramente quantitativo do cumprimento da meta, como salientaram Dalmolin, Silva e Vieira (2017).

Todas as instâncias institucionais devem ser envolvidas – Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e outros -, uma vez que será necessária a alteração dos instrumentos legais como Estatutos, Regimentos, PDI, Resoluções, Portarias, Editais, entre outros.

Vencida a fase de elaboração do PDI, em consonância com as práticas curriculares extensionistas, outro desafio para a Instituição é a elaboração do currículo de cada curso com os respectivos créditos nos quais se concentrarão as atividades de extensão curricularizadas. Gadotti (2017) diz:

[...] projetos de extensão como componentes de cada disciplina devem ser construídos em diálogo entre professor, alunos e comunidades. Pode-se trabalhar com o protagonismo infanto-juvenil, com a atuação em movimentos sociais, com direitos humanos, esporte, cultura e lazer, formação continuada. Devemos nos centrar, prioritariamente, no levantamento e atendimento às necessidades de emprego,

renda, moradia, empoderamento das comunidades, tecnologias sociais, saúde, transporte, justiça e segurança, nutrição, enfim, na qualidade de vida, no bem viver das populações mais empobrecidas. Temos ainda que vislumbrar a produção artística, a sustentabilidade, a educação na cidade, a cidadania, a cidade educadora, a pedagogia social, popular e comunitária [...].

A extensão universitária associada às disciplinas permite o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo de discentes e professores na percepção da relação do conteúdo apreendido frente a uma comunidade real. Dessa forma, a extensão funciona como engrenagem propulsora do ensino trazendo para a sala de aula questões atuais e reais da sociedade para serem problematizadas na IES (DIEHL; TERRA, 2013).

A construção curricular assim realizada evidenciará o compromisso social das IES à medida que as práticas extensionistas estejam em consonância com as necessidades comunitárias do seu entorno. A prática extensionista interliga a IES – em suas atividades de ensino e pesquisa – com as demandas da sociedade, o que permite reafirmar o seu compromisso social (CARDENUTO *et al.*, 2017).

Segundo Freire (1979), o comprometimento é capaz de promover reflexões, promove a humanização do homem e implica em responsabilidades históricas. O ato de comprometer-se é consciente, não podendo ser neutro: a neutralidade seria o medo de revelar o compromisso.

Paralelamente a isto, o compromisso social da IES traz consigo um desafio para a gestão universitária, uma vez que ela deve gerenciar suas ações com vistas ao sucesso da educação superior, sendo necessário, para tanto, o conhecimento do ambiente interno e externo nos quais está inserida e os anseios da comunidade, harmonizando os interesses coletivos com as pretensões institucionais.

Corroborando com este pensamento, Almeida Filho (2007) diz que a universidade precisa ter uma visão clara da sociedade

na qual, da qual e para qual ela vive. Nesse sentido, a valorização da extensão é de fundamental importância, pois a apropriação social do conhecimento, sua conversão em ação, é tão importante quanto sua geração inicial.

Por outro lado, Almeida *et al.* (2013) afirmam que o compromisso social não pode ser interpretado somente sob o aspecto operacional sistêmico, mas deve considerar o contexto social que envolve tanto a instituição de uma sociedade mais justa e igualitária, quanto a realização integral do ser humano como indivíduo e cidadão.

Isso vem ao encontro do pensamento de Chauí (2001) quando diz que a universidade é a própria sociedade, por isso, não tem como não se integrar e interagir com a mesma à medida que vai se instituindo e se consolidando.

Considerações finais

É consenso na educação que uma IES tem como responsabilidade exercitar três atividades fundamentais que são requeridas para a excelência do ensino superior: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. A extensão, historicamente, tem ocorrido por meio de diversas práticas e tem sido um dos meios pelo qual a IES exerce seu compromisso social e representa a ligação entre ela e a comunidade. Sabe-se que ela (a extensão) não tem se mostrado capaz de alcançar a formação de todos os discentes.

A partir da década de 80, com a criação dos Fóruns de Extensão das IES, a extensão começou a ter mais expressão nos documentos oficiais do Ministério da Educação, com uma abordagem mais acadêmica e refletindo sobre a sua contribuição e o seu impacto na formação do estudante.

A Resolução n° 7/2018, que prevê que 10% da carga horária total da estrutura curricular de todos os cursos sejam comprovadamente de práticas extensionistas, trouxe um amplo debate do real papel da IES na formação do estudante e no seu compromisso social com a comunidade onde está inserida (BRASIL, 2018).

Como consequência, e para atender a esta Resolução, é imprescindível um amplo debate na IES para uma releitura dos

documentos que norteiam a sua gestão. Em acréscimo, e não menos importante, as estruturas curriculares, para atender a esta meta, deverão realizar ajustes. Nestas alterações, deve ficar explícita a mudança de conceito de currículo como uma estrutura rígida de disciplinas e sem mobilidade para uma estrutura com os três atores no processo de fazer extensão universitária: o estudante, o professor e a comunidade. Neste modelo o estudante é um personagem ativo na extensão, desenvolvendo ações e, ao lado da comunidade, construindo e ressignificando o saber técnico e científico por meio da relação dialógica que exerce com a comunidade. Tudo isso mediado pelo professor.

Em nenhum outro momento, portanto, o trabalho articulado entre Ensino, Pesquisa e Extensão esteve tão integrado, em um processo onde todos ganham. A formação do estudante com a perspectiva extensionista, além de prepará-lo para a vida com a prática para encarar os desafios que se apresentarem em sua área de formação, o qualifica em uma formação consciente da realidade e do seu papel na sociedade.

Referências

ALMEIDA FILHO, N. *Universidade nova: textos críticos e esperançosos*. Brasília: UnB. 2007.

ALMEIDA, L. C. *et al.* (Org.). *IV Seminário de Educação Brasileira: PNE em foco - políticas de responsabilização, regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação*. Campinas: CEDES, 2013. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/iv_seminario.pdf. Acesso em: 3 ago. 2020.

ANTUNES, A.; PADILHA, P. R.. *Educação cidadã, educação integral: fundamentos e práticas*. São Paulo: Instituto Paulo Freire. 2010.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, a. 151, n. 120-A, p. 1-7, 26 jun. 2014.

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, a. 155, n. 243-A, p. 49-50, 19 dez. 2018.

CARDENUTO, R. M. *et al.* As atividades de extensão como compromisso social: um estudo de caso no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, Florianópolis, v. 10, n. 4, p. 134-156, 2017. Ed. esp. Trabalho apresentado no 16º Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2017v10n4p134>. Acesso em: 3 ago. 2020.

CHAUÍ, M. S.. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp. 2001.

DALMOLIN, B. M.; SILVA, M. T. da; VIEIRA, A. J. H.. Bases pedagógicas para pensar a curricularização da extensão. In: RIFFEL, C. M.; SANTOS, P. F. (Org.). *Extensão universitária: perspectivas de aprendizagem e sentidos na educação superior*. Itajaí: Univali. 2017.

DIEHL, B. T.; TERRA, E. L.. A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão: do legal ao real. *Revista Humanidades*, Fortaleza, v. 28, n. 2, p. 166-185, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rh/article/view/6488>. Acesso em: 3 ago. 2020.

FELIPPE, W. C. *et al.* (Org.). Extensão nas instituições comunitárias de ensino superior: referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES. In: ENCONTRO NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO DAS COMUNITÁRIAS DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS, 20., 2013, Itajaí.

[Documento de referência para a construção de políticas e a prática da extensão no segmento das ICES]. Itajaí: UNIVALI/Forext, 2013. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/2585.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2020.

FORPROEX. *Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. (Coleção Extensão Universitária). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2020.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Porto Alegre: UFRGS. 2012.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

GADOTTI, M.. Extensão Universitária: para quê? In: *Instituto Paulo Freire*. São Paulo, 15 fev. 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-universitaria-para-que>. Acesso em: 3 ago. 2020.

MACIEL, L. R.. Política nacional de extensão: perspectivas para a universidade brasileira. *Participação*, Brasília, n. 18, p. 17-27, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/22735>. Acesso em: 3 ago. 2020.

OBSERVATÓRIO do PNE. Disponibiliza indicadores de monitoramento das 20 metas e 254 estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e um extenso acervo de estudos, vídeos e informações sobre políticas públicas educacionais. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.observatorio-dopne.org.br/indicadores/metas/12-ensino-superior/indicadores/porcentagem-de-matriculas-da-populacao-de-18-a-24-anos-na-educacao-superior>. Acesso em: 3 ago. 2020.

SANTOS, M. P.. Extensão Universitária: Espaço de Aprendizagem Profissional e Suas Relações com o Ensino

e a Pesquisa na Educação Superior. *Extensio: R. Eletr. de Extensão*, Florianópolis, v. 11, n. 18, p. 36-52, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2014v11n18p33>. Acesso em: 3 ago. 2020.

TERRA, C. F.. *Mídias sociais e agora?* Rio de Janeiro: Senac Rio. 2012.

Prática extensionista na compreensão da vulnerabilidade social em meio à pandemia da Covid-19

*Cristiano Monteiro da Silva*¹

*Eliane Navarro Rosandiski*²

*Paulo Ricardo S. Oliveira*³

*Stela Cristina de Godoi*⁴

*Vera Lúcia dos Santos Placido*⁵

Introdução

Nesse ano de 2020, a crise sanitária ocasionada pela disseminação mundial do novo coronavírus (Covid-19) nos faz apostar todas as esperanças no desenvolvimento de vacinas e tratamentos eficazes capazes de reverter os impactos negativos que a disseminação do vírus vem provocando sobre a sociedade. Do mesmo modo, o enfrentamento da crise social e econômica, agravada pela pandemia, vem devolvendo centralidade ao campo das ciências humanas e sociais, pois confirma que, sem bons diagnósticos e métodos de intervenção social,

¹ Pós- Doutor em Economia (UNICAMP), Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP), Docente Extensionista da PUC-Campinas

² Graduada em Ciências Econômicas (IE/Unicamp), Mestre em Política Científica e Tecnológica (IG/Unicamp), Doutora em Economia Social e do Trabalho (IE/Unicamp), Docente Extensionista do Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas.

³ Doutor em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP), Docente Extensionista da PUC-Campinas

⁴ Graduada em Ciências Econômicas (FCLAr/Unesp), Doutora em Sociologia (IFCH/Unicamp), Docente Extensionista da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FCS/PUCC).

⁵ Graduada em Geografia; Mestre e Doutora em Geografia – Organização do Espaço (UNESP/Rio Claro); Docente Extensionista da PUC-Campinas, Faculdade de Geografia

sempre estaremos mais distantes de um horizonte de desenvolvimento econômico com justiça social. Cabe destacar que essa possibilidade de intervenção social é resultado da participação de um conjunto de atores sociais, dentre eles, as universidades.

No caso brasileiro, esse compromisso social das universidades começou a se delinear no início da década de 1960, por influência de movimentos sociais (como a UNE, os CPCs), da iniciativa de educadores comprometidos com a educação popular (como Paulo Freire) e das ações pastorais católicas. Desde então, a extensão universitária foi se constituindo como locus privilegiado para esse retorno social. Com a Constituição de 1988 e a LDB de 1996 (Lei 9.394/96) consolidou-se os marcos regulatórios de uma concepção de extensão, indissociável da pesquisa e do ensino. Dito de outro modo, o processo de mobilização social-democrático culmina em projetos político-pedagógicos institucionais das universidades, em que a extensão se constitui em espaços de encontro entre os saberes acadêmicos e os saberes populares.

O contexto da pandemia do novo coronavírus, entretanto, vem desafiando novamente a extensão universitária. A necessidade do isolamento social e a precária inclusão digital das populações vulneráveis são obstáculos concretos para as práticas extensionistas. Ao mesmo tempo, é justamente nos cenários de crise social, agravada em sua dimensão econômica, além da sanitária, que a universidade deve se fazer presente, oferecendo seus saberes para o enfrentamento do tema da vulnerabilidade social.

Tendo em vista esses desafios, os resultados de um processo reflexivo de uma equipe de professores extensionistas na constituição de um Observatório da Vulnerabilidade podem ser tomados como exemplo de uma forma de ação extensionista para promover a compreensão e subsidiar as ações para o enfrentamento desse importante momento de crise. Cabe lembrar que o contexto de isolamento social impôs mais um desafio às práticas extensionistas.

O objetivo central deste artigo é discutir as ações colaborativas desenvolvidas pelo Observatório da Vulnerabilidade que visaram compilar e democratizar o acesso às informações que

pudessem auxiliar na tomada das decisões acerca das situações que envolvem riscos sociais à população da Região Metropolitana de Campinas (RMC), durante e após a pandemia do Covid-19. Vale dizer, por fim, que o tema da Vulnerabilidade vem sendo incorporado de forma colaborativa, articulada e integrada aos demais temas já explorados pelo Observatório PUC-Campinas.

Para montar um percurso capaz de mostrar como os saberes extensionistas ganham relevância social, o texto encontra-se dividido em quatro partes, sucedidas pelas considerações finais. No primeiro e segundo momento serão reconstruídos o debate em torno da noção de vulnerabilidade social e das possibilidades de espacialização da vulnerabilidade social na perspectiva da inter-setorialidade. Na terceira e quarta partes serão discutidos os desafios da produção do conhecimento extensionista em tempos de virtualização das práticas e os significados do saber extensionista produzido pelo Observatório da PUC Campinas para as Políticas Informadas por Evidências (PIE).

I. Uma visão polissêmica de vulnerabilidade social

Diante desse cenário de crise social, econômica e sanitária tornou-se ainda mais importante as ações integradas de diagnóstico e enfrentamento da vulnerabilidade, através da parceria entre a universidade, o poder público e a sociedade civil. Neste sentido, é necessário construir um quadro conceitual onde se possa situar essas ações integradas.

A noção de Vulnerabilidade Social é marcada por enorme polissemia. Antes de delimitar o sentido conceitual aqui admitido, nosso objetivo nesse momento é somente levantar as diferentes abordagens para esse problema social. Partimos da premissa de que o entendimento mais geral da noção de vulnerabilidade social remete ao esgotamento da matriz conceitual do crescimento (abundância) e da pobreza (escassez).

Na América Latina os primeiros movimentos de superação das teorias econômicas clássica, herdadas do século XVIII e XIX, ocorreram em meados do século XX, através dos trabalhos

desenvolvidos pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)⁶. Mas as críticas às noções clássicas de crescimento econômico não cessaram e vieram também de outras partes do mundo⁷. Na década de 1990, Amartya Sen, economista profissional que ocupou o cargo de presidência do Banco Mundial em 1996, apresentou uma nova forma de pensar o desenvolvimento e a elaboração de políticas públicas (SEN, 2000). Além de uma nova concepção teórica, Amartya Sen e Mahbud ul Haq criaram uma medida comparativa usada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para classificar os países de acordo com seus níveis de “desenvolvimento humano”.

Do ponto de vista da compreensão da vulnerabilidade social a partir do uso de indicadores, o IDH foi a pedra fundamental, por levar em consideração não só a renda, como também a expectativa de vida e o acesso à educação, superando o esgotamento da matriz analítica da pobreza, que reduzia a vulnerabilidade

⁶ A teoria cepalina construiu um novo entendimento sobre os desafios das sociedades de passado colonial. Para eles, o subdesenvolvimento era uma condição histórica, em cujo processo perpetuou-se um lugar desfavorável para a América Latina na divisão internacional do trabalho (DIT). Embora tenha revolucionado o modo de pensar o desenvolvimento do Sul Global, críticos do modelo cepalino apontaram também para os problemas de sua “análise dualista” que não observou o caráter funcional dos setores considerados atrasados, para aqueles considerados avançados. Segundo Oliveira (2003), a “razão dualista” nos deixou míopes para enxergar, por exemplo, que a informalidade no mundo do trabalho não é a outra ponta de uma escala de desenvolvimento, mas se constitui na forma especificamente capitalista de desenvolvimento no mundo periférico, herdadas do colonialismo e do escravismo.

⁷ Em meio à crise da economia capitalista iniciada em 1973, com a severa elevação dos preços internacionais do petróleo, principal combustível da sociedade industrial, ganha força um debate sobre os limites ambientais do crescimento econômico, para o qual o estudo “The limits to growth” de 1972, desenvolvido por D. H. Meadows, D. L. Meadows, J. Randers e W. W. Behrens e amplamente divulgado pelo Clube de Roma, se constituiu no principal material empírico-estatístico utilizado pelos críticos deste modelo econômico (LATOUCHE, 2009). O pensamento econômico latino-americano também bebeu dessa fonte, conforme fica explicitado na obra “O mito do desenvolvimento econômico” de 1974, de Celso Furtado, no qual o autor analisa a pressão da atividade econômica sobre os recursos naturais levando em consideração a dependência ou acumulação desigual e combinada entre o centro e a periferia do mundo (FURTADO, 1974).

às questões econômicas. Recentemente o IPEA desenvolveu outro indicador de vulnerabilidade (IVS)⁸, com o propósito de aprimorar o alcance de diagnóstico do IDH. Ao contrário do IDH, o IVS mensura a “falta de ativos” e não o desenvolvimento. No IVS leva-se em consideração aqueles conjuntos de “ativos” ligados a infraestrutura, capital humano e trabalho/renda (ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 2015).

Assim, pode-se concluir que uma grande linha de compreensão da vulnerabilidade social que se constituiu desde a década de 1990 está relacionada com a privação de acesso a determinados “ativos”. A partir dessa leitura, seria possível definir quais seriam os grupos sociais expostos ao maior risco de vulnerabilidade (MONTEIRO, 2011).

Apesar desse denominador em comum, há variações sobre quais ativos são considerados primordiais⁹, bem como sobre quais as conexões de sentido entre a organização social e política e as situações de vulnerabilidade experimentadas pela população. Para autores como Robert Castel, a vulnerabilidade decorre das estruturas de produção e trabalho precarizadas, agravadas em fins do século XX com a crise da economia capitalista e o processo de flexibilização (ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 2015).

Neste sentido, preliminarmente, seria possível afirmar que as ações extensionistas do Observatório aqui discutidas vêm

⁸ No IVS leva-se em consideração aqueles conjuntos de “ativos” ligados a infraestrutura, capital humano e trabalho/renda.

⁹ Segundo Monteiro (2011): “*Os ativos podem ser compreendidos como um conjunto articulado de condições que irão implicar a qualidade, quantidade e diversidade dos recursos internos, os quais devem ser avaliados a partir de quatro aspectos: físico, financeiro, humano e social. Os ativos físicos caracterizam-se pelo meio de vida (como moradia e acesso a bens duráveis) e meios de produção da vida material. Os ativos financeiros constituem os diferentes instrumentos financeiros formais e informais, de acesso a crédito, poupança, cartão de crédito, caderneta, etc. Os ativos humanos, ou capital humano, são definidos pelos recursos que dispõem os lugares em termos de qualidade e quantidade de força de trabalho, bem como investimentos em educação e saúde para seus membros. Os ativos sociais são definidos por meio do atributo coletivo pautado em relações de confiança e reciprocidade, que se manifestam em redes interpessoais.*” (p. 34)

tratando a problemática da vulnerabilidade social levando em consideração as estruturas de oportunidades dos indivíduos e grupos diante do acesso a determinados “ativos” (renda, trabalho, vínculos sociais e familiares, infraestrutura urbana, educação, serviços públicos), mas sem perder de vista os determinantes externos condicionados pelas grandes estruturas sociais produtoras de desigualdades (capitalismo, racismo, sexismo).

2.A espacialização da vulnerabilidade social na perspectiva intersetorial

Como destacado no início deste texto, as dimensões que envolvem a vulnerabilidade são extremamente complexas. Esta complexidade se deve, em grande parte, ao fato de ser multiescalar, ou seja, os acontecimentos em escala macro interferem diretamente na micro escala, mas, a vivência, a experiência, a capacidade de se coletivizar – que são aspectos comumente micro escalares e qualitativos – também influenciam na forma como decisões que ocorrem em macro escala se efetivarão e, mais que isso, atingirão os objetivos no território vivido. Tem-se, então, uma via de mão dupla e esta compreensão é fundamental para compreendermos a importância da intersetorialidade, inclusive, na perspectiva de ser, ela própria, estratégia de gestão. Nesse sentido, o que entendemos como intersetorialidade?

Num primeiro momento, ela parte do pressuposto que a pobreza não é, sobretudo, a carência de renda, embora seja condicionante. Além da questão econômica, na defesa da qualidade de vida, devemos nos atentar para outros ativos que conjugam o atendimento as necessidades de uma vida digna, tais como: condições para uma moradia adequada, rede de água e esgoto, coleta regular de lixo, acesso a equipamentos de saúde, educação e lazer, além de um cuidado especial com os dependentes – crianças, adolescentes e idosos – que necessitam de políticas públicas específicas. A configuração desses ativos forma um conjunto indissociável para se definir a pobreza e mapear população em situação vulnerabilidade social.

Partindo desta tela, o segundo ponto se atém ao fato de que a

intersetorialidade não é a junção articulada de diferentes setores, discutindo e analisando a pobreza. Ela envolve uma prática social dialógica permanente, com os diferentes setores (educação, saúde, segurança, assistência social, lazer e entretenimento, dentre outros) integrados e abertos a atores sociais que conhecem e atuam nos territórios, definindo ações e estratégias para o enfrentamento da pobreza que, na grande maioria das vezes, é estrutural. Esta prática dialógica, para se efetivar, necessita de mudanças culturais no trato das políticas públicas que devem priorizar a conexão entre os diferentes setores, vencendo a setorização de práticas mais conservadoras. Assim, a intersetorialidade envolve questões políticas e técnicas.

Cunill Grau (2005) entende que o fundamento político é a busca por solução integral de determinados problemas que implicam na defesa da integração dos diversos setores das políticas públicas. O fundamento técnico, por sua vez, envolve o conhecimento detalhado da população e, tão importante quanto, as questões orçamentárias de cada setor (CUNILL GRAU, 2005).

Nesse sentido, uma forma de entender a população em situação de vulnerabilidade é através de sua espacialização. Esta espacialização não é apenas identificar o ponto que moram no mapa, mas, correlacionar e sobrepor dados quantitativos e qualitativos das populações, os quais nos levarão a entender como acessam os serviços básicos no território, ou seja, quais as redes que utilizam. No caso da vulnerabilidade, estamos nos referindo as redes básicas de proteção às famílias, bem como os equipamentos públicos resultados de políticas do bem estar social. Acessar as redes e ter consciência da dinâmica territorial que estão inseridos é a condição primeira para garantir a elas o exercício da cidadania, a fim de evitar de essas pessoas se tornem “prisioneiras do lugar”, nos dizeres de Milton Santos (2001).

3.A construção de saberes extensionistas no contexto de virtualização de suas práticas

Partindo da premissa de que a dinâmica social é

intrinsecamente contraditória e complexa, as relações sociais não podem ser analisadas tão simplesmente como resultantes de uma somatória de ações humanas individuais. Um outro ponto a ser incluído, diz respeito à complexidade das relações sociais se manifesta de forma diferente em cada localidade, diante disso, o conceito de território pode ser discutido como o espaço geográfico no qual as relações sociais se manifestam e evidenciam os aspectos contraditórios do desenvolvimento social.

Sendo assim, as ações sociais, o marco regulatório e as políticas públicas são expressões de um processo social e histórico que impulsiona a construção de uma sociabilidade marcada pelo princípio da solidariedade humana. A seguridade social vai adentrando na natureza do interesse público e sendo assumida pelos distintos grupos sociais.

No Brasil, conseguiu-se montar um sistema de proteção social que serve a construção da sociabilidade pautada por um conjunto de princípios, regras e instituições alinhadas com as necessidades das pessoas, especialmente, os grupos em situação de vulnerabilidade social. Pode-se dizer que há muitas instituições que atuam na defesa dos direitos sociais dos Idosos, Crianças e Adolescentes¹⁰. Soma-se a isso os papéis desempenhados pelas instituições pertencentes aos sistemas da educação, saúde, segurança, emprego e renda, lazer, cultura, etc.

As interações entre as instituições de ensino superior e o mencionado sistema de proteção social, por meio de trabalho extensionista, servem como pontos de apoio à consolidação de novos conhecimentos sobre a complexidade que envolve a vida social. Neste sentido, a sinergia com as instituições, famílias e pessoas em situação de riscos de vulnerabilidade fundamenta-se como um elemento substancial da construção de um pensamento estratégico sobre o desenvolvimento social.

Nesse contexto, o trabalho extensionista contribui enormemente com o processo analítico rigoroso dos problemas sociais,

¹⁰ Além disso, o país reconhece uma estrutura competente de profissionais para os fins do monitoramento das formas de riscos social, ou seja, as violações de direitos da população, a redução da qualidade dos serviços públicos, enfim, as distintas formas de agravos na vida social, sendo que esse papel é reservado ao trabalho da vigilância socioassistencial.

visto que processo criativo dos saberes extensionistas tem que se conectar plenamente com as interpretações realísticas, que os grupos em situação de vulnerabilidade anseiam como sentidos para o desenvolvimento social.

Além disso, a produção de conhecimentos extensionista também cumpre o papel de levantar demandas estruturadas implicadas aos saberes populares com os quais os/as docentes se conectam em campo. As instituições dedicadas ao analítico dos problemas sociais devem assumir o desafio do trabalho de síntese, englobando as noções teóricas e categorias que derivam da realidade social.

Neste ínterim, pode-se afirmar que os recursos digitais já favorecem o constructo da ciência dos dados que se aplica para o analítico dos problemas sociais. Sabe-se que o que se conhece como “mundo digital” trouxe consigo novas linguagens e gêneros textuais, sendo assim, convêm ressaltar a relevância de uma configuração de conhecimentos baseada em banco de dados¹¹, que permitem construção de um conjunto de indicadores capazes de revelar/mensurar a complexidade das relações que se constituem no território. A construção metodológica, mediada por recursos digitais e a análise exploratória de dados, já era utilizada pelo Observatório PUC-Campinas para a construção dos diagnósticos sociais, territoriais e econômicos da RMC,

O contexto desafiador que vivemos, imposto pela crise sanitária, social e econômica acarretada pela pandemia do Covid-19, fez com que se ampliasse a busca do emprego de recursos digitais e de metodologias inovadoras, seja para compreensão do território, seja para aprofundamento da comunicação com parceiros e sociedade.

¹¹ As novas formas de coleta de dados, que se valem dos recursos de BIG DATA, por exemplo, também podem ser incorporadas a esse tipo de trabalho para se obter alcances maiores ao processo de classificação e construção de atributos representativos dos grupos, famílias e pessoas. Jannuzzi (2009) mostra a relevância dos indicadores sociais ao processo de desenho e implementação de políticas públicas.

4.As práticas do Observatório PUC Campinas para uma Política Informada por Evidência (PIE)

O Observatório PUC-Campinas, é um canal de socialização de levantamento de dados e construção e socialização de indicadores que permitem a compreensão e discussão da realidade com o público alvo, entidades públicas e privadas e cidadãos em geral. Os temas frequentemente divulgados são relacionados aos aspectos socioeconômicos da Região Metropolitana de Campinas (RMC) que se conectam com as políticas públicas locais e nacionais.

No entanto, a escolha da RMC como foco de análise traz alguns desafios. A falta de micro-dados, com acesso público, para construção de indicadores regionais, impõe a necessidade de implementação de estratégias de construção de estimativas para indicadores dos municípios da RMC.

O observatório se qualifica como ação de extensão na medida em que tem dentre os seus objetivos centrais informar e subsidiar agentes públicos e privados engajados em ações que impactam o desenvolvimento socioeconômico regional.

No contexto político, a chamadas Políticas *Informadas* por Evidências (PIE) têm cada vez mais adentrado os debates de gestão pública. Por um lado, a popularidade do tema deu-se pelo avanço da disponibilidade de dados e avanços na ciência de dados. Por outro, a população mais informada das democracias modernas tem demandado maior eficiência das políticas públicas e mais transparência, motivando, também, o uso de dados para formulação de estratégias e análise de impactos. Entretanto, há um abismo entre o que existe de evidência técnica e científica e o que os formuladores de política usam na prática. Uma das formas de superar o abismo é avançar na tradução do conhecimento de forma a torná-lo mais acessível e útil aos gestores públicos (RAMOS, 2018). É preciso entender, no entanto, que as decisões baseadas em evidências, que se dá de forma natural nas ciências, não é aplicável diretamente na gestão pública por fatores políticos e organizacionais.

O desenho de políticas é fortemente ancorado em valores políticos, persuasão e negociação. Neste contexto, algumas evidências são inevitavelmente vistas como mais relevantes que outras, de forma que a dinâmica política é fortemente influenciada pelas preferências e agenda dos líderes políticos, poder legislativo, lobistas e *stakeholders* (HEAD, 2016). Tais preferências, naturalmente, são mediadas pelos meios de comunicação e a opinião pública. Neste sentido o termo Políticas *Baseadas* em Evidências (PBE) perdeu espaço na literatura dado o reconhecimento de que fatores extra-científicos, como os fatores políticos e de personalidade dos gestores, por exemplo, sempre vão influenciar as decisões dos gestores públicos. Desta maneira no melhor cenário, a política vai ser *informada* por evidências.

Essas constatações, isto é, da existência de fatores extra-científicos na decisão pública e a necessidade de tradução do conhecimento fazem com a que a pesquisa não seja condição suficiente, embora necessária, para a ampliação das PIEs. Ações extensionistas são necessárias para entender as particularidades do contexto político regional e promover a tradução adequada dos conhecimentos.

Neste sentido, o Observatório PUC-Campinas tem se consolidado como importante canal de informação para os representantes do poder público e do terceiro setor, como mostra a ampliação do número de parcerias com entidades públicas e privadas na região, tais como fundações e prefeituras. Essas parcerias acabam por ampliar, por sua vez, o acesso aos dados regionais – um dos gargalos verificados nas ações - e validam a ação do Observatório PUC-Campinas junto à comunidade.

As experiências mais recentes têm permitido, inclusive, a ampliação do escopo das análises que têm incluído o tema vulnerabilidade, foco deste artigo.

A pandemia, neste contexto de ações e objetivos, teve importantes impactos sobre a prática extensionista do Observatório PUC-Campinas. O contexto demandou que boa parte dos trabalhos fossem redirecionadas para o acompanhamento da evolução da crise sanitária e seus impactos econômicos e sociais regionais. A impossibilidade da atuação

política presencial junto aos representantes do setor público e a continuidade de projetos para o levantamento primário de dados, demandou a rearticulação das comunicações virtuais, e da exploração de dados secundários, sobretudo ligados aos casos e óbitos, emprego, perdas de emprego, perdas de comércio internacional e situação da vulnerabilidade social. Porém, as alterações e adaptações não impediram as ações junto ao público alvo, sobretudo no contexto da PIE. Notas técnicas foram produzidas, compartilhadas e discutidas com agentes públicos, visando ações junto as comunidades mais afetadas pela crise econômica.

Um outro resultado do contexto foi a percepção da equipe, que a vulnerabilidade deve se ampliar no pós-pandemia, e demanda esforços permanentes de acompanhamento, divulgação do contexto e assistência aos representantes públicos e privados engajados na mitigação dos impactos negativos da crise (PIE).

Considerações Finais

No Brasil, o enfrentamento da pandemia do coronavírus implicou numa mudança de profunda e dramática nas formas de interação social. A recomendação de isolamento social explicitou as condições extremamente desiguais dos diferentes atores sociais para o enfrentamento da crise econômica decorrente da pandemia. Explicitou-se assim a problemática vulnerabilidade, que já era marca da sociedade brasileira.

Como visto a vulnerabilidade se expressa não apenas por indicadores econômicos, mas é multidimensionada, fatores relacionados à dificuldade de acesso aos bens e serviços se somam à falta de acesso aos bens públicos, saneamento e moradia. Diante disso, a dimensão territorial da vulnerabilidade ganha imensa relevância.

Como explicitado ao longo do texto, o enfrentamento dos problemas sociais pode ser fruto de uma ação de política pública. Também, como foi destacado, a construção democrática de ações de política pública requer o acesso às informações, seja para construção de diagnósticos, seja para monitoramento de

resultados. Quanto mais democrático for o ambiente, mais essas informações são incorporadas por cidadãos. instituições públicas e privadas.

Nesse momento, a contribuição das universidades, através de suas práticas extensionistas, se apresenta como importante elo entre a disseminação de indicadores e o suporte para o debate quanto à construção das alternativas para enfrentamento dos problemas sociais.

Porém, cabe destacar que a relevância do papel da prática da extensão universitária decorre também da sua expertise em dar materialidade aos conceitos, muitas vezes abstratos e multi-dimensionados.

Retomado o impacto da pandemia na prática extensionista, duas considerações podem ser feitas, uma de ordem mais operacional e outra de ordem estrutural.

Do ponto de vista operacional, merece destaque o impacto transformador nas formas de interação entre professores, alunos e parceiros. O uso de ferramentas digitais teve que ser apreendido e incorporado ao nosso dia a dia. Cabe destacar que, parte das atividades do Observatório PUC-Campinas já incorporava o acesso aos bancos de dados digitais como parte de suas práticas e contava com as mídias digitais para socialização de informações.

Porém, foi no campo estrutural que se processou a maior transformação a incorporação do tema da vulnerabilidade.

Essa incorporação o tema da vulnerabilidade ampliou o alcance do Observatório PUC-Campinas, pois seguindo as premissas: foco na RMC, construção e divulgação de notas técnicas, permitir que aos temas relacionados à evolução de casos, perdas de emprego, perdas de comércio internacional, pudessem ser agregados os indicadores de vulnerabilidade a partir de uma perspectiva social e territorial.

Tal mudança, por subsidiar a construção de as ações sociais valoriza as mediações entre a prática extensionista e os relacionamentos institucionais.

Em conclusão, o cenário da pandemia não apenas acentuou o uso de recursos digitais e a aplicação de metodologias inovadoras, mas fundamentalmente permitiu que se efetivasse uma

dimensão significativa do compromisso social de instituições de ensino superior e, de forma muito especial, na PUC-Campinas com os grupos mais vulneráveis da sociedade.

Referências

ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília : IPEA. 2015. 77 p., gráfs., mapas color.

CUNILL GRAU, N.. La intersectorialidad en el gobierno y gestión de la política social. X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Santiago, 18 al 21 de octubre, 2005, p.232-254.

FURTADO, C.. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1974.

HEAD, B. W. Toward More “Evidence-informed” Policy Making? Public Administration Review. V. 76 n. 3, p. 472-484, 2016.

JANNUZZI, P.M.. Indicadores sociais no Brasil. Campinas: Alínea. 2001.

_____. Indicadores sociais na formulação de formulação de políticas públicas. Revista Brasileira de Administração Pública. Rio de Janeiro: v. 36, p. 51-72, jan/fev, 2002.

LATOUCHE, S.. Pequeno Tratado do Decrescimento Sereeno. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2009.

MONTEIRO, S. R. da R. P.. Marco conceitual da vulnerabilidade social. Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.

OLIVEIRA, F. de. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo. 2003. 150 p.

RAMOS, C. M.; SILVA, E. N..Como usar a abordagem de Política Informada por Evidência na saúde pública? Revisão, v.42, n. 42, n. 116, p. 296-306, 2018.

SANTOS, M.. O espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo: EDUSP. 2007.

Prática extensionista em meio ao isolamento social: desafios e aprendizagem

Amilton da Costa Lamas¹

Francisco de Salles Cintra Gomes²

Vera Lucia dos Santos Placido³

Introdução

Atualmente vivemos num mundo no qual a tecnologia permite o contato virtual com muitas pessoas abrindo possibilidades de receber e de enviar informações multimídia. As universidades sempre compartilharam muitas informações através da comunicação eletrônica e muitas pessoas, fora da universidade, estão cada vez mais próximas dessa comunicação, formando redes e fluxos.

Os universitários nasceram num mundo tecnológico que lhes permitem muitas conexões e um envolvimento com muitos grupos de pessoas através das redes sociais. Desta forma, estão acostumados com as tecnologias virtuais, que viabilizam as relações sociais em novas temporalidades. Para eles, a comunicação e o conhecimento são “sem fronteiras” e passam a ser algo natural através de qualquer dispositivo conectado à internet.

A pandemia da covid-19 teve sua origem no final de 2019 quando surgiram os primeiros casos de infecção do novo Coronavírus. O epicentro foi na cidade de Wuhan, na China, e o número de infectados cresceu rapidamente, chegando a mais de

¹ Graduado em Física. PhD em Física – Clark University Ma USA; Docente Extensionista da PUC-Campinas, Faculdade de Engenharia Elétrica.

² Mestre em Engenharia Elétrica e Professor Extensionista da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Faculdade de Engenharia Elétrica.

³ Graduada em Geografia. Mestre e Doutora em Geografia – Organização do Espaço (UNESP/Rio Claro); Docente Extensionista da PUC-Campinas, Faculdade de Geografia.

190 mil pessoas no mundo (SANAR SAÚDE, 2020). Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou pandemia de Coronavírus e o Ministério da Saúde do Brasil estabeleceu critérios para quarentena, determinando isolamento em ambiente familiar como medida preventiva para conter o avanço na população brasileira.

Com a pandemia, as ações da Extensão Universitária, que compartilham os conhecimentos do ensino e da pesquisa desenvolvidos na universidade com o público externo ou com comunidade parceira, passam a ter, na atuação social, novos desafios para possibilitar a transformação da realidade social. Essa função social da Universidade aliada ao desenvolvimento social necessita ser realizada de outra forma e por outros meios diferentes do presencial e que possibilite a participação da população de forma aberta, sendo a mais democrática possível.

Os Projetos de Extensão realizados pela PUC-Campinas valorizam a interação entre a Universidade e a sociedade, num processo de intervenção na comunidade, para a descoberta conjunta de novos saberes a partir do diálogo e compartilhamento de conhecimentos, com objetivo de promover melhores condições de vida para a comunidade.

Este trabalho tem por intuito descrever, a título de reflexão, as diversas aprendizagens percebidas pelos extensionistas autores do presente artigo, mediante os desafios impostos pelo isolamento social. Acredita-se que estas reflexões contribuirão para uma melhoria constante no exercício da prática extensionista, ou seja, dada a sua capacidade de acontecer em tempo real junto as comunidades e/ou parceiros, ela é resiliente, além de promover o diálogo entre diferentes saberes, em espaços criativos.

I. Projetos de Extensão Universitária na PUC-Campinas

A PUC-Campinas no que se refere à extensão universitária, tem qualificado suas ações extensionistas dando oportunidades aos seus professores de apresentarem propostas de projeto de extensão no formato de 12, 16 e 24 horas semanais, viabilizando,

desta maneira, a popularização da extensão entre os professores da instituição. Tal política, evidentemente, privilegia a maior inserção e presença da Universidade na sociedade, via aumento do número de projetos propostos.

Esta realidade implica no envolvimento de parceiros diretos e dezenas de alunos, dos mais variados cursos, permitindo à extensão ser uma atividade rica em aprendizagens significativas. Para os parceiros se privilegia a troca, pois em nenhum momento a equipe extensionista chega com soluções prontas. Através de oficinas socioeducativas há intenso enlace entre as demandas da comunidade e o desenvolvimento do projeto, sempre pautado em uma situação-problema.

Nesta troca a Universidade chega aos diferentes lugares da região metropolitana e, a partir de intensa interação, apresenta soluções sempre adequadas à realidade vivida e constrói as bases para garantir a autonomia dos envolvidos. A garantia da autonomia é fundamental, pois se entende que a comunidade envolvida precisa conhecer seus desafios, se posicionar diante deles e gerir suas expectativas. Assim, a extensão se refaz num ciclo positivo e interativo; positivo porque todos aprendem, interativo porque é na soma de diferentes conhecimentos que se encontra soluções, na maioria das vezes, bem próximas às comunidades e aos seus anseios.

A Extensão é entendida aqui como uma potência para a aprendizagem, já que o seu acontecer se dá no exercício prático dos dilemas vividos por comunidades. Ao se envolver com a extensão universitária que exige respostas para problemas reais, docentes e universitários potencializam seus conhecimentos teóricos.

A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PROEXT PUC-Campinas), reconhecendo a extensão como atividade-fim da Universidade, segue os princípios da articulação das ações entre a universidade e a sociedade, atuando de forma interativa, propositiva e articuladora, estimulando processos diretos de troca de saberes popular e acadêmico, valendo-se de metodologias participativas como oficinas socioeducativas com vistas a promover

uma ação transformadora no meio social, além de contribuir para uma formação holística dos discentes direta e indiretamente envolvidos.

O pressuposto básico para o desenvolvimento dos projetos é que os conhecimentos produzidos dentro dos muros da Universidade por si só não bastam para colaborar com os desafios vivenciados pelas comunidades cotidianamente. O trabalho conjunto entre a Universidade e a instituição parceira promove a articulação das capacidades adquiridas dentro dos laboratórios e salas de aula quando, com o objetivo de colaborar com tecnologias variadas, promove-se a democratização da informação, a cooperação da sociedade na construção das soluções tecnológicas e a apropriação dos resultados por ela. Sendo assim, caracteriza-se a construção de uma solução, dentro do projeto de extensão, como uma interferência direta da instituição de ensino na dificuldade declarada pelo público alvo e uma rápida e objetiva resposta aos problemas identificados em comum. Desta forma as ações de extensão, no formato de intervenção social constitui uma via de troca de conhecimento entre a sociedade e a Universidade (LAMAS, 2017).

I.1 A extensão pautada na metodologia ativa e significativa

Os projetos de Extensão da PUC-Campinas caracterizam-se por realizarem ações intervencionistas junto à grupos sociais e comunidades organizadas da região metropolitana de Campinas; portanto, são realizadas através do estabelecimento de parcerias formais com instituições reconhecidas atuantes nas áreas sinérgicas às diretrizes da PROEXT PUC-Campinas. O universo destas instituições varia desde privadas até órgãos públicos, organizações não governamentais (ONG) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), sendo, portanto, diverso do ponto de vista social e amplo na perspectiva do território da Região Metropolitana de Campinas (RMC).

O método de trabalho, comum a todos os projetos de extensão pressupõe o estabelecimento de uma relação dialógica e

articulada entre a equipe extensionista e o público alvo. Enquanto, internamente, os projetos de extensão são apoiados financeiramente pela PROEXT-PUC-Campinas, as instituições parceiras contam com investimentos oriundos de programas sociais de âmbito municipal, estadual e federal bem como investimentos privados específicos.

As rodas de conversa são a principal ferramenta para a troca dialógica de conhecimentos se sustentando na necessidade da problematização e de debates acerca de tema comum aos participantes. A ação colaborativa e participativa da comunidade extra universidade está aqui presente: esses debates são fundamentais para a idealização e construção da solução tecnológica a ser promovida pela extensão, sempre ancorado pelas trocas de experiências, conhecimentos e reflexões sobre a autonomia do público alvo.

Uma segunda característica em que a extensão se assenta é o trabalho colaborativo. Aqui, pressupõe-se uma atividade em que a participação do público alvo do projeto de extensão seja realmente valiosa, isto é, busca-se que esse grupo da sociedade participe dos momentos de decisão, solução, aprimoramento e avaliação da solução do problema. Com isso, cabe aos integrantes vindos da Universidade, a sintetização de seus conhecimentos no momento de difundir informações ao público-alvo e o tratamento ao recebê-las novamente em prol do objetivo comum. Além do caminhar junto e objetivamente para o desenvolvimento da solução tecnológica, segundo Damiani (2008), o trabalho colaborativo possibilita o resgate de valores como compartilhamento e solidariedade entre os segmentos da sociedade.

Nesta perspectiva, os alunos envolvidos nos projetos extensionistas experienciam o próprio conhecimento; hoje, o discente deseja ocupar a posição central no processo da sua formação. Esta situação se coaduna com o momento presente: os jovens, mais aptos à tecnologia, sentem maior necessidade da prática em comunhão com a teoria e a empiria. Ampliando esta lupa, pode-se afirmar que a sociedade em que vivemos, pautada no meio técnico-científico-informacional, de acordo com Milton Santos (2001), também espera que as Universidades

formem pessoas capazes de enfrentar os desafios globais que se territorializam nos diversos lugares, independentemente de serem nações pobres ou ricas, a exemplo da pandemia que estamos passando.

A extensão, *per se*, oportuniza a vivência prática aos alunos, permitindo à primeira mão, que o graduando experimente a estratégia metodológica de condução colaborativa com a sociedade. Esta participação é uma oportunidade de desenvolver suas capacidades de comunicação, análise e interpretação que, na sala de aula, dado outros contextos, nem sempre é oportunizada. Estas competências transversais são altamente apreciadas pelo mercado de trabalho (LUCKIN, 2017; WEF, 2016).

O contato direto com realidades díspares das acadêmicas permite o crescimento pessoal e o amadurecimento de ideias técnicas e não técnicas para resolução de desafios vivenciados por grupos em situação de fragilidade social. Os alunos, participantes das ações, tornam-se mais maduros e confiantes, qualificando a melhor formação profissional.

A principal contribuição das ações, no entanto, se encontra na experimentação de situações não regularmente vivenciadas nas atividades curriculares tradicionais. A necessidade de superar a barreira de linguagem, acompanhada pela timidez de alguns alunos, constitui um dos primeiros desafios vivenciados por eles. Enquanto a comunicação técnica é fácil intramuros na Universidade, a vivência em campo demonstra a imensa dificuldade experimentada pelos alunos em se fazer entender por um público que, na maioria das vezes, não possui a formação técnica. A superação do desafio só é possível quando o discente definitivamente se apropria do conhecimento exposto em sala de aula, tornando-se capaz de expressá-lo numa linguagem popular, mas não imprecisa.

Por fim, mas não menos importante, a participação em ações de extensão abre uma janela de oportunidade para o reconhecimento público. Todos os alunos participantes recebem, de uma forma ou de outra, reconhecimento pelo público alvo, pela contribuição na promoção da sua autonomia.

2. Desafios e Aprendizagens Decorrentes do Distanciamento Social

Com o início do distanciamento social estabeleceu-se um desafio cultural para o povo brasileiro de uma maneira em geral: como renunciar ao contato físico? A cultura social no Brasil é a de toque, muito devido a sua origem latina. Em outras culturas, como a anglo-saxã, o contato físico é muito menor; inclusive existe a percepção de um espaço no entorno pessoal reservado à privacidade, cuja violação é deixada clara seja por verbalização ou por linguagem corporal. No Brasil isto não existe ou não é deixado explicitamente claro pelas pessoas. Este comportamento estende-se ao mundo empresarial. No mundo dos negócios, mesmo em grandes corporações é esperado haver algum tipo de contato presencial, pelo menos durante os estágios de negociação de projetos, antes de fechar qualquer acordo. Um reflexo disto pode ser observado no pouco uso de reuniões virtuais durante a década de 90 e início dos anos 2000, ainda que as grandes corporações tivessem pelo menos um acesso à Internet de alta velocidade, 1 ou 2 Mbps na época.

O distanciamento social impôs, de um momento para o outro, novas condutas culturais que reverberaram em todas as esferas da sociedade, especialmente àquelas que valorizam a proximidade sujeito-sujeito, como as atividades no ambiente acadêmico.

No caso específico da extensão, por exemplo, de um dia para o outro, as ações extensionistas tiveram que se reinventar. Práticas dialógicas passaram a ser mediadas pelas tecnologias e pelos espaços virtuais. As oficinas, que antes aconteciam numa roda de conversa, passaram a acontecer virtualmente, também em rodas, mas agora em ambiente digital. O impacto cultural é a percepção de que os espaços físicos estão muito reduzidos, pois todos se encontram em suas casas, mas, paradoxalmente, os territórios de encontro se ampliaram, pois, as tecnologias aproximam as escalas geográficas. Por outro lado, a mesma tecnologia que aproxima, é a que distancia, especialmente para àqueles que não possuem acesso a boas redes de internet. Sente-se claramente,

neste caso, o aprofundamento da exclusão e este aprofundamento impacta diretamente a extensão, considerando o fato que o nosso público, na grande maioria das vezes, enfrenta algum tipo de dificuldade na inserção social.

É bastante comum que, em vista deste público alvo, as instituições estejam localizadas nas periferias onde a infraestrutura de comunicação é bastante escassa. Além disto, poucas são as instituições que tem recursos mínimos de telecomunicações; é muito comum trabalhar com parceiros que não possuem nenhuma infraestrutura de tecnologia de informação como computadores pessoais, roteadores, etc. Nestes casos é necessário que alguém tenha um *smartphone* para prover o que é chamado de ponto de acesso, o que nem sempre é garantido. Esta precariedade no acesso à informação é característica comum das instituições parceiras e de seu corpo administrativo e assistidos. As mesmas considerações se aplicam a equipe de projeto já que a disparidade de acesso à tecnologia de informação é muito grande no universo, também, dos discentes.

Um outro desafio encontrado diz respeito a tecnologia digital síncrona, amplamente empregada em soluções de comunicação em tempo real. Estas soluções requerem uma infraestrutura de rede confiável e rápida de ponta a ponta, isto é, entre os terminais dos participantes e o servidor em ambos os sentidos. Isto significa que, redes do tipo ADSL (*Asymmetric Digital Subscriber Line*), usadas como cabeamento entre PCs, e que entregam banda maior na descida do que na subida, não são tão úteis visto que agora o tráfego se aproxima do simétrico onde todos os envolvidos geram vídeos, o principal demandante de desempenho de rede. Aplicações síncronas requerem bandas de, pelo menos, 3 Mbps, latência de no máximo, 40 ms e variações de atraso inferiores a 10ms, para situações de envio de uma única tela entre PCs; comunicações multi-telas exigem bandas maiores do que 30 Mbps. Embora o uso de celulares inteligentes (*smartphones*) seja muito difundido e que estes requeiram largura de banda mínima de 1 Mbps, não existe garantia alguma de que, nas pontas, as condições de rede sejam as mínimas aceitáveis.

Soma-se a estas questões o desafio de realizar de forma remota

uma intervenção social que se caracteriza por um trabalho em campo presencial. Os projetos de extensão universitária baseiam-se em processos dialógicos entre indivíduos com diferentes níveis de percepções e de conhecimento, sendo importante a presença física das pessoas para que o diálogo seja eficiente e eficaz. Rodas de conversa presenciais tem alta fluidez no diálogo, permitindo que a troca de conhecimentos entre as equipes e a convergência de opiniões seja alcançada de forma rápida. Durante as rodas de conversa muitas informações e sinalizações são trocadas através de linguagem corporal, contribuindo para o direcionamento do diálogo. Estas sinalizações, em geral, são difíceis de serem capturadas pelos recursos de telecomunicações. Isto aumenta o risco de que interpretações incompletas venham acontecer exigindo mais tempo para confirmações de entendimento, para convergência de opiniões e tomadas de decisão. Estas dificuldades tornam-se muito significativas quando existe uma barreira de linguagem a ser superada, o que é muito comum em projetos de extensão, especialmente em sua fase inicial.

Na superação destes desafios os projetos de extensão adotaram as soluções ofertadas pela universidade com objetivo de suprir a falta das aulas presenciais, especialmente o Microsoft Teams (*TEAMS*) e CANVAS da *Instructure* (CANVAS). Também foi incentivado o uso de outros aplicativos digitais como WhatsApp, ZOOM, Facebook, Instagram, Youtube, Twitter, Skype, Google Drive etc. Observa-se que a disponibilidade de ferramentas no mercado é muito grande, permitindo ampla escolha de solução tecnológica para diferentes situações de projeto.

As ferramentas TEAMS e ZOOM mostraram-se adequadas para condução de rodas de conversa com vários participantes quando fosse necessário realizar apresentações com compartilhamento de telas. A flexibilidade no tratamento das imagens é muito semelhante, ambas permitem a gravação das videoconferências o que facilita para manutenção dos registros das rodas de conversa e reuniões com os alunos. A integração das ferramentas com o aplicativo WHITEBOARD (Microsoft) torna os encontros muito dinâmicos e facilita a troca de ideias e contribuições em tempo real, visto permitirem o uso compartilhado das telas.

As duas plataformas são, do ponto de vista de trabalhos de extensão, muito similares, enquanto o TEAMS é integrado com o Office 365, o que o torna muito atraente para reuniões com os alunos visto ser uma plataforma dotada pela PUC-Campinas; já, o ZOOM, é a solução mais popular para vídeo conferências por ser muito simples, acessível sem restrições, assim as rodas de conversa ocorreram, preferencialmente, nesta ferramenta. Considerando os desafios tecnológicos mencionados na seção 3, as videoconferências se limitaram ao compartilhamento de até 4 telas simultaneamente, sendo comum que apenas o apresentador envie vídeo para a roda de conversa.

Muitos projetos valeram-se de soluções de comunicação com WhatsApp para interagirem com os grupos de alunos e com o público alvo, uma vez que esta tecnologia é muito presente na sociedade, não se constituindo desafio tecnológico, a sua utilização. Esta aplicação de comunicação social, embora permita registro do conteúdo raramente foi utilizada como ferramenta oficial para produção de evidência de realização dos trabalhos, atendo-se a comunicações informais.

Algumas ferramentas tradicionais como e-mail e repositórios em nuvem também foram empregadas como forma de democratizar o acesso à informação, já que o uso destas soluções é assíncrono, o que coloca pouca demanda por banda no canal de comunicação. Muitas destas soluções empregam a tecnologia de QR code para facilitar o acesso à informação pelo público alvo.

Porém, a situação colocada pela pandemia não é totalmente novidade, do ponto de vista científico, dado o papel da globalização e das redes de comunicação e informação. Harari (2018) nos alertava que à medida que a estranheza se torna o novo normal, nossas experiências passadas passarão a ser guias menos confiáveis. A sensação de tempo comprimido, proporcionado pelas redes materiais e imateriais farão que vivamos, em ciclos temporais curtos, com cataclismos ambientais e doenças ainda não identificadas que atingirão todos os continentes, sem precedentes. Cabe então, nos indagar: Quais as nossas aprendizagens em meio a uma situação que nos evidencia o quanto precisamos ser resilientes?

Talvez, a primeira delas seja a percepção que a História é presente e que ao mesmo tempo que estamos envolvidos num processo, este já se faz produto desta realidade. Assim, nos atentarmos ao processo, nos fará ler com maior acuidade o produto final desta experiência. Neste sentido, a extensão, como atividade universitária e, acima de tudo, humana na essência, buscou usar o meio de comunicação que se institucionalizou com o isolamento – as plataformas digitais – para aumentar a frequência das rodas de conversa e, por outro, diminuir o tempo de cada uma. Desta forma, manteve-se o nível de dedicação de cada uma das partes envolvidas na ação e aumentou-se o nível de aproximação das equipes de forma a compensar a sensação de distanciamento social. Além das plataformas aqui mencionadas, a organização de grupos no WhatsApp se colocou como uma alternativa permanente neste período. Esta estratégia também mitiga o risco do trabalho colaborativo a distância, concorrendo para a manutenção do nível de entendimento e diálogo comparável ao da execução de projeto presencial.

A resiliência também é identificada na adoção de métodos, processos e formas de trabalho inovadoras. No lado humano do distanciamento social as pessoas desenvolveram competências e habilidades até então desconhecidas ou não usadas. Neste sentido as necessidades trazidas pelo distanciamento social decorrentes da pandemia também contribuíram com a evolução das pessoas, estimulando-as a serem inovadoras no seu comportamento e na busca de meios de sustentação para as suas atividades, até mesmo as mais corriqueiras. Naturalmente, estas consequências se refletem nos projetos de extensão visto serem eles uma oportunidade prática de exercitarem estes aspectos, potencializando novos projetos e métodos e processos criativos de execução.

Do ponto de vista espacial, o potencial benefício para os projetos de Extensão Universitária trazidos pela pandemia é a oportunidade de levar os projetos a regiões mais distantes da Universidade sem aumentar os custos de forma significativa. Com o emprego das tecnologias digitais, seja na captura de imagens e sons, seja na transmissão dos dados em alta velocidade, os projetos de extensão podem ser estabelecidos e executados

em regiões fisicamente distantes sem a percepção do aumento da distância física. O uso de interfaces de alta resolução, de telas adequadas à projeção de imagens em tamanho natural e a devida preparação do ambiente, nos dá a percepção é de que os participantes se encontram ao alcance das mãos.

Neste sentido, a médio e longo prazos, podemos auferir que o emprego de tradutores por SW ou HW, de legendas traduzidas automaticamente e de conversores texto/ fala de boa qualidade concorrem para a internacionalização da Extensão Universitária, permitindo que projetos de sucesso venham a ser replicados em diferentes países que possuam a mesma problemática sócio territorial a ser resolvida. Ações internacionais concorrem, por um lado, para o estabelecimento do sentido de pertencimento a regiões específicas do globo e, por outro, contribui para a universalização das soluções e para a apropriação de novas tecnologias por todas as sociedades – trata-se, efetivamente, da universalização do conhecimento.

Deficientes visuais, por exemplo, foram encorajados a desenvolverem modelos mentais do ambiente em que vivem através de estímulos cognitivos que estimularam a criatividade tanto dos técnicos das instituições de apoio quanto dos próprios deficientes. Os profissionais se viram obrigados a modificarem os métodos e processos de forma a serem aplicáveis remotamente através de tecnologias digitais. Isto fez com que fossem identificadas novas oportunidades de desenvolvimento de provas de conceito que venham a apoiar estes processos modificados.

Um outro exemplo que pode ser apresentado diz respeito a cartografia social. Antes, os mapas eram produzidos *in loco*, a partir dos lugares nus aos olhos dos participantes do projeto. Hoje, a perspectiva colocada é trabalhar com plataformas coletivas em que as pessoas editam os próprios mapas apontando as suas diferentes percepções, como por exemplo, o Open Street Maps. Se, antes a cartografia se assentava no plano social e comunitário, hoje se assentará no plano colaborativo no ambiente da plataforma. No plano colaborativo rompe fronteiras e o lugar se mundializa. Neste aspecto, políticas públicas poderão ser pensadas e articuladas a partir de exemplos e consolidação de redes

solidárias mundiais.

As inovações também ocorreram do lado da equipe universitária. Nos casos de projetos de extensão com grande número de discentes participantes (maior do que 20) os coordenadores dos projetos inovaram nas estratégias de condução do projeto. Num projeto com 23 alunos o professor adotou a divisão em subgrupos e escolheu um aluno no papel de líder ou coordenador para que auxiliasse no andamento das tarefas. Para cada subgrupo foi estabelecido um tema, por exemplo, “Ações de conscientização sobre uso racional e eficiência energética” e pautas ou tópicos de trabalho, por exemplo, “apoio aos artigos e resumos para Congressos”, “elaboração de vídeos” (comum a todos os subgrupos), criação e administração de um site, criação de um canal no YouTube e redes sociais (conexão com o FaceBook).

Em suma, o distanciamento social nos trouxe a necessidade de nos adequarmos rapidamente a nova situação social. Houve, desta maneira, arranjos sociais, culturais e tecnológicos que nos permitiram conduzir as atividades ajustando o cronograma de ação considerando as novas mediações tecnológicas.

Considerações Finais

No plano social as mudanças da sociedade **são sempre** ininterruptas. Antes, estas grandes mudanças que respigam nas nossas organizações espaciais aconteciam a cada século dando a segurança de longevidade dos processos. Era possível olhar para o passado e, na segurança da experiência, saber exatamente qual a melhor decisão a ser tomada. Hoje, obviamente tal postura ainda é validada, mas, o que mudou drasticamente, é a velocidade do tempo comprimindo e dilatando os espaços sociais. A pandemia evidenciou claramente esta situação. Nos dias atuais aqueles mais resistentes ao uso de smartphones, por exemplo, se viram em situações muito difíceis até mesmo para gerir necessidades básicas do dia-a-dia, como a compra de um alimento, por exemplo.

A medida que a pandemia se estabelecia em praticamente todos os continentes, viajando e rompendo fronteiras a partir

das redes de comunicação e informação, o mundo foi se encolhendo e percebendo suas mazelas: a pobreza se escancarou na mesma proporção da briga no comando desta nova geopolítica – quem descobrirá o melhor tratamento para aliviar esta tensão e poderemos voltar ao “normal”? E, o que entenderemos como “normal” a partir de agora? Essas questões, de cunho filosófico e ético nos fará **perceber melhor e mais cuidadosamente, o papel das tecnologias. Se tínhamos alguma resistência quanto ao seu uso e importância**, hoje somos sabedores da capacidade elástica que elas possuem e sabemos que nossas reuniões, mesas redondas, oficinas e tantas outras atividades podem acontecer no espaço reduzido das nossas casas. Por outro lado, mais pessoas podem fazer parte desta rede, ou seja, o espaço físico se reduz ao mesmo tempo que o virtual se amplia e, portanto, o impacto da extensão no território, se aprofunda. Ao se aprofundar a Extensão tem a chance primeira de evidenciar a sua importância, marcada para além de atividades que estabelecem a conexão entre a Universidade e a sociedade. A extensão como prática e ação dará novos sentidos a formação acadêmica privilegiando os diversos saberes e valorizando diferentes formas de articulação entre eles. Nesta rota cabe destacar a importância da curricularização da extensão que, a luz do uso das tecnologias digitais, que a pandemia nos mostrou ser necessário e factível, poderá levar a universidade para todos os lugares, instantaneamente.

O advento da pandemia fez com que todos os atores participantes dos projetos não só reinventassem as formas de participação e os métodos e processo de condução dos mesmos, mas também abandonassem paradigmas tradicionais de relacionamento, aceitando o distanciamento social como uma realidade com a qual será necessário por algum tempo ou que talvez venha a tornar-se permanente. Este é um período de aprendizado para todas as equipes, sem modelo de operação pré existente, muito foi executado na forma de tentativa e erro, com avanços e recuos, mas com um aprendizado rico que será utilizado por muito tempo.

Em suma, a pandemia e a necessidade do isolamento social nos trouxeram **vários desafios e dois aprendizados claros que** aqui podemos chamar de estruturais: o primeiro, a

clara percepção de que a Extensão se fortaleceu neste processo. Ao se mostrar resiliente conseguindo atender os parceiros e as diversas instituições no caráter remoto e orientando os alunos de forma síncrona ao cronograma inicialmente proposto, mostrou-se ser competente e eficaz ao dar respostas **rápidas** aos anseios e necessidades da sociedade; o segundo ponto diz respeito ao papel da tecnologia como uma grande parceira. Buscar soluções tecnológicas para meios tão diversos, certamente, é o maior aprendizado que a pandemia nos deixa, ao nos dizer que as tecnologias são, sobretudo, sociais e **não são ferramentas para melhorar nossas vidas, mas sim, instrumentos capazes de conectar pessoas, projetos e ações, mesmo que não saíamos de nossas casas.**

Referências

CANVAS – Instructure Brasil. Disponível em: <https://www.instructure.com/pt-br> . Acesso em: 22 jul. 2020.

DAMINANI, M. F.. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. *Educar em Revista*, n. 31, p. 213-230, 2008.

HARARI, Y. N.. *21 Lições para o Século 21*. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

LAMAS, A.. Estabelecendo o Vínculo Ensino-Extensão. *Anais do XIV Congresso Latinoamericano de Extensión Universitaria ULEU y II Congreso Centroamericano de Vinculación Universidad Sociedad CSUCA – Manágua, Nicarágua*, 2017. Disponível em: https://issuu.com/uleuoficinasur/docs/ponencias_aprobadas_uleu. Acesso em: 08 ago. 2020.

LUCKIN, R. *et al.* Solved! Making the case for collaborative problem-solving. *NESTA, National Endowment for Science, Technology and the Arts*, march 2017. Disponível em: <http://www.nesta.org.uk/publications/solved-making-case-collaborative-problem-solving>. Acesso em: 08 ago. 2020.

SANAR SAÚDE, 2020. Disponível em: <https://www.sanar-med.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 08 ago. 2020.

SANTOS, M.. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: EDUSP. 2007.

TEAMS - Microsoft Teams. *Microsoft Corporation, Redmond WA, USA*. Disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/group-chat-software>. Acesso em: 22 jul. 2020.

WEF - World Economic Forum. Global Challenge Insight Report: The future of jobs, employment, skills and workforce strategy for the fourth industrial revolution. *World Economic Forum*. Genebra, Suíça, 2016. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

ZOOM - Zoom Video Communications. Disponível em: www.zoom.com.br. Acesso em: 22 jul. 2020.

A extensão universitária e seu papel de transformação social no contexto da medicina transfusional em tempos de pandemia

Agnes Gabrielle Wagner¹

Francesco Enrico Cozer Piassa²

Manuela Meinhardt Pinheiro dos Santos³

Luísa Fanton Pelle⁴

Luiza Mattos Volpi⁵

Cristiane da Silva Rodrigues de Araújo⁶

Introdução

A universidade como conhecemos hoje é uma instituição recente e fruto de inúmeras transformações e adaptações. Está fundamentada no eixo primordial de ensino, pesquisa e extensão, caracterizado como indissociável pelo artigo 207 da Constituição de 1988, o qual afirma que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, Constituição, 1998). Dessa forma, deve ser reconhecida como uma instituição com importante influência no desenvolvimento individual e global da sociedade, exercendo seu papel social a partir da formação acadêmica crítica e científica e da aplicabilidade do conhecimento produzido à realidade em que está inserida.

¹ Acadêmica de Medicina, Universidade de Passo Fundo.

² Acadêmico de Medicina, Universidade de Passo Fundo.

³ Acadêmica de Medicina, Universidade de Passo Fundo.

⁴ Acadêmica de Medicina, Universidade de Passo Fundo.

⁵ Acadêmica de Medicina, Universidade de Passo Fundo.

⁶ Médica, Serviço de Hemoterapia do São Vicente de Paulo.

No tripé de sustentação das universidades, a extensão foi a última a surgir. O desejo de uma instituição mais direcionada à propagação de conhecimento às classes populares, com maior impacto social, preocupação com os problemas regionais e, conseqüentemente, mais próxima à comunidade, influenciou fortemente o desenvolvimento dessa modalidade de atuação acadêmica (SILVA, 2018). Nesse sentido, a extensão universitária baseia-se na troca entre ações planejadas pela instituição e realizadas nas comunidades externas, possibilitando o desenvolvimento de práticas profissionais fora dos muros da instituição. Ainda, sua repercussão vai muito além da formação técnica de profissionais do ensino superior; com ela busca-se modificar a realidade social através do conhecimento gerado pela universidade, visando preencher lacunas e beneficiar a comunidade e melhorar a qualidade de vida da população.

As estratégias de ensino utilizadas pelas universidades são há muito tempo discutidas. Habitualmente, os projetos de extensão utilizam-se de metodologias ativas, baseadas em desafios e situações problema reais, coerentes com as demandas locais. Os acadêmicos assumem papel como protagonistas do seu processo de aprendizagem, interagindo com colegas e professores, exercitando diferentes competências e desenvolvendo a habilidade de reflexão e crítica acerca dos assuntos. Essa abordagem é oposta ao modelo tradicional de ensino, no qual os acadêmicos adotam postura passiva frente à exposição do conteúdo teórico, sem empregar o conhecimento absorvido (MARTINS, 2017).

No ano de 2020, no entanto, a emergência do SARS-CoV-2, um vírus nunca antes documentado, de importante viremia e morbimortalidade, rapidamente se tornou uma pandemia de contaminação global, repercutindo negativamente em inúmeros setores da sociedade, nas mais diversas dimensões e complexidades. Os países afetados adotaram diferentes estratégias de isolamento social como forma de diminuir a velocidade de transmissão as quais repercutiram nas práticas pedagógicas e transpareceram a imaturidade das metodologias contemporâneas de ensino.

A necessidade de paralização das atividades escolares, com fechamento de instituições públicas e privadas e interrupção de

aulas presenciais, demandou o desenvolvimento de formas alternativas de continuar o processo de ensino-aprendizagem, sendo que o uso remoto das Tecnologias de Informação e Comunicação se tornou a forma predominante para alavancar estratégias de Ensino a Distância (EAD) (SENHORAS; PAZ, 2019). Nesse contexto, os projetos de extensão, habituados a atuarem de forma assistencialista e envolvidos presencialmente com o público alvo, também se encontraram cercados por uma situação completamente nova e precisaram elaborar meios inéditos de se estabelecer na sociedade e seguir compartilhando o conhecimento produzido nesse período.

As transformações que estão ocorrendo devem nos levar a refletir sobre o papel das universidades no mundo contemporâneo e a importância das ações de extensão nesse período atípico. Dessa maneira, no presente artigo realizamos uma ampla análise sobre a extensão universitária e discutimos de forma contextualizada o impacto da pandemia do coronavírus nas ações sociais voltadas à medicina transfusional, bem como benefícios da tecnologia e práticas virtualizadas na criação de metodologias inovadoras.

I.A extensão universitária no ensino superior

A inserção da extensão ao lado da pesquisa e do ensino representou, de certo modo, um rompimento com as origens históricas das universidades no Brasil. No período em que se adotavam os modelos europeus de educação, as instituições sempre foram tidas como “universidades de pesquisa” e não como “universidades prestadoras de serviço”. Uma vez que se segue o modelo acadêmico norte-americano, as universidades se tornam “guiadas e definidas pela demanda”, isto é, a academia atua como agência de prestação de serviços e atende às necessidades da sociedade e do mercado (CALDERÓN, 2004).

Dentre as três funções da universidade – pesquisa, ensino e extensão -, a extensão surge como o último alicerce, sendo responsável por manter o vínculo com a sociedade (SOUSA, 2000).

A atuação extensionista não está limitada à indivíduos do mesmo perfil, ao contrário, alcança uma grande diversidade de públicos externos com os quais é preciso estabelecer uma interlocução para identificar problemas, informar, capacitar e propor soluções. É uma via de “mão dupla” e gera troca de saberes científico-cultural, que, conseqüentemente, democratiza o conhecimento acadêmico e favorece a produção de novas tecnologias e inovações. Além disso, a extensão deve atuar conjuntamente ao ensino e à pesquisa e não se manter isolada deles e da universidade como um todo (SANTOS JÚNIOR, 2013), atuando como forma de reconstruir o conhecimento e aplicá-lo à realidade na qual está inserida.

Nesse contexto, pesquisadores e educadores reforçavam a importância da extensão no aprendizado dos acadêmicos e na mudança da sociedade em suas publicações. Abrahan Flexner, por exemplo, ficou conhecido mundialmente após a publicação do *Medical Education in the United States and Canada*, em 1910, um estudo baseado em informações coletadas nas escolas médicas da América do Norte com a finalidade de instituir um novo modelo de ensino. O “Relatório Flexner”, como ficou conhecido, levou à consolidação de um modelo não simplesmente observatório, mas caracterizado pela atividade e aprendizado práticos dos alunos. O estudante não só observador, ouvinte e memorizador, mas também agente ativo da ação. Dez anos depois, na Inglaterra, foi publicado o Relatório Dawson, o qual propunha a utilização dos serviços de Atenção Básica como fonte de ensino para a formação em saúde.

A universidade brasileira nasceu tardiamente, na primeira metade do século XX, e a partir dos anos 1950 e 1960, por influência dos movimentos sociais, despertou-se para o seu compromisso social. No entanto, apenas na Constituição de 1988 – a qual consagrou o princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, Constituição, 1988, Artigo 207) - que se estabeleceu a extensão como uma das finalidades da universidade. Dessa forma, iniciou-se a transformação na relação entre o ensino superior e o sistema geral de educação, incentivando a interdisciplinaridade e utilizando-o como um instrumento de

mudança social.

Ao mesmo tempo, procura-se superar o modelo de ensino biomédico, exclusivamente clínico e centrado na doença, no saber técnico, no especialismo e na prescrição exacerbada (PAIVA, TEIXEIRA, 2014). Frente à complexidade que envolve o processo saúde-doença e, levando em consideração o papel comunitário exercido pelas universidades, estratégias foram desenvolvidas para suplantiar as necessidades da saúde pública e garantir o ensino prático adequado aos futuros profissionais. E a extensão, por possuir características que, se bem exploradas, podem vir a contribuir para uma mudança no processo de ensinar e aprender, foi inserida nesse arsenal metodológico diferenciado.

O seu conceito e funcionamento encontram-se em constante debate e reformulação (FARIA, org., 2001). As críticas dirigem-se tanto às práticas puramente assistencialistas e, sobretudo, às atividades desvinculadas do ensino e da pesquisa. O que é promissor nesse debate é que sua atuação está fundamentada hoje e os caminhos estão abertos para que ela seja valorizada e vista como essencial para um projeto de universidade e de sociedade (GADOTTI, 2017). Afinal, já que é feita de encontros entre alunos, professores e comunidade possibilita a incorporação de outros saberes, criação de um novo senso comum, ampliação da capacidade de reflexão sobre as práticas médicas e qualificação da população sobre a prevenção e promoção da saúde.

2. Produção de conhecimento e promoção da saúde: experiências de um projeto de extensão

Universidade de Passo Fundo (UPF), refletindo seu ambiente acadêmico participativo e incluso na comunidade, possui mais de oitenta projetos e programas de extensão em diversas áreas do conhecimento: cultura e comunicação, direitos humanos e justiça, educação, esporte e lazer, literatura, meio ambiente, tecnologia e saúde. Nesse sentido, em 2011 foi criado o Programa Com-Saúde (Comunicação em Saúde), com uma ampla variedade de projetos individuais com o objetivo de produzir e divulgar

informações qualificadas sobre promoção de saúde e qualidade de vida, além de fortalecer a relação entre o ensino, os serviços de saúde e a comunidade necessitada. O programa desenvolve ações de comunicação sensível e busca ampliar o conhecimento e autonomia das pessoas sobre sua saúde, bem como fortalecer a integração ensino-serviço-comunidade por meio do trabalho interprofissional alicerçado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Diariamente, indivíduos que se submetem a cirurgias e intervenções médicas de grande complexidade, são vítimas de acidentes automobilísticos ou são portadores de doenças crônicas, como neoplasias, hemofilia e leucemia, necessitam de unidades de sangue. Sabendo que ainda não existe nenhuma forma artificial de substituição do mesmo, a doação voluntária é um gesto solidário que se faz imprescindível para a manutenção de vidas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza que 1% a 3% da população seja doadora de sangue para suprir a demanda dos centros de saúde de um país. No entanto, de acordo com o Ministério da Saúde (MS), no ano de 2019 apenas 1,6% dos brasileiros eram doadores (SANIELE, 2019). Dessa forma, apesar de ser um procedimento relativamente simples, fácil e seguro, ainda é dificultoso manter os estoques de hemocomponentes e meios alternativos para atrair novos doadores de sangue são necessários.

Nesse contexto, em 2015 foi criado o projeto de extensão sobre doação de sangue, incorporado ao programa ComSaúde. Coordenado pela médica Cristiane da Silva Rodrigues de Araújo, Hematologista e Hemoterapeuta, responsável técnica do Serviço de Hemoterapia do Hospital São Vicente de Paulo (SHHSVP) e professora da Faculdade de Medicina da UPF, conta com a participação de mais de quinze profissionais da equipe do SHHSVP, e 38 alunos, envolvendo os cursos de medicina, jornalismo e enfermagem. O projeto segue os princípios da comunicação sensível, buscando unir o meio acadêmico e a sociedade através de um conhecimento compartilhado sobre os processos que se traduzem na doação de sangue. Com diversas ações conscientizadoras, é possível resumir o objetivo final do projeto de maneira simples: atrair novos doadores e fidelizar os antigos. Os extensionistas

não orientam unicamente sobre a doação de sangue, mas também aconselham os envolvidos a difundirem as informações, criando uma corrente de conhecimento e incentivo. Essa abordagem permite atravessar a barreira existente entre os universitários e população leiga, de forma que todos os indivíduos envolvidos sejam aptos a instruir e disseminar conhecimento de maneira simples, alcançando a população em todas suas faixas etárias e situações socioeconômicas.

Sabendo que o município de Passo Fundo é um polo regional em saúde, mostrou-se importante promover ações que procurassem instituir na cidade uma cultura de doação de sangue, tornando essa atitude uma tradição nas famílias. Procurando sensibilizar os futuros jovens doadores sobre seu protagonismo, surgiu o projeto “Doadores do Amanhã”. No início de suas atividades, os voluntários produziram a lei municipal “Doadores do Amanhã”, a qual propõe a inserção do “Dia Internacional do Doador Voluntário de Sangue” no calendário municipal, durante a semana do dia 14 de junho de cada ano. Dessa maneira, estabeleceu-se o mês de junho como o “Mês Vermelho”, um momento no qual as os professores da rede municipal de ensino devem abordar a temática da doação de sangue com seus alunos de forma lúdica, ilustrativa e didática, com a finalidade de sanar dúvidas e disseminar informações de qualidade sobre o procedimento.

Aprovada em 2018, a lei tornou possível a aplicação do projeto piloto no mesmo ano, envolvendo quatro escolas municipais, objetivando a educação e profissionalização dos educadores para que esses se tornassem aptos a transmitir conteúdo para os alunos das mais diversas faixas etárias no período proposto. As ações, primeiramente, consistiram em aulas expositivas apresentadas pelos voluntários do projeto e aplicação de pré e pós testes, os quais qualificaram os educadores a trabalharem o tema em sala de aula. Em seguida, os alunos estudaram e debateram sobre o assunto, participando de oficinas de literatura e arte, produzindo poemas, textos, desenhos e músicas, os quais foram reunidos em uma coletânea de obras, distribuída gratuitamente para a população. Além disso, a iniciativa estendeu-se aos pais e funcionários, maximizando a divulgação de informação, em médio e longo

prazo, proporcionando uma mudança de cultura e comportamento referente ao ato da doação de sangue.

Para fomentar os conhecimentos sobre a doação de sangue, que virara lei municipal, em parceria com a Secretaria de Educação de Passo Fundo, a Academia Passofundense de Letras e o SHHSVP, o projeto publicou livros e elaborou materiais didáticos, como o “Doadores do Amanhã” e “O Superpoder Real”, ambos lançados na 32ª Feira do Livro de Passo Fundo, de forma a inserir esse assunto nas rodas de conversa e tornar, cada vez mais, a doação de sangue uma atitude presente na relação indivíduo-comunidade.

O livro “Projeto de Extensão: Doadores do Amanhã” elucida o processo da doação de sangue, descreve como funciona o projeto e é utilizado como manual para escolas que desenvolverão essa temática a partir das experiências das escolas piloto, incluindo também uma sessão de depoimentos de participantes e suas expectativas de transformação social com os resultados. A história do livro “O Superpoder Real” ilustra de maneira lúdica o doador de sangue como um super-herói, trazendo ao universo infantil o entendimento do ato nobre que envolve a doação, a fim de sensibilizar as crianças e fomentar futuros doadores de sangue. Esse, inclusive, originou um jogo eletrônico de mesmo nome, destinado às crianças do setor de onco-hematologia do HSVP, o qual possibilita o contato com o tema de forma mais interativa e temática.

Contudo, frente ao desejo de tornar a doação de sangue algo intrínseco na cultura da cidade, abranger apenas uma parcela dos doadores não foi suficiente. Sabemos que os jovens com idade entre 18 e 29 anos são a maioria e respondem por 42% do total de doações registradas no país, mas temos que levar em conta a transição demográfica que vem ocorrendo devido ao envelhecimento da população (LABOISSIÈRE, 2018). Apesar da mudança na portaria sobre doação de sangue ocorrida no final do ano de 2013, a qual alterou a idade máxima do doador para 69 anos de idade – com a condição de ter realizado a primeira doação de sangue antes dos 60 anos –, a maior parte dos doadores ainda é composta por jovens com menos de 30 anos de idade (BRASIL,

2017). Levando em consideração a importância das doações e ressaltando a população idosa como uma parcela populacional que pode contribuir com a manutenção dos estoques dos serviços de hemoterapia, equilibrando a relação entre oferta e demanda de hemocomponentes, o projeto de extensão realiza atividades que visam incentivar o público geral, desde a infância até a terceira idade, a se fidelizarem como doadores de sangue.

Assim sendo, realizaram-se atividades voltadas à população idosa durante o período de 2018 e 2019, direcionadas aos idosos que frequentam o Centro de Referência e Atenção ao Idoso da UPF (CREATI/UPF). Envolvendo abordagens informativas, entrega do livro direcionado ao tema “Mensagens de amor sem olhar a quem” e aulas expositivas sobre o processo, reforçou-se a importância da participação dos idosos e as reações adversas prevalentes nessa população durante a doação de sangue. A longo prazo, ainda, pretende-se realizar oficinas de literatura e artes visuais e atividades sobre o tema; disponibilizar um espaço de discussão e troca de experiências entre os idosos que já tenham vivido momentos envolvendo a doação de sangue, a fim de estimular a discussão e debate sobre o assunto; e, por fim, abrir espaço para produção de poemas, textos e desenhos, que serão utilizados em livros futuros. Nesse período, também foi lançado o livro “O dia em que o avô de Pedrinho completou seu ciclo como doador de sangue”, relatando a história de um idoso que atuou como doador voluntário durante todo o intervalo de idade permitido, recebendo certificado de honra quando completou 69 anos.

Além das atividades comunitárias realizadas, os acadêmicos promovem atividades científicas, incluindo pesquisas, produção de artigos e capítulos de livro, visando produzir conhecimento e acrescentar informações à comunidade acadêmica. A partir da análise do perfil epidemiológico dos doadores de sangue, prevalência de reações adversas no procedimento, impacto das ações de marketing social nos números da doação de sangue, somado aos relatos de doenças raras ou com manifestações atípicas, os extensionistas trabalham o tema da doação de sangue em congressos nacionais e internacionais, produzem e difundem

conhecimentos técnico-científicos e contribuem com mudanças na prática médica.

3. Pandemia e inovação nas ações extensionistas

Devido a rápida disseminação do novo coronavírus, uma das prioridades das políticas públicas se tornou frear a transmissão do vírus. A preconização de medidas sanitárias e distanciamento físico como forma de tentar diminuir a velocidade do contágio e a disseminação do COVID-19 foi amplamente adotada em todo o mundo. Apesar de necessário, o isolamento devido ao coronavírus trouxe repercussões negativas a diversos setores: saúde física, saúde mental, comércio, economia e, particularmente, a educação, colocando à prova modelos tradicionais de ensino presencial e afetando mais de 90% de todos os estudantes mundialmente (UNESCO, 2020).

O fechamento precoce de instituições de ensino foi essencial para o cumprimento do isolamento social. Nesse contexto, iniciaram os esforços dos setores de ensino para cumprir seu compromisso de educar jovens e adultos e se adaptar à nova realidade da educação, tendo em vista a segurança dos professores, alunos e demais profissionais envolvidos nos setores da educação, assim como o resto da população.

O Ministério da Educação (MEC) do Brasil, em conformidade com políticas mundiais, publicou no dia 18 de março a portaria nº 343, que autoriza “em caráter excepcional” a substituição das aulas presenciais pela modalidade a distância para cumprimento do distanciamento social (ABMES, 2020). Para isso, exigiu-se uma abrupta adaptação ao EAD e inovação acadêmica, com a implementação de ferramentas de *mobile learning*, plataformas de difusão de conhecimento, aplicativos e sites de reunião online, atuando como salas de aula e possibilitando a troca de conhecimento entre aluno e professor, além da disponibilização de materiais de estudo.

Diante do compromisso social da UPF, como instituição comunitária, frente às necessidades desencadeadas pela pande-

mia do coronavírus, foram planejadas e implementadas pelos programas e projetos de extensão da faculdade ações articuladas e relevantes ao contexto pandêmico. Novas metodologias, plataformas e necessidades exigiram a reinvenção de antigas práticas extensionistas, representando um desafio ao meio acadêmico. O desenvolvimento das ações idealizadas pelo Programa ComSaúde - Projeto Doação de Sangue foi realizado a partir de demandas emergentes identificadas e das potencialidades encontradas principalmente no município de Passo Fundo/RS e região.

Nesse sentido, no mês de junho, conhecido como “Mês Vermelho” pela intensificação das ações e conscientização da importância da doação de sangue, foram elaborados conteúdos no formato de mídias digitais para veicular em redes sociais sobre o tema. Cinco vídeos foram criados para disseminar informações e reiterar a importância das doações de sangue em meio a pandemia, elucidar os principais critérios de inclusão e de exclusão de doadores considerando a nova nota técnica do MS (BRASIL, 2020), desmistificar doenças transmissíveis pelo sangue e orientar quanto às particularidades dos doadores acima de 60 anos relativas a precauções, riscos e reações adversas. Em agosto foi feita uma transmissão ao vivo com os idosos que frequentam o CREATI-UPF para conversar sobre a doação de sangue nesse período, na qual se disponibilizou um vídeo explicativo para acessar o aplicativo móvel desenvolvido pelo HSVP com informações sobre o tema. Em seguida, aplicou-se uma pesquisa de satisfação aos participantes para avaliar o nível de aceitação da tecnologia por parte dessa população em especial.

Além disso, foi formatado e desenvolvido o *e-book* “Doação de Sangue em Tempos de COVID-19”, uma publicação do projeto “Gestão e Promoção do Conhecimento Médico via Desenvolvimento de Serious Games Aplicados a Formação Médica e Gerontecnologia”. Sua elaboração foi desenvolvida a fim de proporcionar uma apresentação otimizada em dispositivos móveis de guia informativo e incentivo à doação de sangue durante o período da pandemia de COVID-19. Desenvolvido no formato de perguntas e respostas e itens fundamentais, o material aborda os principais tópicos sobre a doação sanguínea de maneira

ilustrada, enfatizando indicações e restrições para uma doação segura e responsável no período da pandemia.

Quanto à produção científica, foram trabalhadas pautas emergentes aos profissionais de saúde e essenciais ao melhor entendimento do novo coronavírus, visando a futura implementação de avanços no cenário atual dos serviços de saúde. Nesse sentido, foi instituído um projeto de pesquisa acerca da “Medicina Transfusional durante a Pandemia de COVID-19”, explorando a experiência de um serviço de hemoterapia por meio da análise de dados clínicos no ciclo de sangue e sua relação com o coronavírus. Outro estudo iniciado objetiva averiguar em âmbito local estudos preliminares já realizados que correlacionam a “Prevalência dos Tipos Sanguíneos na Infecção por COVID-19”, em associação ao histórico transfusional dos pacientes acometidos.

Explorando as dificuldades enfrentadas pelos serviços de hemoterapia na manutenção de estoques sanguíneos em tempos de pandemia, foi realizado o estudo “Doações de Sangue e a Pandemia de COVID-19: Experiência de um Serviço de Hemoterapia”, identificando o perfil de doadores ativos durante a pandemia, critérios clínicos de exclusão relacionados com o coronavírus, os impactos nos estoques sanguíneos e as maneiras encontradas pelo serviço de manejar a situação. Incluído na mesma temática, o estudo “A Pandemia de COVID-19 e as Doações de Sangue: Impactos Negativos e Estratégias de Captação” foi realizado com enfoque especial na mensuração dos impactos negativos da pandemia nas doações sanguíneas e as múltiplas estratégias para a mobilização de doadores implementadas nesse cenário.

Tudo isso sugere que períodos de novos desafios, embora árduos, são aqueles que mais fomentam ideias inovadoras. Essa ampla adaptação do ensino ao ambiente virtual foi necessária em todo mundo, criando um cenário em que, segundo progressões da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), em 2023 pela primeira vez na história existirão mais alunos em regime de ensino à distância do que presenciais. Ademais, fatores como a flexibilidade de horários, a economia,

maior segurança e comodidade e não haver necessidade de deslocamento físico são apontadas como as principais vantagens que impulsionando a adoção do EAD (ABMES, 2020).

A intensificação de práticas a distância possibilitou novas metodologias complementares de ensino, agregando práticas inovadoras e reinventando o cenário educacional e, em especial, o extensionista. Diferentes meios de interação com a sociedade expandiram as fronteiras da extensão universitária, quebrando barreiras territoriais e facilitando o acesso. Assim, tais metodologias possuem alto potencial para seguir agregando vantagens às instituições de ensino, mesmo após a pandemia do COVID-19.

Considerações finais

Nesse contexto de globalização e quebra de fronteiras, compete à extensão universitária ser o elemento articulador do diálogo entre teoria e prática, universidade e sociedade. Os projetos permitem que o acadêmico assuma seu papel como protagonista nas ações sociais, educacionais e comunitárias, dando-lhe mais autonomia e confiança. A partir desse contato, os extensionistas interagem com a população e entendem a realidade do sistema de saúde pública do nosso país, rastreando suas fragilidades e potencialidades.

Apesar de expor as fragilidades do método de ensino e do funcionamento da extensão universitária, a pandemia vivenciada atualmente fomentou a criação de novos recursos e a utilização de meios tecnológicos e práticas virtualizadas, que hoje mostram-se como alternativas efetivas para a continuidade das atividades extensionistas. Dessa forma, a universidade auxilia no combate ao COVID-19 por meio da prevenção, que é a principal ferramenta disponível no momento, através da criação de um canal de comunicação confiável e transmissão de informações qualificadas à população. Além disso, o desenvolvimento de pesquisas e análise de dados referentes ao período contribui para a construção de novos conhecimentos e protocolos de enfrentamento a pandemias que possam ocorrer futuramente, principalmente relacionado ao impacto gerado na medicina transfusional.

Referências

ABMES - Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. *Corona vírus: isolamento e suspensão de aulas impulsionam EAD*. 30 mar. 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3712/coronavirus-isolamento-e-suspensao-de-aulas-impulsionaram-ead>. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Nota técnica n. 13/2020-CGSH/DAET/SAES/MS*. Atualização dos critérios técnicos contidos na Nota técnica n. 5/2020CGSH/DAET/SAES/MS para triagem clínica dos candidatos à doação de sangue relacionados ao risco de infecção pelo SARSCoV2 (vírus causador da COVID19). Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria de consolidação N° 5*, de 28 de Setembro de 2017. [S. l.], 5 set. 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0005_03_10_2017.html. Acesso em: 31 ago. 2020.

CALDERÓN, A. I.. *Extensão universitária: institucionalização sem exclusão*. *Revista Educação Superior*. Piracicaba: EDUNIMEP. 2003.

DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N.. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. *Revista Thelma*, Lajeado, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313960490_Os_principios_das_metodologias_ativas_de_ensino_uma_abordagem_teorica. Acesso em: 31 ago. 2020.

GADOTTI, M.. *Extensão Universitária: Para quê?* Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

LABOISSIÈRE, P.. *Doadores de sangue somam 1,6% da população; jovens são maioria*. Brasília: Agência Brasil, 14

jun. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-06/pelo-menos-16-da-populacao-brasileira-doa-sangue-jovens-sao-maioria>. Acesso em 31 ago. 2020 .

PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A.. Reforma sanitária e a criação do sistema único de Saúde: notas sobre contextos e autores. *Historia, Ciencias, Saude*, Manguinhos, v. 21, n. 1, p. 15–35, 2014.

SANIELE, B.. Ministério da Saúde reforça necessidade da doação de sangue no frio. *Veja Saúde*, Agência Brasil, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/ministerio-da-saude-reforca-necessidade-da-doacao-de-sangue-no-frio/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SANTOS JÚNIOR, A. L.. *A extensão universitária e os entre-laços dos saberes*, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17554>. Acesso em: 31 ago. 2020.

SENHORAS, E. M.; PAZ, A. C.. *O Livro eletrônico como meio de desenvolvimento institucional da Universidade Federal de Roraima*. Educação no Século XXI: Tecnologias. Belo Horizonte: Poisson. 2019.

SILVA, M. do S. S.. A extensão universitária: da gênese aos desafios do presente. *A expansão do ensino superior em debate*. Sobral, Sertão Cult, 2018. ISBN 978-85-9539-023-2. Disponível em: https://deposita.ibict.br/bitstream/deposita/13115/expansao%20das%20instituicoes%20ebook_compressed.pdf#page=113. Acesso em: 31 ago. 2020.

SOUSA, A. L. L.. Extensão universitária: uma inquietação. *A História da Extensão Universitária*, [s. l.], ed. 2, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317106748_A_historia_da_Extensao_Universitaria. Acesso em: 31 ago. 2020.

UNESCO. *Protecting and Transforming Education for Shared Futures and Common Humanity A Joint Statement on the COVID-19 Crisis International Commission on the Futures of Education*. Paris: Unesco, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373207/PDF/373207eng.pdf.multi>. Acesso em: 31 ago. 2020.

A motivação dos alunos de engenharia diante das inovações e dos desafios da extensão

Francisco de Salles Cintra Gomes¹

Amilton da Costa Lamas²

Introdução

A Extensão Universitária, em sua contínua evolução, vem superando desafios e implementando inovações no processo formativo e acadêmico dos alunos. O presente capítulo tem por intuito mostrar que algumas das ações de inovação realizadas pela PUC-Campinas têm possibilitado maior envolvimento dos alunos e, em função do aumento do número de alunos envolvidos, ressaltar as reais motivações e interesses que, neste momento, resultaram em uma maior participação de alunos.

No contexto atual, os alunos vivem em um mundo globalizado permeado de incessantes desafios e de inovações no qual a internet tem apresentado possibilidades de permanentes conexões entre todos. As redes sociais têm predominância no compartilhamento de conhecimentos e de informações, aumentando as relações de colaboração. Textos, vídeos e imagens percorrem os dispositivos e smartphones em questão de segundos. Quem poderia imaginar que há alguns anos atrás o trabalhador de uma grande empresa poderia estar trabalhando em sua própria casa?

Os desafios da Extensão continuam, agora, com a curricularização em um mundo conectado. A pluralidade da Extensão Universitária, a diversidade de aspectos, o caráter

¹ Mestre em Engenharia Elétrica e Professor Extensionista da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

² Doutorado em Engenharia e Professor Extensionista da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

multidisciplinar e o contexto atual devem ser considerados para que haja maior sinergia na curricularização e na participação dos alunos.

Colaboram neste capítulo as experiências de dois docentes do curso de Engenharia Elétrica que nos últimos seis anos vêm coordenando projetos de extensão com a participação de alunos universitários. Outro intuito é compartilhar os resultados e as percepções com informações sobre a prática extensionista e a ação extensionista.

Na medida em que se vai realizando a Extensão novos aprendizados vão surgindo, frutos da ação prática da Extensão, *modus operandi*, decorrente da interação com as comunidades, alunos, professores e universidades.

Os trabalhos de Extensão são realizados com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PROEXT-PUC-Campinas), com a participação das comunidades parceiras.

I. Os Projetos de Extensão na PUC-Campinas

Na Pontifícia Universidade Católica de Campinas os professores interessados podem propor projetos de extensão para um biênio ou para um ano com a participação de alunos bolsistas e/ou voluntários.

O exercício das atividades de extensão coloca a universidade muito próxima das comunidades que lhes deram origem e as estimula no desenvolvimento de sua autonomia, na medida em que lhes transfere os resultados do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. A participação direta dos docentes extensionistas e dos alunos participantes dos projetos nos problemas sociais promove a oxigenação do ambiente universitário, trazendo novas percepções e prismas de análise que estimulam os participantes na busca de novas soluções a aplicações de seus conhecimentos. Ainda, a atividade de Extensão permite que a universidade retorne à sociedade os investimentos nela realizados.

Os alunos universitários participam de forma colaborativa

e autônoma. A partir de um projeto detalhado e com objetivos claros, são realizadas reuniões semanais com os alunos para a preparação das atividades e dos materiais. Com o público alvo são realizadas atividades socioeducativas periódicas para que, através do processo dialógico de rodas de conversa, sejam encontradas alternativas para melhores condições de vida.

Um dos autores desta matéria coordena trabalhos de Extensão voltados à eficiência energética, energias renováveis e a hábitos de consumo que promovam a sustentabilidade ambiental. Em 2020 está à frente do projeto de Extensão “a Inovação Social e o compromisso com a Sustentabilidade através de ações voltadas ao Uso Racional de Energia e Eficiência Energética”, que tem como objetivo principal “desenvolver processos e/ou produtos, visando a sustentabilidade ambiental, econômica e social, inclusive a geração de renda de populações vulneráveis”, com a participação de um grupo de alunos voluntários dos cursos de engenharia. O público alvo conta com a participação de pessoas em situação de vulnerabilidade social vinculados às Comunidades das Paróquias Jesus Cristo Libertador da região do Campo Grande (Campinas-SP) e dos participantes da Paróquia São João Paulo II (Hortolândia-SP).

O outro autor desta matéria coordena uma linha de atuação na Extensão Universitária cujo objeto é a disseminação de conhecimentos técnicos, demonstração de soluções tecnológicas de Engenharia Elétrica e apropriação de soluções tecnológicas digitais de baixo custo para os apoiadores técnicos especializados e deficientes assistidos por diversas instituições parceiras do município de Campinas. Esta ação fundamenta-se no uso de interfaces táteis, luminosas e sonoras como forma de levar informações do ambiente para o público alvo, por meio de soluções desenvolvidas na Faculdade de Engenharia Elétrica da PUC-Campinas. Esta ação ocorre desde 2014. No biênio 2020-2021 este autor conduz intervenções sociais que versam sobre o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras, oportunizando o empreendedorismo social e a sustentabilidade da população em fragilidade social da Região Metropolitana de Campinas. Objetiva-se o desenvolvimento de sistemas, serviços

e/ou aplicações, soluções, provas de conceito, protótipos de baixo custo que possuam aspectos tecnológicos ou sociais inovadores, que promovam a mobilidade autônoma e o bem-estar de pessoas com deficiências de qualquer natureza e/ou idosos. A promoção da autossustentabilidade das instituições parceiras é realizada através da formulação de planos de negócio a serem apropriados e implementados pelo público alvo. Atualmente, esta ação tem como instituições parceiras o Centro Cultural Louis Braille de Campinas (CCLBC) e Therapies Serviços de Fisioterapia e Terapia Ocupacional Ltda (Therapies) e o Núcleo de Ação Social (NAS), localizado no distrito de Barão Geraldo.

Nos projetos de extensão ofertados na PUC-Campinas os alunos podem ser bolsistas ou voluntários. Alunos bolsistas atuam 24 horas semanais em projetos individuais, sendo responsável direto pelo desenvolvimento das oficinas socioeducativas, ou seja, cabe a esse aluno acompanhar as atividades-campo, bem como preparar materiais didáticos e desenvolver eventuais provas de conceito. A bolsa remunerada pela Universidade segue os mesmos parâmetros de uma bolsa de Iniciação Científica, desde a paridade da remuneração até a exigência da elaboração de um relatório final de atividades. No modelo de voluntariado os alunos atuam com cargas horárias que variam entre quatro e dezesseis horas semanais em projetos individuais e/ou coletivos. Os alunos voluntários não recebem ajuda financeira, mas possuem as mesmas responsabilidades dos alunos bolsistas.

Durante a execução dos projetos de Extensão Universitária os discentes participantes, sejam bolsistas ou voluntários, experienciam situações que jamais vivenciariam em sala de aula ou mesmo nos laboratórios da universidade. A oportunidade de dialogar com pessoas com diferentes formações técnicas, capacidades cognitivas e intelectuais constitui um desafio a ser superado, através de uma linguagem e simbologia construída em conjunto com o público alvo. A apropriação de conhecimentos leigos, predicado dos grupos formados pelas instituições parceiras, não é tarefa fácil para a parte das pessoas envolvidas na universidade, em virtude do emprego de um modelo mental essencialmente técnico por estes.

A participação dos alunos nas atividades de Extensão Universitária permite o desenvolvimento de competências transversais muito apreciadas pelo mercado de trabalho, dentre as quais salientam-se três: 1) Comunicação plena – por meio da participação nas oficinas e rodas de comunicação com o público alvo; 2) Pensamento sistêmico – desenvolvido na concepção da solução integrada ao ambiente do público alvo e; 3) Liderança – durante a gestão das oficinas e rodas de conversa com o público alvo e diálogos com o corpo administrativo das instituições parceiras. Uma análise mais extensa, porém, não exaustiva, da contribuição da participação em projetos de extensão na formação do discente pode ser encontrada em Metodologias Ativas no Ensino Superior - Caso de Extensão Universitária apresentado no Brazilian Technology Symposium, em 2018 (LAMAS e PLACIDO, 2018).

2. O compromisso social da Extensão

As Universidades têm uma função social indissociada entre a Extensão, o Ensino e a Pesquisa. Esse compromisso com a sociedade se faz presente, em grande parte, com as ações extensionistas diante das possibilidades de transformação social.

O contexto atual, com a Curricularização da Extensão, gera novas possibilidades e alternativas, dando mais força para que docentes e discentes possam desenvolver ações extensionistas diante das desigualdades e das exclusões sociais. O ganho desse processo é de todos.

Na Curricularização da Extensão, conforme a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, destaca-se a necessidade de:

Contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável, [...] da formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular [...] e do estabelecimento de diálogo construtivo e transformador

com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade. (BRASIL 2018)

A Resolução referente à Curricularização da Extensão coloca as ações da Extensão e da Universidade na direção de uma espiral, um crescente para a sociedade, possibilitando ao aluno maior envolvimento com as questões sociais e dando condições para que possa colaborar com suas ideias e ações, no presente e em um futuro próximo.

A inserção da Extensão na vida do aluno normalmente começa nas salas de aulas com os professores extensionistas falando de seus projetos. O conhecimento das ações extensionistas despertam interesses e passam a ser importantes na formação dos estudantes, pois estabelecem diálogos com as comunidades fora da universidade. Os alunos veem na Extensão condições de vivenciar, por meio de ações da universidade, uma formação humana e acadêmica além da sala de aula, capaz de produzir e de divulgar novos conhecimentos com função social indissociada entre a Extensão, o Ensino e a Pesquisa.

3.A prática da Extensão

Nos últimos anos, a PROEXT-PUC-Campinas tem considerado os projetos de extensão na forma não estanques, tornando-se uma característica importante e inovadora na política de extensão na PUC-Campinas. A PROEXT tem enfatizado sistematicamente a expectativa de que não só as atividades de extensão apontem oportunidades para novos projetos, mas também é estimulado a diversificação e início imediato de subprojetos. Esta política tem grande impacto nos projetos de extensão, permitindo o desenvolvimento de projetos, sejam em grupo sejam individualmente.

A rápida formação de grupos de alunos, por exemplo, incentiva que os discentes assumam novos desafios, ainda durante a execução dos projetos. Esta iniciativa incrementou de forma exponencial a participação de alunos nos projetos de extensão.

As ações da extensão, além do conhecimento conjunto adquirido nas atividades, possibilitam ao público alvo melhores

condições de atuação, de conscientização e dá condições para levar os conhecimentos adquiridos aos seus círculos de influência. O aluno também se torna consciente de que o conhecimento produzido pode servir à sociedade.

Cada projeto intervém em uma comunidade parceira, público alvo, com suas atividades próprias, por exemplo, socioeducativas. Nas atividades socioeducativas a participação colaborativa facilita questionamentos e colocações, de modo que haja interação para encontrar alternativas de contribuir e de assimilar os temas do projeto. Com os alunos, são realizadas reuniões semanais junto ao professor-orientador, para a preparação das atividades e dos materiais informativos. Esses materiais são de natureza técnico-cultural e possibilitam maior autonomia do público alvo, permitem atingir maior número de pessoas com o conhecimento adquirido e servem como uma linha diretriz para as atividades. O aluno se torna consciente de que o conhecimento produzido pode, de fato, servir a sociedade (FERNANDES, 2011).

Os projetos de extensão são conduzidos em formatos individuais, constituído por alunos bolsistas ou voluntários, similar aos projetos de pesquisa, ou em formato de grupos, neste caso os participantes são todos voluntários. O formato individual ou mesmo em grupo de dois alunos, tem se mostrado adequado para alunos com forte natureza protagonista, com interesses similares, porém bem específicos. O desafio neste caso é fazer a divisão de trabalho adequada, preservando os interesses individuais, porém a gestão do projeto é bastante simplificada. Nos projetos com grande número de participantes a gestão trona-se mais complexa.

Os novos caminhos para a Extensão devem considerar os meios virtuais de comunicação. A realidade do Brasil é bem diferente de uns anos para cá e a comunicação virtual tem tido um bom crescimento nos últimos anos. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, em 2018 eram “220 milhões de celulares em funcionamento no país contra 207,6 milhões de habitantes” e mais, “70% dos aparelhos usados para conexão com a internet no Brasil são smartphones” (FGV, 2018). De certa forma, podemos concluir que os meios virtuais também fazem parte da extensão para dar um alcance maior.

Em 2020, com a pandemia da Covid-19, predominou a utilização dos meios virtuais de comunicação em toda a sociedade. Sendo assim, foram realizadas reuniões com os alunos voluntários com periodicidade semanal, por meios virtuais; e foi dada ênfase na produção de materiais de apoio que favorecessem a visibilidade do Projeto de Extensão e a comunicação com o público alvo, também por meios virtuais, como: vídeos, criação de um canal no YouTube, artigos e resumos de Congressos, criação de um site, dentre outros. A disponibilização do portal da Universidade para vídeos de curta duração incentivou os alunos e os professores.

Em 2020, as atividades acadêmicas presenciais foram suspensas pela PUC-Campinas, a qual disponibilizou um conjunto de ferramentas eletrônicas para condução das atividades remotas. Para realização dos projetos os professores basearam-se em ferramentas multimídia de comunicação eletrônica.

4. Aumento do número de alunos, motivações dos alunos e gestão nos Projetos de Extensão

Com as diretrizes inovadoras da universidade a participação de alunos aumentou significativamente. O número de alunos participantes ficou a critério do professor e a participação do aluno no projeto de extensão ficou sem um limite de tempo determinado ou de permanência.

Uma análise do número de alunos participantes em ambos os projetos indica que entre 2017 e 2020 a quantidade de participantes, na forma individual (bolsista ou não) e em grupos (voluntários), cresceu de 9 para 45, um aumento de 400%. Neste mesmo período, o número de cursos de origem destes alunos passou de 2 para 8, inicialmente eram Engenharia de Telecomunicações e Engenharia Elétrica e, depois, Engenharia de Computação, Sistemas de Informação, Engenharia de Software, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção. Esta diversidade promove a inclusão de alunos com diferentes formações técnicas, por se originarem de diferentes

cursos. Uma equipe multidisciplinar enriquece o método e os resultados do projeto por trazer diferentes e variadas visões para a solução dos desafios. O público alvo fica mais ricamente estimulado durante as rodas de conversa devido à multidisciplinaridade dos participantes.

Com o aumento da participação surgiu a curiosidade sobre a real motivação dos alunos. Para isso, foi feito um questionário simples com três perguntas de múltipla escolha e duas dissertativas, aplicado aos alunos dos projetos. Vale ressaltar que participam 23 alunos do 2º e 3º anos no projeto voltado a eficiência energética, enquanto que o grupo de trabalho do projeto com deficientes é composto por 16 alunos do último ano de engenharia.

A primeira pergunta de múltipla escolha foi: “o que mais lhe motivou participar da Extensão como aluno(a) voluntário(a)? (assinale apenas uma opção)”, e as alternativas foram:

- a) Colaborar com as atividades da Universidade.
- b) Participar de atividades além da sala de aula, como as oficinas socioeducativas.
- c) Crescimento e desenvolvimento acadêmico (artigos, participação em Congressos, etc.).
- d) Levar conhecimentos a outros públicos através de vídeos e materiais informativos.
- e) Participar junto com os meus colegas das atividades.
- f) Interesse em aprofundar na temática da Extensão.
- g) Ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade.
- h) Dar soluções de engenharia.

Para o grupo de 23 alunos do 2º e 3º anos foram 12 que responderam ao questionário. As respostas foram: “b” com 16,6%, “c” com 66,7% e “g” com 16,6%; as demais respostas não foram assinaladas. A segunda questão de múltipla escolha foi idêntica a primeira, mas com os dizeres “assinale outra motivação”. As respostas mais expressivas foram: “b” com 33,3%, “c” com 16,6% e “g” com 25,0%. Surgiram outras respostas, “d” com 8,3% e “h” com 16,6% e as demais respostas não foram assinaladas.

Para os alunos dos primeiros anos, nota-se que a principal motivação é o “crescimento e o desenvolvimento acadêmico”. E

a segunda motivação é “participar de atividades além da sala de aula, como as oficinas socioeducativas”, tão importante quanto “ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade”.

A terceira questão, de múltipla escolha, foi relativa ao modo de trabalho: “você prefere trabalhar na Extensão?”, com as alternativas: a) individualmente (0%); b) em equipe (66,7%); e c) com tarefas individuais e em equipe (33,3%). Nas questões abertas sobre como gostaria de colaborar e de que maneira, os alunos falaram basicamente em colaborar e participar com “mídias sociais” e “vídeos”.

No caso dos alunos do último ano, 11 responderam ao questionário com o seguinte resultado (respostas para apenas uma das opções): “h” com 36,4% e “g” com 27,3%; as respostas “a”, “c”, “d” e “e” com 9%; e as demais respostas não foram assinaladas. Para o trabalho em equipe foi de apenas 10 %. Observa-se que estes alunos querem ajudar as pessoas, mas de uma forma bem específica à sua formação.

Com o aumento do número de alunos a estratégia e a metodologia tiveram que mudar. As questões apontaram para a direção do trabalho em equipe, isto é, eles querem fazer algo junto. Para a condução de projetos com grande número de participantes os professores adotaram uma estratégia baseada na experiência acadêmica e na indústria, onde as equipes ou grupos são gerenciados em uma estrutura hierárquica.

No caso do projeto com 23 alunos o professor adotou a divisão em subgrupos e escolheu um aluno no papel de líder ou coordenador para que auxiliasse no andamento das tarefas. Para cada subgrupo foi estabelecido um tema, por exemplo, “Ações de conscientização sobre uso racional e eficiência energética” e pautas ou tópicos de trabalho, por exemplo, “apoio aos artigos e resumos para Congressos”, “elaboração de vídeos” (comum a todos os subgrupos), criação e administração de um site, criação de um canal no YouTube e redes sociais (conexão com o FaceBook).

Com a pandemia, as orientações e comunicações foram todas virtuais, o que gerou um novo desafio e inovação na coordenação dos projetos e das estratégias para colocar em andamento as ações da Extensão.

No grupo com 23 alunos, foram realizadas reuniões virtuais de orientação com periodicidade semanal para cada um dos subgrupos, cada reunião com duração de cerca de uma hora. Utilizaram-se as ferramentas de comunicação disponibilizada pela PUC-Campinas, na qual foram criadas três salas virtuais, uma para cada subgrupo. O Projeto de Extensão criou um e-mail para ser disponibilizado nos materiais informativos para comunicação com o público alvo; criou-se também um repositório de material na nuvem para facilitar a interação dos trabalhos dos subgrupos e entre os subgrupos. Os materiais informativos no formato digital podem ser acessados pelos participantes do público alvo ou por qualquer pessoa por meio de um QR code. Nas reuniões virtuais semanais, com duração de até uma hora, as metas e os objetivos foram propostos de comum acordo com os subgrupos e semanalmente revisados com coordenadores de cada subgrupo através de uma comunicação mais simples.

Em cada subgrupo houve total liberdade para o trabalho, com formação de parceria entre os alunos para a realização das tarefas; e isso permitiu aos alunos escolherem o que mais lhes interessavam, deixando-lhes à vontade para as atividades. Alguns alunos quiseram participar da elaboração de artigos para Congressos; outros, de vídeos; outros ainda, de materiais informativos, e assim por diante. Algumas das reuniões virtuais realizaram-se com todos os alunos, de tal forma que todos ficassem a par do andamento do projeto, acompanhando a colaboração de cada subgrupo, no todo.

No outro projeto, o trabalho foi realizado por um único grupo de 16 alunos do último ano de Engenharia Elétrica, no qual o professor extensionista nomeou um subgrupo executivo de 5 alunos com gestão inspirada no *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK) do *Project Management Institute* (PMI). Esse subgrupo tinha a responsabilidade de garantir o sucesso do projeto, fazendo a gestão de tempo, custos, escopo, aquisições, recursos humanos, qualidade, risco e comunicação. Ao professor extensionista coube a gestão das partes interessadas e da integração, uma vez que o próprio grupo escolheu a ação a ser realizada.

No caso do grupo de alunos do último ano do curso de

Engenharia Elétrica, o uso destas ferramentas de gestão foi um sucesso. Para o professor, dois fatores contribuíram para este resultado: o primeiro foi a maturidade do grupo, visto serem estudantes que frequentam a universidade há um bom tempo; o segundo, a combinação com os alunos, pois nas primeiras reuniões, antes da suspensão das atividades presenciais, foi acordado que o projeto seria conduzido da mesma forma que um projeto na indústria, com reuniões remotas e acompanhamento eletrônico.

5. Formação integral e inovação acadêmica

Para os alunos voluntários a participação na Extensão tem provocado crescimento acadêmico e, de certa forma, social. Permeia de maneira geral entre os alunos a preocupação de dar condições para que as pessoas, diretamente ou indiretamente envolvidas nas ações da extensão, melhorem suas condições de vida. As ações dos projetos de extensão tiveram como pano de fundo “por um mundo melhor”.

Nas orientações e na troca de ideias, o que se nota, por parte dos professores, é que o aluno tem presente soluções de caráter prático, próprias das engenharias, e que o envolvimento com questões sociais lhes coloca em outra realidade, com alternativas para melhorias apoiadas em condutas e orientações, que para alguns são verdadeiras mudanças de paradigma, colocando-lhes em um mundo além da engenharia.

Para os alunos universitários as reuniões de orientação passaram a ser um dos momentos de conhecimento de novas concepções de pensamento e de vida, sem perder o foco diante da tecnologia estudada no curso de engenharia. Assim, espera-se dos alunos participantes maior envolvimento com essas ações de conscientização, desenvolvimento da capacidade crítica para os problemas da sociedade e para a busca de soluções, criando oportunidades para a prática do que estão estudando na Faculdade, e para prepará-los para atuarem em grandes empresas “contribuindo com a construção de uma sociedade justa e solidária” (PUC-CAMPINAS, 2020).

As reuniões de orientação virtuais foram como rodas de conversa ou atividades socioeducativas com “troca de saberes” nas quais tiveram contato com outra realidade, bem diferente da sala de aula. As reuniões foram dialogadas e colaboraram para a desenvoltura social dos alunos. A partir dos temas tratados, professores e alunos começaram a ver novas soluções e alternativas para dar mais condições de melhorias à sociedade. Os alunos começam a refletir sobre as possibilidades de contribuir com suas ações.

Considerações Finais

O aumento do número de alunos nos projetos de Extensão possibilitou ter melhor conhecimento a respeito de suas motivações. Por meio da análise das respostas aos questionários foi possível identificar as diferentes motivações, o que permitiu melhores estratégias na Extensão.

Nos alunos de 2º e 3º anos de Engenharia a principal motivação foi o “crescimento e desenvolvimento acadêmico” (66,7%); para os alunos do último ano de Engenharia, foi “dar soluções de engenharia” (33,3%).

Prevaleceu também nas respostas do questionário a motivação em “ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade” (resposta “g”), isto é, o desejo de contribuir para uma sociedade melhor. No caso dos alunos do último ano, ficou evidente o desejo de colocar em prática os conhecimentos de engenharia e, no caso dos alunos dos primeiros anos, o forte desejo em participar das ações de extensão.

Com a inovação das estratégias por parte da universidade se possibilitou maior número de alunos envolvidos, o que levou a utilização da comunicação eletrônica, em boa parte no contexto de pandemia (2020). As inovações na gestão dos grupos de alunos possibilitaram melhor sinergia e deram maior liberdade para que cada um participasse em ações de seu maior interesse. Algumas reuniões foram com todos os alunos, gerando conhecimento do todo e, particularmente, das tarefas de cada subgrupo, fato que gerou maior responsabilidade para os trabalhos individuais.

A pandemia promoveu, por meios virtuais, maior interação entre as pessoas, realidade esta que ofereceu um ganho para a Extensão em muitos aspectos: orientação virtual, recursos disponibilizados na internet como vídeos e outros. As reuniões ou videoconferências possibilitaram bom entrosamento para a maioria dos participantes; os horários foram estabelecidos tendo em consideração a melhor disponibilidade de todos, demonstrando assim que ferramentas de telecomunicação digitais podem contribuir para a realização dos projetos de Extensão Universitária.

O que vivenciamos nos faz pensar que a Curricularização da Extensão, como componente curricular, poderá ser um grande diferencial para a sociedade ao considerar a diversidade de alunos e os meios facilitadores para suas atuações.

Referências

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. *Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jul. 2020.

FERNANDES, M. A.. Trabalho Comunitário: uma Metodologia para Ação Coletiva e educativa da Extensão Universitária em Comunidades. In: MENEZES, A. L. T. e SÍVERES, L.. *Transcendendo Fronteiras a Contribuição da Extensão das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2011.

FERNANDES, M. C. *et ali*. Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. *Educação em Revista*, v. 28, n. 4., p. 169-193, 2012.

FGV, Fundação Getúlio Vargas. *Pesquisa Anual do Uso de TI – 2018*. Disponível em: <https://canaltech.com.br/produutos/brasil-ja-tem-mais-de-um-smartphone-ativo-por-habi>

tante-112294/ . Acesso em: 23 jul. 2020.

FREIRE, P.. *Pedagogia da Autonomia*. 30. ed. São Paulo: Paz na Terra. 2004.

LAMAS, A. C.; PLACIDO, V. L. dos S.. BTSym' 18. *Proceedings of Brazilian Technology Symposium 2018*, v. 1. Disponível em: <http://cv.fee.unicamp.br/index.php/2-unca-tegorised/237-btsym-18-proceedings-table-content-of-full-articles>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PMBOK – Guia PMBOK. *Um guia de conhecimento em gerenciamento de projetos*. 6. ed. São Paulo: GlobalStandard, 2017. Disponível em: <https://www.pmi.org/brasil>. Acesso em: 22 jul. 2020.

PUC-CAMPINAS, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. *Missão da Universidade*. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/institucional/reitoria/> Acesso em: 20 jul. 2020.

Transição do projeto PUC Mais Idade - UnAI Betim para o cenário virtual durante a pandemia de Covid-19

Agatha Christine Ferreira da Cruz¹

Dayane Jhenifer Ribeiro Silva²

Maria Clara Botelho Vieira Amorim³

Mariana Pereira de Souza Carmo⁴

Nayara Gonçalves Martins⁵

Sabrina Oliveira Viana Balbi⁶

Introdução

O envelhecimento pode ser entendido como um processo dinâmico e progressivo, caracterizado tanto por alterações morfológicas, funcionais, estruturais e bioquímicas, quanto por modificações psicológicas e neurológicas (FERREIRA e col., 2012). Contudo, Alleyne (2001, p. 1) destaca que “é possível imaginar que há cinco principais domínios da qualidade de vida: saúde e bem-estar, relações interpessoais, comunidade e moradia, crescimento pessoal e dignidade e autoestima”, sendo assim, existem fatores que podem ser considerados intrínsecos

¹ Discente do Curso de Fisioterapia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Campus Betim

² Discente do Curso de Fisioterapia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *Campus* Betim.

³ Discente do Curso de Fisioterapia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *Campus* Betim.

⁴ Discente do Curso de Biomedicina, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *Campus* Betim.

⁵ Discente do Curso de Medicina, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *Campus* Betim.

⁶ Docente (mestre) do curso de Fisioterapia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *Campus* Betim.

e extrínsecos às pessoas, assim como o processo de envelhecimento.

Os programas de saúde pública são de grande importância para o desenvolvimento e manutenção da qualidade de vida da pessoa idosa, destacando-se os que se encontram na esfera pública ou extensão universitária (ARAUJO e col., 2011). Assim, a elaboração de projetos de extensão na graduação constitui um conjunto de atividades de caráter temporário que promovem a melhoria do processo de ensino/aprendizagem, associada à comunicação entre a universidade e a comunidade. Essas atividades possuem um caráter educativo, cultural, artístico e científico, desenvolvidas por docentes e discentes por meio de ações sistematizadas, voltadas às questões sociais relevantes (TRAMONTT e col., 2016).

Com intuito de proporcionar e construir um espaço de acolhimento, socialização, desenvolvimento pessoal e promoção de saúde, o projeto de extensão PUC Mais Idade - Universidade Aberta ao Idoso (UnAI), existe há oito anos no *campus* Betim da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). O projeto recebe idosos do município de Betim e conta com uma equipe multidisciplinar de extensionistas que elaboram e proporcionam atividades a partir da demanda dos beneficiários do projeto. São exemplos dessas atividades: oficinas de caráter socioeducativo e terapêutico que trabalham aspectos relacionados à saúde, meio ambiente e sustentabilidade, cultura e lazer, solidariedade, práticas corporais, comunicação e autonomia por meio do teatro, dança, música, arte, atividade física e parceria com instituições beneficentes (como ILPI), dentre outras. Além disso, o projeto abre um espaço musical para os beneficiários, o Coral PUC Mais Idade, o qual propicia oportunidades de apresentações para o público acadêmico e da comunidade.

A pandemia causada por Covid-19 (doença transmitida pelo vírus SARS-CoV-2 que leva à síndrome respiratória aguda grave) teve por consequência o isolamento social em esfera nacional com o propósito de achatar a curva de contaminação da doença, exigindo que o Projeto de Extensão PUC Mais Idade UnAI - *campus* Betim, adaptasse suas atividades para possibilitar sua

continuidade. Para isso, extensionistas e coordenação se reuniram no início do regime letivo remoto, implementado na universidade em março de 2020, a fim de encontrar a melhor forma de dar continuidade ao projeto e manter o vínculo com os idosos.

A partir disso, foi criado um grupo na plataforma WhatsApp para a continuidade do Projeto, por ser a mais difundida entre os idosos. Os extensionistas entraram em contato com todos os beneficiários para convidá-los a participar do grupo “PUC Mais Idade: Em casa”. Com a boa recepção dos idosos, o projeto passou a ser realizado de modo virtual e, com essa migração, houve a necessidade de introduzir novas metodologias para a execução de oficinas e formas de avaliação e monitoramento. Sendo assim, este estudo objetiva descrever o processo de transição do projeto PUC Mais Idade - UnAI Betim da modalidade presencial para virtual como estratégia de enfrentamento à pandemia de Covid-19.

I. Métodos

Este estudo consistiu no relato de experiência dos extensionistas do Projeto PUC Mais Idade – UnAI Betim, acerca da transição do projeto para a modalidade virtual e das atividades desenvolvidas no período de 20 de março a 30 de junho de 2020. O projeto ocorreu via grupo de WhatsApp “PUC Mais Idade: Em casa” e beneficiou aproximadamente 31 participantes, sendo 94% mulheres. O mesmo aconteceu às terças e quintas-feiras de 14:30 às 16:30, preservando os horários antigos, e foi conduzido por uma equipe multidisciplinar de 12 extensionistas.

As oficinas realizadas no projeto contemplaram diversos temas sugeridos pelos idosos e extensionistas. As atividades eram desenvolvidas de forma sistematizada e seguiam uma sequência cronológica: vídeo com fotos do projeto; desenvolvimento do tema com recursos interativos e metodologias ativas; momento de descontração; e avaliação mediante questionário eletrônico via Google Forms. A participação dos idosos foi avaliada por meio de quatro indicadores a partir do número total de idosos inclusos no grupo de WhatsApp: percentual de idosos que

participaram da oficina, interagindo durante o horário do projeto; percentual de idosos que apenas visualizaram a oficina neste horário; percentual de idosos que visualizaram após o horário e percentual de idosos que não visualizaram no dia do projeto. As reuniões de planejamento e monitoramento entre extensionistas e coordenadora foram realizadas semanalmente por meio da plataforma Microsoft Teams.

Os registros das atividades (planilhas de dados, cronogramas, fotos, arquivos de oficinas, atas de reunião) ficam armazenados na nuvem do OneDrive, aplicativo do pacote Office 365 que é disponibilizado gratuitamente aos funcionários e alunos da PUC Minas. Esse método de armazenamento de dados se manteve no período remoto e foi mais um auxiliar na avaliação e monitoramento das ações virtuais.

Os resultados foram analisados com base na percepção dos extensionistas e dos beneficiários, a partir de dados secundários do projeto sobre avaliação das oficinas e indicadores de participação dos idosos. Posteriormente, os resultados encontrados foram contrastados com achados da literatura.

2. Resultados e Discussão

2.1 Oficinas

As atividades no modo remoto iniciaram em 20 de março de 2020 e foram mantidas nos mesmos dias e horários da modalidade presencial, sendo enviados lembretes no grupo do WhatsApp momentos antes do início das oficinas. Para organização das mesmas, foi definido o seguinte roteiro: envio do resumo da programação; vídeo de abertura com fotos do projeto, intercalados durante a semana com uma canção interpretada pelos extensionistas do Coral; desenvolvimento do tema pré-definido por meio de recursos interativos como vídeos, áudios, infográficos, *flyers* e uso de metodologias dinâmicas; e avaliação da oficina pelos idosos, por meio do questionário eletrônico. Antes do início das atividades online foram estabelecidas regras sobre a utilização do grupo no WhatsApp para realização das oficinas, como por exemplo, o não envio de mensagens fora dos contextos

trabalhados e do horário de funcionamento das atividades. Os tópicos como conteúdo, modo de apresentação e interação durante as oficinas eram discutidos e preparados antecipadamente e todas as atividades direcionadas aos idosos ocorreram de forma síncrona, durante as 4 horas semanais (2 horas por dia).

Essa adaptação permitiu a manutenção do vínculo entre os participantes do projeto e proporcionou no espaço virtual a continuidade das relações e interação social por meio das diferentes oficinas de conhecimento, atividades físicas e momentos de recreação. A manutenção dessa conexão social, facilitada por meio das ferramentas digitais, contribuiu positivamente para o bem estar físico e mental dos participantes, fatores que devem ser tratados com atenção no público idoso (PENMAM, 2020). Afinal, sabe-se que a exclusão social está diretamente ligada ao elevado risco de comprometimento cognitivo e consequente agravamento de condições neurológicas e demais doenças, assim como o fardo psicológico causado pelo isolamento (PLAGG e col., 2020; PENMAM, 2020).

O modelo ativo de metodologias e a gestão horizontal do projeto são características essenciais do PUC Mais Idade que foram mantidas e adaptadas para o formato digital. No regime presencial, dois representantes dos idosos participavam das reuniões de monitoramento uma vez por mês com opiniões e sugestões de melhorias e aperfeiçoamento do projeto que refletiam a percepção do grupo. Essa participação manteve-se por meio do questionário eletrônico de avaliação das oficinas, que possui espaço reservado para sugestões. Com a continuidade das medidas de isolamento social e manutenção do formato virtual, essa participação ocorrerá com a inclusão de dois representantes dos idosos nas reuniões de monitoramento por videoconferência.

Durante a execução do projeto virtual entre 20 de março e 30 de junho de 2020, foram realizadas 28 oficinas, sendo sete executadas por convidados externos do curso de Fisioterapia da PUC Minas. As oficinas realizadas pelos extensionistas foram discutidas e programadas antecipadamente em reunião com a coordenadora do projeto, trazendo temas novos e intercalando oficinas de conhecimento geral com oficinas de atividades físicas.

Com o objetivo de relembrar e despertar alegria pelos momentos vividos juntos, às terças-feiras era enviado um vídeo com fotos dos idosos em momentos especiais do projeto e, às quintas-feiras, um áudio com uma música cantada por extensionistas do Coral. Ao final das atividades, era realizado um momento de descontração para promover a interação entre os idosos.

A oficina de abertura no modo virtual abordou a continuidade do projeto e as expectativas dos idosos para essa nova adaptação. Em resposta à pergunta “quais são as suas expectativas para o projeto online?”, lançada por uma extensionista, obteve-se a resposta: “[...] *só de estarmos cumprimentando uns aos outros no horário de costume já é muito importante pra gente, porque nos traz alegria*” (sic). Nessa oportunidade, foi pedido aos idosos que sugerissem atividades e relatassem dificuldades durante o período de quarentena, uma vez que as particularidades dos participantes contextualizam as atividades intervencionistas (AMÂNCIO, 2004). Ademais, neste primeiro contato virtual foram repassadas dicas de autocuidado durante o isolamento, pois os beneficiários do projeto compõem o principal grupo de risco do novo coronavírus.

As oficinas do semestre abordaram diferentes temas, como, educação em saúde, conhecimentos gerais, descontração, artesanato, atividade física, festa típica, dentre outros. Essas atividades foram apresentadas de forma agrupada, conforme sua temática. O tema de abertura e de grande importância na atualidade foi “*Fake News*”. Para isso, foi realizada uma discussão com os idosos sobre estratégias de diferenciação entre notícias falsas e verdadeiras e, em seguida, realizada uma dinâmica intitulada “Fato ou Fake” criada pelas extensionistas, utilizando notícias amplamente divulgadas no contexto da Covid-19 no início da quarentena. Ainda sobre esse assunto, foram estudadas as principais características dos microrganismos, dando enfoque à proteção contra o vírus SARS-CoV-2, sendo realizado também um quiz sobre o tempo de vida que esse vírus sobrevive em diversas superfícies de acordo com orientações do Ministério da Saúde (2020).

A educação em saúde foi explorada em várias oficinas,

incluindo uma intitulada Saúde Integral, que discutiu fatores interferentes à saúde, como alimentação, atividade física, sono, estado emocional etc. Para concluir essa atividade, foi realizado um jogo intitulado “Desafio da Saúde Integral”, onde os idosos tinham acesso a uma tabela com fatores que afetam a saúde, a fim de que realizassem uma autoavaliação sobre seus hábitos. Outras oficinas esclareceram dúvidas relacionadas à febre, hipertireoidismo, hipotireoidismo e, nessas oportunidades, os idosos puderam sanar dúvidas e desmistificar algumas crenças como o uso de álcool no corpo para aliviar a febre. Ainda sobre a temática saúde, outro assunto abordado foi a depressão, reforçando a prática da escuta e troca de experiência entre os participantes no momento de isolamento social, com a participação de um psicólogo convidado.

Para complementar a temática saúde, os direitos e deveres dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), apresentados na *Carta* emitida pelo Ministério da Saúde (2011), foram discutidos no grupo de WhatsApp. Nessa oportunidade, foram sanadas dúvidas e feito o repasse de telefones importantes em caso de dúvidas e denúncias, como o Disque Saúde e a ouvidoria do município de Betim, de forma que os idosos pudessem conhecer os seus direitos e exigir o cumprimento dos mesmos.

Em resposta à sugestão de atividades de descontração, foram realizadas oficinas lúdicas, por meio da dinâmica “Qual é a música?”, utilizando *playbacks* e *emojis* do WhatsApp. Para trazer conhecimento nesses momentos, foi realizada a atividade “Super Curiosidades”, esclarecendo dúvidas como, por exemplo, a forma que os astronautas vão ao banheiro. Os conhecimentos gerais foram abordados por um quiz divertido com perguntas de múltipla escolha como: “Qual o maior animal terrestre?” O raciocínio lógico e matemático foi a proposta da atividade “Rachacuca” que permitiu aos idosos exercitarem o cérebro de forma descontraída. Uma oficina de artesanato contribuiu para o entusiasmo dos participantes, explorando a sustentabilidade e as habilidades manuais por meio da realização de um porta-trecos com materiais reciclados.

Conhecimentos culturais foram compartilhados durante o

semestre, como a história da cidade de Betim-MG, o estudo sobre a doença Hanseníase, bem como um quiz sobre a Colônia Santa Isabel, bairro histórico do município, em razão à referida doença. A cultura também foi partilhada por meio da música, apresentando o vale do Jequitinhonha e do Coral das Lavadeiras. Um “passeio virtual” foi realizado por duas capitais da região sudeste do Brasil, São Paulo e Belo Horizonte; dessa forma, foi possível “viajar” pela internet.

A atividade física continuou presente no modo virtual, levando em consideração a sua importância na melhoria da qualidade de vida (BENEDETTI; GONÇALVES; MOTA, 2007). Para isso, os idosos receberam orientações de segurança sobre a realização das atividades e os sinais de alerta que indicavam que as mesmas deveriam ser interrompidas. Os exercícios de condicionamento aeróbico, coordenação, fortalecimento, equilíbrio e alongamentos foram realizados por meio de vídeos produzidos por extensionistas graduandas em fisioterapia. Dicas de exercícios simples que os idosos poderiam realizar em casa foram compartilhadas, como caminhar 30 minutos pelo quintal, gerando alguns relatos, como: *“eu estou fazendo alongamentos e fazendo caminhada em volta da casa (...)”* (sic), de uma beneficiária do projeto. Essa modalidade também foi enriquecida com dança, adaptando aulas de zumba, samba e forró por meio de vídeos produzidos por extensionistas. Muitos idosos compartilharam vídeos, dançando.

O “PUC Mais Idade: Em Casa” contou com a participação de convidados externos, alunos do sétimo período do curso de fisioterapia da PUC Minas, *Campus* Betim, que realizaram sete oficinas conforme sugestões dos idosos. Para isso, os alunos se dividiram em pequenos grupos e trouxeram discussões em quatro dias de atividades do projeto. Em todas essas oficinas, houve mediação e apoio dos extensionistas, por estarem familiarizados com a dinâmica do grupo e vinculados aos idosos. Os temas abordados foram: saúde e direitos dos idosos por meio da realização de um bingo adaptado e dinâmica; alimentação saudável mediante apresentação da quantidade de açúcar presente em alguns alimentos com uso de fotos interativas; artesanato por

meio da história do *Tsuru* e realização de um *Origâmi*; música e dança com dinâmicas; cognição trabalhada por jogos; atividades físicas por meio de gifs; e sexualidade na terceira idade com o envio de vídeo de especialistas e discussão interativa sobre o tema.

Devido à data comemorativa de São João, foi realizado um “arraiá virtual” com bingo, trajes, comidas tradicionais, brincadeiras típicas e a realização de uma quadrilha, preparada pelas extensionistas: vídeos com caracterização e cenário junino, convidando os idosos a participarem da dança. Os mesmos se caracterizaram e interagiram enviando fotos e vídeos dançando, proporcionando um momento de descontração e alegria frente ao momento de angústia provocado pela pandemia.

Para encerrar as atividades semestrais, a vigésima oitava oficina destacou a participação dos beneficiários em meio à pandemia, com vídeos gravados por extensionistas e coordenadores, incluindo os que não compõem o projeto, atualmente. Os idosos agradeceram pela continuidade do projeto no modo virtual: *“muito obrigada por tornarem a minha vida melhor, mais feliz, obrigada por tudo, amo vocês.”* (sic); e *“família PUC Mais Idade, quero deixar o meu carinho e minha amizade porque foi um prazer muito grande (...), um trabalho muito bom que vocês fizeram, uma equipe maravilhosa.”* (sic). Dessa forma, foi possível alcançar os idosos e intervir nas suas realidades ao desenvolver responsabilidade social, refletir sobre a prevenção de doenças e contribuir para a manutenção da saúde no processo de envelhecimento; finalidades almejadas por um projeto de extensão (MAS-SAIA; MENDES; CASTRO, 2014).

2.2. Avaliação das Oficinas

A avaliação das oficinas antes da pandemia era realizada mensalmente por meio de um questionário criado por um dos idosos. Nesse formulário, constava o título de todas as oficinas desenvolvidas ao longo do mês e *emojis* representando categorias de respostas. No modo virtual, a avaliação das oficinas passou a ser realizada por um questionário eletrônico simples e

objetivo. Este possuía cinco questões, sendo quatro de múltipla escolha sobre a condução, pontualidade, organização, nível de conhecimento construído nas oficinas e uma pergunta dissertativa que servia como espaço para sugestões e críticas construtivas. Os participantes respondiam o formulário ao final das atividades e não precisavam se identificar, corroborando com o fato de que as considerações sobre uma oficina devem ser feitas logo após o seu término para que as informações não fiquem sujeitas ao viés de memória (HONSBERGER; LINDA, 2002).

Ao longo do semestre virtual foram avaliadas 21 das 28 oficinas, excetuando àquelas realizadas por alunos convidados, resultando em 182 registros eletrônicos, com uma média de oito avaliações por oficina. Em relação às temáticas abordadas nas oficinas: pontualidade; metodologia empregada; conduta dos facilitadores; e clareza na transmissão das informações, mais de 95% dos participantes consideraram ótimas. Esse resultado demonstra que as oficinas foram bem aceitas pelos idosos. Ademais, percebeu-se que os extensionistas tiveram que desenvolver competências para realizar as atividades virtuais, havendo uma ressignificação da prática extensionista.

Novos conhecimentos foram adquiridos por 99% dos participantes, durante as oficinas realizadas; e 84% desses participantes classificaram esse conhecimento como nível cinco, em uma escala linear de qualidade de zero a cinco. Este resultado sugere que as metodologias ativas empregadas pelos extensionistas foram benéficas para a construção coletiva do conhecimento. Além disso, as oficinas empregadas como meios de educação em saúde podem contribuir para mudanças tanto no comportamento quanto no estilo de vida dos indivíduos e da coletividade (MALLIMANN e col., 2015; JANINI; BESSLER; VARGAS, 2015).

A última parte da oficina, onde ocorre a avaliação, é tão relevante quanto a fase de planejamento e de condução (HONSBERGER; LINDA, 2002). Deste modo, a avaliação online das oficinas foi fundamental para manter a horizontalidade em seu planejamento, identificar as potencialidades ou vulnerabilidades de cada atividade realizada e fomentar melhorias

para as próximas ações. As sugestões e resultados das avaliações fizeram com que as oficinas desenvolvidas fossem aprimoradas a cada nova atividade, o que possibilitou a criação de um ambiente harmônico e interativo para a realização das ações do projeto.

2.3. Indicadores de participação

Também foi preciso adaptar a avaliação de presença dos idosos nesses encontros. No regime presencial, essa avaliação era realizada por meio de assinatura do próprio idoso em um caderno destinado ao registro de frequência. O projeto virtual foi abraçado por mais de 30 idosos e, diante das limitações naturais com uso de tecnologias, elaborou-se um registro de frequência que dependesse apenas do extensionista, feito por meio de uma planilha que relacionava os idosos, individualmente, com cada data de projeto. Para isso, foram criados indicadores que avaliaram se o idoso interagiu durante a oficina, se o idoso apenas visualizou a oficina, se visualizou a oficina após o horário destinado às atividades ou, ainda, se o idoso não visualizou as atividades no mesmo dia.

A avaliação desses indicadores se deu pela análise de cada mensagem enviada no grupo dentro dos horários estabelecidos. Dessa forma foram registrados os idosos que participaram e interagiram. Os dados da mensagem disponibilizados pela plataforma WhatsApp permitiram a avaliação do dia e horário de leitura da primeira mensagem enviada no grupo pelo extensionista de referência, diferenciando aqueles que não participaram no momento da atividade. Os dados lançados regularmente na planilha permitiram a geração dos indicadores percentuais de avaliação de presença e participação dos idosos beneficiários.

Ao final das atividades, todos os indicadores foram calculados e dispostos em gráficos. O perfil de participação geral do grupo de idosos inclusos no “PUC Mais Idade: Em casa” revelou que 52% dos idosos participaram e interagiram durante as oficinas, enquanto 22% apenas visualizaram, 15% visualizaram após o término das atividades e outros 11% visualizaram em outros dias.

Como modo de análise individual das oficinas, foram relacionados os idosos participantes (que estavam interagindo no grupo) com todos os idosos online no momento da atividade. Com o registro de todas as oficinas, foi possível ver a flutuação dos dados de participação dos idosos, que variou de 52% a 94%, com picos nas atividades de “Boas Vindas”, “Fake ou Fato”, “Prática Corporal”, “Curiosidades Sobre Conhecimentos Gerais”, “Dança”, “Festa de São João”, “Passeio Cultural Online” e “Festa de Encerramento”.

Em contrapartida, houve uma queda significativa da interação dos idosos durante o período em que alunos convidados conduziram oficinas dentro do grupo e outra queda, ainda maior, na primeira quinzena de junho. Sabe-se que o vínculo entre extensionistas e beneficiários é algo muito importante para a construção de um Projeto de Extensão que efetivamente funcione. Da mesma forma, sabe-se que o período de pandemia e de isolamento social afetou a rotina e as emoções de muitas pessoas. Assim, sugere-se que a primeira queda seja decorrente da falta de vínculo entre alunos convidados e idosos, visto que eles não se conheciam e essa experiência foi completamente virtual.

A segunda queda é sugerida pelo momento difícil e desanimador que todos os idosos em isolamento social estão vivendo. Já havia se passado mais de 3 meses nessa condição: o período de adaptação é desafiador e os tira da inércia, contudo, passado esse momento e sem previsão de quando será possível retomar a “rotina pré-coronavírus”, é esperado que os idosos se sintam desmotivados, desanimados e desinteressados.

Diante disso, as adaptações realizadas constantemente pelos extensionistas refletiram no aumento de mais de 30% de participação dos idosos nos dias seguintes à esse período de baixa interação, trazendo atividades diferentes como festa de São João, passeios a lugares diferentes pela tela do celular e a festa virtual de encerramento. Assim, a nova metodologia de avaliação de presença dos idosos foi eficaz ao que se propôs e permitiu, ainda, auxiliar na necessidade de adaptação diante dos índices de participação que puderam ser analisados todos os dias após o término da oficina.

Considerações finais

O Projeto de Extensão PUC Mais Idade - UnAI Betim conseguiu se adaptar ao regime letivo remoto implementado pela PUC Minas, em março de 2020, devido à pandemia de Covid-19. Dessa forma, foram alcançados pela plataforma WhatsApp mais de 50% dos idosos cadastrados e beneficiados pelo projeto no regime presencial, dando prosseguimento à realização de oficinas de conhecimento, atividade física, promoção de saúde, atividades culturais e sociais. Todas essas atividades proporcionaram ao principal grupo de risco do novo coronavírus um estado de bem-estar físico, mental e social, tornando-o capaz de realizar aspirações, satisfazer necessidades e lidar com o ambiente em meio ao isolamento social determinado.

Referências

ALLEYNE, G.A.O.. Healthy and Quality of Life. *Revista Panamericana de Salud Publica/ Pan Am*, v. 9 (1), p. 1, 2001.

AMÂNCIO, C.. Educação popular e intervenção comunitária: contribuições para a reflexão sobre empoderamento. In: *Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação*, 27., 2004. Anais... v.1, Caxambu. Rio de Janeiro: ANPED. 2004.

ARAÚJO, L. Fo. e colaboradores. Evidências a contribuição dos programas de assistência ao idoso na promoção do envelhecimento Saudável no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*, v.30, n. 1, p. 80-86, 2011.

BENEDETTI, T. R. B.; GONÇALVES, L. H. T.; MOTA, J. A. P. da S.. 2007. Uma proposta de Política Pública de Atividade Física para Idosos. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 16(3): 387-98, jul./set. 2007.

BRASIL. *Carta dos direitos dos usuários da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema Único de Saúde: princípios e conquistas*. Secretaria Executiva. Brasília. 2000.

FERREIRA, O. G. L. e colaboradores. Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 513-518, jul./set., 2012.

HONSBERGER, J.; GEORGE, L.. Facilitando oficinas: da teoria à prática. *Projeto Gets - United Way do Canadá*. São Paulo, dez. 2002.

JANINI, J. P.; BESSLER, D.; VARGAS, A. B. de. Educação em saúde e promoção da saúde: impacto na qualidade de vida do idoso. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p. 480-490, abr./jun. 2015.

MALLMANN, D. G. e colaboradores. Educação em saúde como principal alternativa para promover a saúde do idoso. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 6, p. 1763-1772, 2015.

MASSAIA, E.; MENDES, E. C. N.; CASTRO, L. P. de. Reflexões acerca de conflitos de interesses nas ações educativas promovidas num projeto de extensão universitária desenvolvida com idosos. *Revista Conhecimento Online*, Ano 6; v. 2; set., 2014.

PENMAN, M.. For elderly, pandemic forces them into 'cruel' isolation. *Washington Post*, maio 2020.

PLAGG, B. e colaboradores. Prolonged social isolation of the elderly during COVID-19: Between benefit and damage. *Archives of Gerontology and Geriatrics*, v. 89, jul./ago. 2020.

TRAMONTT, C. R.; BAPTISTA L.; ZAMBONE, M. A.; KUTZ, N. A.. *Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão*. Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional na horta da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2016.

A adaptação da prática em extensão universitária: nova forma de aplicar seus pilares por meio da inovação

Natália Rezende Baraldi¹

Maria Fernanda Rosa Dezan²

José Francisco Kerr Saraiva³

Introdução

Em 1987, no I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras definiu-se o conceito de extensão. Atenta-se para seu espectro educativo, cultural e científico e ressalta-se a importância da via de mão-dupla, ou seja, do conhecimento como troca de saberes (NOGUEIRA, 2000). Ademais, aponta-se a produção de conhecimento como resultante do confronto com outra realidade. Paulo Freire, em seu livro *Extensão ou Comunicação* (1968), defendeu a importância da coparticipação para a comunicação eficaz, definindo como forma única de se alcançar a compreensão mútua. Aponta, ainda, para o equívoco de conduzir o conceito de extensão como o de estender o conhecimento técnico até o outro (FREIRE, 1983).

O processo de construção da interface científico-social ainda é um desafio vivido no projeto de extensão acadêmica e que podemos extrapolar para a vida dos acadêmicos e para a sociedade. A relação profissional/público-alvo, por exemplo, desafia essa capacidade de troca de conhecimento, de modo a valorizar e garantir aplicabilidade da vivência em projeto de extensão.

¹Graduanda em Medicina – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

² Graduada em Medicina – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

³ Professor da Faculdade de Medicina do Centro de Ciências da Vida - Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Docente Orientador pela Pró-Reitoria de Extensão.

Socialmente, o panorama atual também é um recorte ilustrativo dessa dificuldade. Em meio a pandemia da COVID-19, com o amplo acesso à produção científica e a difusão da informação, a dificuldade de entendimento e classificação da mensagem quanto a sua procedência, pertinência e veracidade fizeram-se notórios. A discrepância da produção científica para a comunicação educativa é confirmada quando se percebe o volume de informações repetidas que aponta para uma necessidade atual e a persistente dificuldade de aplicar este direcionamento no dia-a-dia. O papel do projeto de extensão deve se fazer presente na união destes dois mundos, científico e social, de modo a viabilizar o aprendizado, para que discrepâncias de conhecimento, como essa, sejam minimizadas.

Entende-se o papel do acadêmico, de importância vital nessa realidade, como multiplicador do conhecimento necessário para a garantia da saúde por meio da prevenção primária. Alcança-se a preocupação como um segundo pilar da extensão que garante a popularização da informação, o que nos traz o questionamento sobre qual o espectro populacional com maior demanda por atenção (NOGUEIRA, 2000). Assim, em avaliação conjunta com a Fundação Síndrome de Down, entendeu-se que, apesar do esforço comunicativo geral, nenhuma abordagem tratava especificamente da população com deficiência intelectual e síndrome de Down (SD). Diante dessa experiência, pretendeu-se exaltar a importância curricular da extensão universitária a partir do relato de experiência pioneira que abordou a produção de materiais voltados aos indivíduos com SD e seus responsáveis para veicular informações sobre a COVID-19 e suas formas de prevenção.

I. O projeto e equipe executora

Trata-se de um projeto desenvolvido no período de março a junho de 2020, vinculado ao projeto “Promoção de hábitos saudáveis em população de portadores de Síndrome de Down para a prevenção de doença cardiovascular” da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEXT) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Projeto

este composto pelo professor orientador José Francisco Kerr Saraiva e alunos graduandos dos cursos de jornalismo, medicina, psicologia, nutrição, terapia ocupacional, psicologia e ciências farmacêuticas. Procurou-se, dessa forma, elaborar um grupo interdisciplinar abrangendo várias áreas do conhecimento. Junto ao grupo de extensão da universidade, a iniciativa envolveu além da Fundação Síndrome de Down de Campinas o Departamento de Promoção de Saúde da Sociedade Brasileira de Cardiologia, além de outros profissionais voluntários: professor de educação física, nutricionista, pediatra, cardiologista, agente de comunicação, designers e editores. Com a presente composição de profissionais envolvidos buscou-se ir além da interdisciplinaridade, dando um tom transdisciplinar, elemento crucial para o momento vivido.

Devido às medidas de distanciamento social, o grupo realizou reuniões *online* para estabelecer uma forma de abordagem esclarecedora para pessoas com SD e seu núcleo de convivência, além de definir os tópicos a serem desenvolvidos. Usou-se desse espaço para absorver dos profissionais da Fundação Síndrome de Down as peculiaridades do público alvo, ouvir familiares e captar as principais demandas. Assim, como para entender dos profissionais da comunicação o que se fazia necessário para desenvolver um material eficaz para as pessoas com SD. Decidiu-se, nesse sentido, pela produção de dois materiais voltados para os indivíduos com SD: uma animação e vídeos protagonizados pelo próprio público alvo. Já para o núcleo de convivência, optou-se pelo desenvolvimento de uma cartilha e um vídeo narrado pelo docente orientador do projeto. Para isso, utilizou-se materiais da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Ministério da Saúde, e artigos científicos referenciados.

Para a agilidade da pesquisa e produção do conteúdo, alunos e profissionais foram divididos em seis grupos, permanecendo a interdisciplinaridade entre as frentes de trabalho e também o aproveitamento das expertises de cada um. Os profissionais de comunicação responsabilizaram-se por organizar e reunir os materiais desenvolvidos, atentando-se para a linguagem da mensagem a ser transmitida. As outras frentes de trabalho foram

encarregadas de transmitir informações sobre a COVID-19, além de mensagens de conscientização sobre alimentação saudável, exercício físico, saúde mental, atenção à saúde, importância do distanciamento, novos comportamentos necessários e dicas para esse período de pandemia. A depender do público alvo e da estrutura da mensagem a ser transmitida, este conteúdo foi adaptado. Em paralelo, o grupo de designers, editores audiovisual e de texto auxiliaram na produção dos respectivos materiais. O envolvimento de diversos profissionais voluntários no âmbito de compartilhar conhecimento sobre diferentes áreas de atuação agregou conhecimento inestimável aos alunos envolvidos, privilégio característico das atividades de extensão.

Assim, o pilar que guiou toda a produção da campanha para os alunos extensionistas foi a compreensão da importância do enfoque na comunidade, no caso, a população com SD. Transmitiu-se este direcionamento a todos os profissionais voluntários de modo que possibilitou ao grupo atuar baseado na essência: disseminar o conhecimento científico à comunidade de forma ativa (NOGUEIRA, 2000), absorvendo suas demandas e promovendo sua participação como protagonistas da campanha.

2. Porquê uma abordagem diferente para a população com SD

A importância em produzir materiais específicos para indivíduos com SD e seu núcleo de convívio reside no fato de que a população com SD está inclusa no grupo de maior risco para o contágio por COVID-19 e suas complicações. Conforme já divulgado amplamente pela comunidade científica, esse grupo também abrange idosos e pessoas com doença de base, como doença cardiovascular, hipertensão arterial sistêmica, pneumopatias, diabetes mellitus e neoplasias (PAHO, 2020).

As características que englobam os indivíduos com SD no grupo de risco são diversas. A presença de alteração no cromossomo 21 influencia no desenvolvimento global dos aspectos físicos, cognitivos, sensoriais e psicomotores. Nas vias aéreas superiores, por exemplo, observa-se o estreitamento do

conduto auditivo, menor movimentação ciliar e palato profundo, que contribuem para o desenvolvimento de infecções respiratórias (BRASIL MS, 2013). Em consequência, a prevalência de doenças respiratórias é 62 vezes maior em crianças com SD do que em crianças ditas normais (BURNS; ESTERL, 2000). Além disso, até 50% apresentam alterações congênitas cardíacas. Ademais, a obesidade, presente em grande parte desses indivíduos e relacionada com a queda do metabolismo basal, influencia no desenvolvimento ou agravamento de doenças cardiovasculares e outras comorbidades (BRASIL MS, 2013). A imunodeficiência também é um fator de risco. Acredita-se que ela está relacionada com alterações morfofuncionais no timo, que resulta em alteração na função dos linfócitos T e desequilíbrio das citocinas, além de redução do número de células T naive e B desde o nascimento, alteração na função de células B e expansão reduzida das células de memória. Por fim, devido à resposta imune adaptativa mais lenta, ocorre sensibilização deficitária a alguns antígenos, sendo necessária adaptação do calendário vacinal, por exemplo (NISIHARA; MASSUDA; LUPIANES, 2014).

Uma vez que a COVID-19 é uma doença de sintomatologia com uma variação de amplo espectro – desde um simples quadro gripal à síndrome respiratória aguda grave –, o reconhecimento dos sintomas – febre, fadiga, tosse seca, mialgia, congestão nasal, cefaleia, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato e dispneia (PAHO, 2020) –, se faz necessário para garantir a assistência a essa população. Diante dessas evidências fez-se necessário a concorrência de profissionais apropriados da atual situação, para orientar a pessoa com síndrome de Down a respeito do atual cenário com vistas à sua proteção de contágio e suas complicações.

3. A comunicação

Diante da falha de informações voltadas à população com SD, observa-se sua exclusão em diversas situações do cotidiano (SCORALICK, 2009). Considerando que todo cidadão tem direito ao acesso à comunicação, essa desempenhou papel

importante no projeto, sendo dividida em três vieses:

O primeiro viés foi estabelecido quando a comunicação entre acadêmicos, docente orientador, profissionais voluntários e Fundação Síndrome de Down ocorreu de forma horizontal, de importância ímpar para desenvolvimento de tamanho projeto em curto período de tempo. O engajamento e participação alavancados por esse comportamento viabilizou produções com qualidade e eficácia refletida nos resultados. O segundo viés foi garantido do grupo para com os usuários da FSD e seus familiares, acolhendo-se as demandas para atendê-las por completo, como pautas primordiais. Por fim, o terceiro viés foi o próprio modelo comunicativo utilizado na campanha, no qual buscou-se entender o público que frequenta a FSD para determinação de parâmetros. A linguagem visual, simples e objetiva revelou-se a mais adequada para a completa compreensão da mensagem por esses jovens. Em relação ao núcleo familiar, também se utilizou da linguagem escrita ou visual simples e objetiva, visto que o nível de escolaridade é diverso.

A fim de tornar os indivíduos com SD agentes ativos na discussão da COVID-19, foi necessário o reconhecimento dessas pessoas como detentoras de suas próprias escolhas, de sua autonomia e de respeito. Explorou-se, assim, a capacidade de agentes multiplicadores do conhecimento, o que possibilita democratizá-lo (SCORALICK, 2009).

A partir das informações anteriores, buscou-se a consonância com a Política de Atenção à Pessoa com Deficiência (OMS, 2012), a qual reafirma que a comunicação pode ser considerada tanto uma possível barreira quanto um facilitador, cabendo aos emissores da informação o dever de adequar o conteúdo disseminado, para tornar possível e fácil o processo de entendimento.

4. Materiais produzidos para o público com SD

4.1. Animação

Para a escolha dessa forma de abordagem, considerou-se as particularidades da população alvo, que incluem facilidade de

aprendizado visual e menor período de concentração (DS-INT, 2019). Assim, elaborou-se uma animação narrada de curta duração, com linguagem simples, falas pausadas, frases diretas e recursos visuais que reforçassem a mensagem. Os tópicos abordados foram: agente da doença, modo de transmissão, sintomas, importância do isolamento social e como encará-lo, atividades de lazer, medidas de higiene, maneiras de evitar o contágio, alimentação saudável e como agir diante da presença dos sintomas. Outra preocupação importante no desenvolvimento da animação foi a empatia. Os designers construíram cenários comuns para fácil identificação de quem assiste, para cativar os espectadores. Ademais, a personagem com traços não caricatos de SD propiciou a aproximação para com o público e reafirmou a necessidade de representatividade para a aceitação do indivíduo e estímulo à busca pelo seu lugar social (SCORALICK, 2009). Por fim, apesar do método ilustrativo, não ocorreu infantilização da mensagem transmitida, incluindo o não uso de tom de superioridade e palavras no diminutivo.

Buscou-se ampliar o alcance da campanha através da produção de uma versão com legenda em inglês e outra legendada em libras, a qual foi divulgada pela Associação dos Pais e Amigos dos Surdos de Campinas (APASCAMP). Objetivou-se atender a demanda dos frequentadores dessa instituição, uma vez que foi relatada a ausência de orientação adequada à especificidade desse público, por alguns apresentarem deficiência intelectual junto da surdez.

4.2. Vídeos

A fim de garantir a representatividade e estimular a autonomia dos indivíduos com SD, propôs-se a participação voluntária na produção de cinco vídeos estrelados pelo público alvo, para transmitir o conhecimento aprendido na animação. Este desdobramento garantiu o protagonismo da pessoa com SD e valorizou sua capacidade como multiplicador e conscientizador sobre o contexto atual. A promoção da autonomia, do cuidado de si e de seus pares engajou o público e dezenas de vídeos

foram recebidos. A forma comunicativa escolhida por cada um, o vocabulário próprio e personalizado à sua preferência comunicativa demonstrou-se potente método de inclusão (ARAÚJO; SIMÕES, 2012).

Os vídeos obedeceram um padrão da campanha, com aproximadamente 30 segundos de duração. O primeiro vídeo foi feito por cinco jovens e reforça a importância de as pessoas permanecerem em casa. O segundo vídeo, constituído por 7 participantes, orienta a forma correta de lavar as mãos e usar álcool em gel, além de ressaltar sua relevância. O terceiro vídeo conta com três mulheres que relatam as atividades que estão realizando em casa, como assistir filmes e tocar instrumentos musicais. O quarto vídeo é composto por quatro participantes que enfatizam a importância em realizar atividades físicas mesmo em casa, como dança e basquete. Por fim, o quinto vídeo conta com a participação de oito deles e resume os principais pontos abordados nos vídeos anteriores.

Produziu-se, também, versões legendadas em libras e em inglês que propiciaram a abrangência de maior público.

5. Materiais produzidos para o núcleo de convivência: cartilha e vídeo

A cartilha foi desenvolvida para o compartilhamento das informações sobre a COVID-19 para o núcleo de convivência dos indivíduos com SD, para que estes escolham por medidas adequadas de prevenção.

Para além de explicar o agente da doença e sua forma de transmissão, a cartilha objetivou atender outras demandas de pais e profissionais da Fundação Síndrome de Down. Diante da necessidade do distanciamento social, dicas – como o estabelecimento de uma rotina, incluindo manter os horários das refeições e a preservação do contato com familiares e amigos de forma virtual –, foram incentivadas. Com essas e outras estratégias, buscou-se garantir o respeito à autonomia e redução de conflitos entre aqueles que convivem juntos.

Com o objetivo de incluir ou reforçar a importância do

consumo de alimentos naturais ou minimamente processados, incentivou-se a preparação de suas próprias refeições, tarefa a ser realizada em conjunto, promovendo, assim, a socialização. Orientou-se também sobre a adequada higienização de todos os alimentos e embalagens, como e quando fazê-las. Preocupou-se com a tendência de aumento na ingestão calórica e menor gasto energético, visto a permanência em casa. Sabe-se da maior propensão à obesidade devido a alterações metabólicas que pessoas com SD podem possuir e a consequência deste ganho de peso no agravamento de doenças cardiovasculares ou na qualidade de vida (BRASIL, 2013).

A abordagem da atividade física durante o período de isolamento social foi crucial devido às condições citadas anteriormente. Evidenciou-se os benefícios da sua prática e incluiu-se exemplos de exercícios, duração recomendada e orientações para a sua realização de forma segura, relacionadas com cuidados com o distanciamento social, atenção à limitação física individual e prevenção de acidentes. Foi essencial ressaltar que a prática de exercícios não deveria ser interrompida devido aos diversos benefícios para a saúde mental, cardiovascular, imunológica e respiratória (MELO; OLIVEIRA; RAPOSO, 2014).

Para a prevenção da COVID-19, a abordagem sobre a higiene e novos hábitos necessários foram tópicos essenciais no projeto. Elucidou-se sobre o agente da doença, forma de transmissão, os cuidados necessários ao sair de casa – como a importância do uso adequado de máscara – e cuidados necessários no retorno com o vestuário e a descontaminação de potenciais redutos do vírus. Enfatizou-se como e quando deve ser realizada a higienização das mãos, o tempo necessário de lavagem, a importância de uma higiene completa e de uma secagem adequada. Por fim, promoveu-se o estímulo ao não compartilhamento de objetos e a explicação às várias formas de transmissão do vírus.

Quanto aos cuidados específicos de saúde, orientou-se sobre os sinais e sintomas da COVID-19 e as medidas a serem tomadas caso os apresente. Instruiu-se sobre quando e qual serviço de saúde buscar, ferramentas disponíveis para esclarecimento de dúvidas sem sair de casa, a importância de não buscar inadvertidamente

assistência devido ao potencial de contaminação dos locais de atendimento, uma vez que foi relatada pela população com SD possuir uma demanda recorrente por assistência. Aproveitou-se para enfatizar a importância de checar a carteira de vacinação com atenção especial às doses de pneumocócica 23 e influenza.

De modo complementar, produziu-se um vídeo protagonizado pelo docente-orientador do projeto, que abordou os principais tópicos da cartilha, como a inclusão de indivíduos com SD no grupo de risco e formas de prevenção. O objetivo foi atender a demanda das famílias que não haviam sido contempladas com o formato comunicativo da cartilha. Assim, buscou-se orientá-las de forma direta e concisa.

6.A importância do protagonismo

A importância da inclusão das pessoas com SD como protagonistas da campanha de conscientização de seus pares e da sociedade aponta para além da definição de Paulo Freire sobre o papel do projeto de extensão (FREIRE, 1983). Entende-se como atitude necessária para a atividade de auto representação, confrontando paradigmas sociais que representam barreiras para esses indivíduos no que tange seus direitos como cidadãos, ao participar de movimentos sociais, e como indivíduo, de possuir uma vida independente. (LEPRI, 2019). Atende-se o objetivo de reconhecer suas capacidades como ouvinte, detentor do conhecimento, divulgador e transmissor de conteúdos de importância global. Fortalece-se a comunidade e deixa à parte a incapacidade ou estereótipo excludente, que não mais devem ser aceitáveis. Combate-se, então, o conceito da infantilização por toda a vida e a privação da própria liberdade ao permitir a vivência de uma vida adulta (DS-INT, 2019; LEPRI, 2019; SCORALICK, 2019).

Nesse sentido, explora-se e demonstra-se as suas habilidades por meio da campanha de prevenção, com o intuito da maior permissão social, o que auxilia na conquista pelo seu espaço com todos os direitos que lhes são reservados, como o entendimento durante a pandemia, a possibilidade de tomar atitudes de prevenção para si e outros, a maior integração no mercado de trabalho,

a aceitação de uma vida afetiva e sexual, entre outros aspectos (SPEZIALE, 2019).

7. Divulgação da campanha e repercussão

Buscou-se a ampla divulgação da campanha com todos os comunicadores engajados na diversificação dos meios para maior visibilidade. Os materiais foram publicados na página do projeto, nas mídias sociais, nas páginas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, na Fundação Síndrome de Down, no Movimento Down e na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Campinas. Além disso, a campanha foi transmitida por diversos veículos de imprensa escrita, televisiva e radiofônica; totalizaram mais de 30 exibições distintas. A partir dos dados de acesso disponíveis nos veículos de informação, a campanha chegou em mais de 49 municípios do Estado de São Paulo. No total, estima-se que mais de 600 mil pessoas atingidas pela campanha – quando se considera que apenas um por cento (1%) do total de acessos únicos de jornais online e audiência média –, atentou-se para este conteúdo. Os números baseiam-se apenas em plataformas que possuem métricas de audiência e acesso.

Além disso, os vídeos protagonizados pelos indivíduos com SD e a animação foram divulgados por aplicativos de comunicação. Aproveitou-se das vias midiáticas operadas pela sociedade, interativas, para promover a campanha.

Quando se analisou os dados fornecidos pela rede social em que a página da campanha foi criada, obteve-se 75 curtidas, com 79 seguidores; engajou mais de 488 pessoas e alcançou mais de 5.382 pessoas, no período compreendido entre 09 de abril e 21 de julho de 2020, com os vídeos publicados. É importante frisar que o foco da campanha foi utilizar de mídias já consolidadas e de massa, visto a urgência da informação.

Entende-se, por fim, que o protagonismo e a sensibilização do público – quanto às ações de educação, conscientização em saúde (COVID-19), inclusão e visibilidade para a pessoa com SD –, foram alcançadas, como estabelecidas no projeto.

8. Resultados da campanha

Em síntese, buscou-se o protagonismo do Down a fim de qualificar o público alvo principal no entendimento dos cuidados sobre si e focar na sua capacidade de multiplicador da mensagem. Garantiu-se a toda população atingida pela campanha o poder de escolha quanto à sua saúde e de seus contactantes, com o exercício da cidadania. Além da prevenção da COVID-19, estimulou-se a adoção de hábitos saudáveis para a manutenção da saúde mental e prevenção de riscos cardiovasculares.

Visto o propósito da atuação, a consolidação do seu sucesso aconteceu com o feedback de pais e pessoas com SD, quando relataram que a campanha auxiliou no entendimento deste momento e na capacidade de lidar com esse de forma menos caótica.

Considerações finais

Para os alunos da extensão, aprender com as pessoas com SD e seu núcleo de convivência foi uma experiência rica. Adequar-se, para entender a melhor abordagem de forma a estabelecer um vínculo para a troca de saberes, foi um desafio. A disposição do conhecimento acadêmico para que os jovens pudessem se apropriar e transmiti-lo à sua maneira provocou vastas reflexões sobre o verdadeiro papel do aluno extensionista, do aluno como futuro profissional e seu papel social. Promoveu-se amadurecimento ímpar em pequeno espaço de tempo, quando entende-se que o conhecimento não deve tornar seu detentor protagonista, mas sim coadjuvante, que permita a apropriação pelo outro.

Ademais, questão notória para os acadêmicos envolvidos foi o desenvolvimento da capacidade de lidar com conteúdos novos, em constante descoberta. Aprender a produzir para além do que o domínio da faculdade ensina, com a troca de expertises entre estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, amplia o horizonte para ambos. Vivências descritas que convergem com os princípios do Fórum Econômico Mundial sobre o que é ser um profissional do futuro durante a quarta revolução industrial. A criatividade, pensamento crítico, flexibilidade cognitiva, capacidade de negociação e trabalho em equipe são notados

ao longo do texto como habilidades desenvolvidas e conferem 5 de 10, listadas como capacidades essenciais para manter-se empregado, independente da sua profissão, atualmente.

A importância da curricularização da extensão não pode ser melhor defendida que pelo exemplo acima. Mesmo em período desafiador, quando questiona-se como atuar de forma extensionista, encontrou-se nos seus pilares e em sua definição, aliadas à tecnologia, a resposta. Exercitou-se todas as ideias dos envolvidos para que se chegasse a uma atuação que representasse a extensão universitária, que incluísse aqueles que ainda não haviam sido contemplado – como a população com dificuldades intelectuais e de desenvolvimento –, proporcionou-se a ruptura de paradigmas e garantiu-se maior autonomia quanto ao poder de escolha, assim como prezou-se pela experiência dos discentes, de forma a somar em sua experiência curricular.

Referências

ARAÚJO, O.; SIMÕES, C.. *Estratégias de leitura e de escrita em alunos com trissomia 21: percepções dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Gestão e Desenvolvimento, n. 20, p. 167-191, 1 jan. 2012. Disponível em: <<https://revistas.ucp.pt/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/237>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_sindrome_down.pdf> Acesso em 21 de jul. 2020.

BURNS, D. A.; ESTERL, S. I.. As alterações imunológicas na Síndrome de Down. In: MUSTACCHI, Z.; PERES, S. *Genética baseada em evidências - síndromes e heranças*. São Paulo: CID. 2000.

DS-INT. *Down Syndrome International*. Down syndrome explained: education. United Kingdom: DS-Int, 2019. Disponível em: <<https://www.ds-int.org/pages/faqs/category/education/tag/education>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

GRAY, A.. *The 10 skills you need to thrive in the Fourth Industrial Revolution*. World Economic Forum, 2016. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2016/01/the-10-skills-you-need-to-thrive-in-the-fourth-industrial-revolution/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

LEPRI, C.. A condição adulta das pessoas com deficiência intelectual. In: *A pessoa no centro: autodeterminação, autonomia e adultidade para pessoas com deficiência*. Trad. Ilse Paschoal Moreira e Fernanda Landucci Ortale. Campinas: Saberes. 2019.

MELO, L. G. S. C.; OLIVEIRA, K. R. S. G.; VASCONCELOS-RAPOSO, J.. A educação física no âmbito do tratamento em saúde mental: um esforço coletivo e integrado. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo , v. 17, n. 3, p. 501-514, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142014000300501&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 jul. 2020.

NISIHARA, R. M.; MASSUDA, P. H.; LUPIAÑES, P. M. P.. Aspectos imunológicos da Síndrome de Down. *Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica*, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 246-251, 2014. Disponível em: <<http://www.sbcm.org.br/revistas/RBCM/RBCM-2014-03.pdf#page=59>>. Acesso em: 21 de jul. 2020.

NOGUEIRA, M. das D. P. (org). *Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas*. IN: *Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000*. Belo

Horizonte: PROEX/UFMG. 2000.

OMS. *Organização Mundial de Saúde*. Relatório mundial sobre a deficiência / World Health Organization, The World Bank. Trad. Lexicus Serviços Lingüísticos. São Paulo: SEDPeD, 2012. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf;jsessionid=516BF8317C2ECDE2BD2F3DA0AE279704?-sequence=4>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (PAHO). *Folha informativa – COVID-19* (doença causada pelo novo coronavírus). 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=8751>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SCORALICK, K.. Mídia, informação e direito à comunicação: A identidade dos deficientes nos telejornais. *Anais eletrônicos*, Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0710-1.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SPEZIALLE, R.. Autodeterminação, autorrepresentação e inclusão na sociedade: realidade ou sonho para as pessoas com deficiência intelectual?. In: *A pessoa no centro: autodeterminação, autonomia e adultidade para pessoas com deficiência*. Trad. Ilse Paschoal Moreira e Fernanda Landucci Ortale. Campinas: Saberes. 2019.

Prepara ENEM: uma reflexão sobre práticas colaborativas entre agentes na construção da extensão universitária

Bianca Kelem Mazetto¹

Eloísa da Rosa Oliveira²

Fernanda Guglielmi Faustini Sonogo³

Gian Carlos da Silva⁴

Introdução

A extensão universitária requer um compromisso que envolve muitos agentes: acadêmicos, docentes pesquisadores, líderes comunitários, estudantes de ensino básico, dirigentes da educação pública, entre outros sujeitos envolvidos direta ou indiretamente. Como propor ações e projetos que encontrem e dialoguem com as necessidades de uma comunidade e que abram espaço para que a comunidade também nos ensine e colabore com o aperfeiçoamento de nossas práticas de ensino, pesquisa e extensão?

O projeto de extensão “Prepara Enem” está ativo desde 2013 na Unesc e já atendeu média de 5.000 estudantes neste período, além de mais de 200 professores da rede pública de ensino básico. A cada ano, o projeto se renova fazendo análise do contexto social

¹Graduanda em Medicina pela Universidade do Extremo Sul Catarinense.

² Mestre e doutoranda em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina; Docente do Curso de Letras e demais cursos de Licenciatura na Universidade do Extremo Sul Catarinense; Coordenadora do projeto Institucional Prepara Enem na Unesc.

³ Mestre em Odontologia com ênfase em Odontopediatria pela São Leopoldo Mandic – Campinas/SP; Diretora de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias e Docente do curso de graduação em Odontologia na Universidade do Extremo Sul Catarinense.

⁴ Graduando em Matemática pela Universidade do Extremo Sul Catarinense.

vigente e demandas apresentadas pela comunidade e agentes envolvidos. Dentre os vários desdobramentos realizados ao longo destes anos, além das ações formativas ligadas diretamente ao público de jovens do ensino básico e professores, há a produção de pesquisa científica, produção de material didático e articulação interdisciplinar entre docentes da graduação e do Colégio Unesc, que funciona como um colégio de aplicação, dentro da Universidade. A versatilidade do projeto demonstra seu potencial para se pensar a extensão na sociedade contemporânea.

O objetivo do projeto sempre esteve voltado a atender a comunidade oriunda do ensino básico público e baixa renda familiar, na tentativa de melhoria das chances de inserção no Ensino Superior, contando com auxílio da universidade nessa preparação para o exame. Em 2019, de modo especial e inovador, houve um movimento protagonizado por estudantes de graduação de diferentes cursos (licenciaturas e bacharéis) da Unesc, para realização de iniciativas paralelas de acolhida aos adolescentes estudantes do ensino médio. Nesse caso, além das ações já previstas anualmente e coordenadas junto ao corpo docente do projeto “Prepara Unesc”, tivemos: aulas preparatórias e formação de professores da rede estadual; surgiu a possibilidade de os acadêmicos coordenarem também ações diretas direcionadas ao público.

A experiência resultou em uma aprendizagem integrada a respeito dos pontos positivos da colaboração entre agentes diversos para alcance de objetivos em comum; percebeu-se a importância de abertura para inovação nos métodos de desenvolvimento da extensão, não centralizados no saber docente, mas abrindo espaço para o protagonismo discente. A participação mais efetiva e autônoma dos acadêmicos, por meio do que poderíamos chamar de metodologias ativas, demonstrou incentivo a novos desdobramentos de maior efetividade no contato com adolescentes (público principal do projeto), além da ampliação da comunicação entre universidade e comunidade, via redes sociais de divulgação e interação de modo geral no processo da aprendizagem para os envolvidos.

Diante do exposto, este capítulo tem como objetivo geral

refletir sobre a importância da colaboração de agentes na construção da extensão universitária e, como objetivo específico, relatar a experiência em que estudantes de graduação puderam desempenhar papel protagonista vinculado ao projeto “Prepara Enem”. Uma experiência colaborativa que previu a autonomia de futuros professores e cidadãos em um processo profícuo de aprendizagem, sem deixar de potencializar a comunicação com a comunidade.

I.A importância da extensão enquanto comunicação: um fazer colaborativo

Em documento gerado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 2006, o grupo de professores engajado em defender a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão afirma que:

[...] Uma Universidade que se quer pautada por paradigmas democráticos e transformadores deverá, necessariamente, (re) visitar seus processos de pesquisa, ensino e extensão, valorizando, também, os saberes do senso comum, confrontados criticamente com o próprio saber científico, comprometendo a comunidade acadêmica com as demandas sociais e com o impacto de suas ações transformadoras em relação a tais demandas. (BRASIL, 2006, p. 41)

Nas mesmas linhas, Síveres (2006), na obra *Universidade: Torre ou Sino*, sugere a metáfora de que à universidade cabe o papel de adotar uma política de extensão que seja sino e não apenas torre. Ao questionar se somos (enquanto universidade) torre ou sino, o autor defende que a torre se eleva, mas, sozinha, é imóvel. Já o sino ecoa pelas redondezas em um processo articulado e orgânico com a própria torre. Essa é, para nós, uma reflexão válida sobre a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

O ensino e a pesquisa sempre andaram juntos no espaço universitário. A extensão, todavia, nem sempre. Essa visibilidade

ou associação com as duas primeiras esferas deu-se, efetivamente, em 1988, com a Constituição brasileira, que assegurava a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a autonomia universitária. Mais tarde, em 1996, a Lei de Diretrizes e Base enfatiza essa proposta, solicitando a flexibilidade dos currículos com vistas nas realidades e peculiaridades tão variantes em nosso país. Antes disso, as iniciativas de extensão ocorriam de modo isolado; ao contrário, reforçava-se a prioridade pela pesquisa científica.

Em consonância com tais reflexões, a Política de Extensão da UNESCO, bem como a sua missão, reforça a tríade indissociável ensino, pesquisa e extensão, considerada um tripé basilar para todas as ações desenvolvidas pela Universidade, sempre pensando na qualidade e sustentabilidade do ambiente de vida. Nessa direção, Silvio Paulo Botomé (1996) afirma que a Universidade está necessariamente ligada à produção de conhecimento e deve ser responsável não só por produzi-los, mas, sobretudo, por revelar e tornar esse conhecimento acessível a um maior número de pessoas. Assim, todo e qualquer projeto que preze por essa abordagem precisa partir dessa necessidade de harmonia entre as três esferas mencionadas. Harmonia necessária para sermos sino e não apenas torre, como provoca Síveres (2006).

Ao tratarmos dessa troca dialógica entre universidade e comunidade, Paulo Freire, já em 1992, problematizava em seu livro *Extensão ou Comunicação?* o conceito da extensão. Para Freire (1992), a ideia de extensão, enquanto ato de estender/levar uma técnica, nasceu em uma metodologia invasiva que previa levar aos camponeses novas tecnologias de agricultura sem antes compreender a realidade e lógica de trabalho já inserida naquele campo em questão. Assim, por muito tempo se entendeu a extensão como “levar conhecimento e técnica a(o)”, como se naquele espaço não houvesse um saber já instituído e que merecesse ser igualmente compreendido. Nessa perspectiva, a extensão se dá em uma via de mão única onde a comunidade tem muito a aprender e receber da universidade, e esta da comunidade.

Segundo Freire, “a percepção parcializada da realidade rouba ao homem a possibilidade de uma ação autêntica sobre

ela” (FREIRE, 1992, p. 34). Dito de outro modo, esse tipo de abordagem de uma extensão unilateral não poderia causar real transformação no ambiente, uma vez que não há real interação entre saberes, de modo que a comunidade aprenda novas técnicas, agregando ao que já sabe e vice-versa. Em vista disso, o projeto “Prepara Enem” busca, desde 2013, envolver diversos perfis de agentes em suas ações para que se priorize sempre com esta atmosfera colaborativa, visando a troca e crescimento mútuo dos envolvidos. Um projeto que prioriza o movimento de horizontalidade e colaboração em vista dessas concepções sobre o que é fazer extensão universitária.

Desse modo, todos os passos do projeto buscam compreender, antes de qualquer execução, a real demanda e possibilidades de diálogo entre os agentes envolvidos em todos os setores (estudantes e professores do ensino básico, dirigentes da rede estadual de educação, docentes pesquisadores e acadêmicos dos cursos de graduação). Além disso, a compreensão do contexto social colocado no entorno dessa preparação também nos exige uma atualização constante.

2. O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e suas implicações na rede pública de ensino e transição para o ensino superior

O Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM é uma prova já bastante conhecida no Brasil, realizada todos os anos, desde 1998, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, por meio do Ministério da Educação – MEC. O ENEM avalia o desempenho dos alunos concluintes da educação básica no país. Além deste processo qualitativo e quantitativo das provas realizadas em âmbito nacional, o resultado obtido pelo aluno possibilita o ingresso no Ensino Superior, por meio de programas governamentais como o ProUni (Programa Universidade para Todos), o SISU (Sistema de Seleção Unificada) e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil). Ademais, atualmente, algumas instituições aceitam a nota do ENEM para

ingresso do aluno, substituindo o vestibular.

Uma pesquisa divulgada pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), em 2017, revelou que 70% dos entrevistados, entre as cinco regiões do país, não ingressaram em uma faculdade por falta de dinheiro. Considerando outros dados divulgados pelo IBGE, em 2018, a escola privada contribui mais que o dobro da escola pública para o ingresso de alunos no ensino superior. Enquanto a escola pública representa 36% da entrada de alunos na Universidade, a escola privada insere mais de 60%. Tais dados demonstram a relevância de ações afirmativas que colaborem para diminuir essa desigualdade, além da importância da preparação de jovens estudantes de escolas públicas para exames como o ENEM.

Os grandes desafios para a entrada no ensino superior são, portanto, atravessados pelas lacunas existentes entre a saída do estudante da educação básica até o seu ingresso na universidade. Tudo isso diagnostica, embora já existam algumas políticas públicas voltadas para essa demanda, a falta de acessibilidade e oportunidade para alunos de baixa renda e que vivem em comunidades carentes.

Segundo Vasconcelos (2004), alguns desafios da escola pública podem comprometê-las quando analisadas em conjunto como: infraestrutura, materiais de apoio didático, segurança das escolas, motivação discente e docente (práticas pedagógicas adequadas), remuneração e atualização de profissionais da área. Tais características – além de outros inúmeros fatores que também podem justificar essa defasagem, conforme Alvarenga *et al* (2012) –, estimulam o surgimento de obstáculos para o desenvolvimento deste campo, reduzindo o acesso do aluno da escola pública quando comparado ao aluno da escola particular.

Na busca de alternativas que minimizem os desafios existentes entre a educação básica e o ensino superior e democratizem este acesso, por sua vez, a Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC contribui de forma significativa na tentativa de acolher estes alunos da educação básica, auxiliando a se organizarem para o Exame Nacional do Ensino Médio. Além disso, a universidade também compreende a importância de estar em

diálogo com docentes do ensino básico e oferece, para além das iniciativas voltadas para os estudantes adolescentes, cursos de formação continuada aos professores da rede estadual em parceria com a Secretaria de Educação do Estado, para que estejamos em apoio mútuo nesse objetivo de incentivo ao jovem estudante para ingressar no ensino superior.

Desse modo, a partir da iniciativa dos estudantes de graduação, criou-se o “Laboratório Prepara Enem” e o “Projeto navegar”. Ambos passaram a ser vinculados ao projeto de origem e institucional “Prepara Enem”, na edição de 2019. No caso do “Laboratório Prepara Enem”, tratou-se de iniciativa de representantes dos Cursos de Licenciaturas e todo planejamento foi integrado à coordenação do “Prepara Enem”. Enquanto que o “Projeto Navegar” já tinha uma estrutura mais autônoma, organizada por acadêmicos de curso bacharéis da Unesc, cuja primeira edição já havia acontecido fora das dependências da universidade em uma parceria inicial com uma escola pública de Criciúma, próxima à universidade.

Ainda sobre o “Projeto Navegar”, após a realização de um semestre de curso intensivo, o projeto teve a iniciativa de apresentar uma parceria à Unesc, para realizar o movimento inverso, trazer os alunos da rede pública para o ambiente acadêmico. Objetivando, dessa forma, não só o ensino das temáticas abordadas na prova do ENEM, mas, também, incentivar o uso do espaço da universidade, como forma de estímulo à integração da comunidade com a instituição comunitária.

3. Horizontalidade no diálogo com o público e protagonismo acadêmico

Partindo da premissa de que a comunicação com o público do projeto é essencial para o desenvolvimento de práticas significativas de aprendizagem, o diálogo com a comunidade acadêmica de discentes se faz tão importante quanto o diálogo com a comunidade/público a que se destina o projeto. Isso serve para entendermos, enquanto projeto, como o processo de ensino e pesquisa corrente na rotina acadêmica pode ser potencializado

via contato do aluno da graduação com a comunidade. No caso da experiência relatada aqui, o protagonismo se deu pela iniciativa dos próprios estudantes de licenciatura que se voluntariaram a colaborar com o projeto, de modo que tivessem um espaço para atuação e o contato direto com os possíveis estudantes. A horizontalidade, nesse caso, faz-se presente na participação ativa dos acadêmicos, podendo sugerir novas soluções para o projeto e ocupando espaços que outrora eram ocupados apenas pelos docentes da graduação ou do Colégio Unesc. Além disso, essa mesma horizontalidade também pode ser observada na interação entre os acadêmicos e redes sociais criadas para divulgação das ações.

Durante as ações, as quais chamamos de “plano de trabalho de 2019”, estabeleceu-se um planejamento das atividades e da proposta coletiva dos projetos, para que pudessem acontecer simultaneamente nos espaços da universidade. A seguir, apresentamos algumas ações que foram definidas durante este planejamento e que determinaram, desde o princípio, um contato mais horizontal entre os acadêmicos e público de jovens estudantes interessados no projeto via rede social.

Em um primeiro momento, acadêmicos dos cursos de licenciatura da Unesc uniram-se para pensar o “Laboratório Prepara Enem”; os acadêmicos dos cursos de Bacharéis, para o “Projeto Navegar”. A partir da reunião inicial, definiu-se os cronogramas dos encontros das aulas presenciais na universidade, o laboratório aos sábados (pela manhã, das 9 às 12 horas) e o projeto de segunda à sexta-feira (à noite, das 19 às 22 horas). Tais horários foram determinados a partir de um diálogo contínuo entre as partes, visando atingir a maior parcela possível de jovens e adultos em condições de baixa renda na região onde ambos os projetos seriam desenvolvidos.

Após a articulação de um cronograma conjunto, alinhado para evitar intersecções entre os horários de realização das atividades, o “Laboratório Prepara Enem” selecionou os acadêmicos para os projetos por meio de convites dos integrantes; o “Projeto Navegar”, por meio do formulário da inscrição. Após a construção de um quadro completo de voluntários, os acadêmicos

responsáveis realizaram a divulgação dos projetos de extensão para os estudantes do Ensino Médio, via formulários na internet: o laboratório recebeu 188 inscrições; o projeto, 197. Por meio de canais diversos, os acadêmicos puderam se comunicar diretamente com o público interessado no projeto, compartilhando informações e todo suporte necessário.

Ademais, a comunicação e mediação entre os projetos, e de ambos com a instituição de ensino, bem como a coordenação e orientação, foram de responsabilidade da Prof^a. Eloísa da Rosa Oliveira. Para fortalecer a articulação e valorização das lideranças envolvidas, a universidade contemplou os acadêmicos com bolsas de extensão de carga-horária de 10 (dez) horas. Especificamente 3 (três) bolsas para o “Laboratório Prepara ENEM” e 2 (duas) bolsas para o “Projeto Navegar”.

Com a necessidade de integração entre todos os participantes, antecipadamente ao início das atividades regulares, promoveu-se um encontro de formação entre os professores do Colégio Unesc, bolsistas, monitores e voluntários de ambos projetos. Momento de troca de experiências, em que professores do quadro regular do Colégio Unesc e alguns docentes também da graduação puderam falar de suas experiências no projeto “Prepara Enem” e também orientar os acadêmicos voluntários nos seus planejamentos. Nesse mesmo encontro, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) patrocinou o lanche, assim como, as impressões de materiais utilizadas no “Laboratório Prepara Enem”, como placas para os alunos encontrarem as salas, listas de chamadas e demais materiais de divulgação utilizados.

O quadro de voluntários, em ambos os projetos, se mostrou diversificado; a equipe do laboratório foi formada por 15 (quinze) acadêmicos, dos cursos de Letras, Geografia, História, Matemática, Engenharia Química, Educação Física e Ciências Biológicas. Já o Projeto Navegar foi constituído por 27 acadêmicos, dos cursos de História, Ciências Biológicas, Geografia, Letras, Engenharia Química, Medicina, Matemática, Direito e Psicologia, além de voluntários profissionais egressos da instituição de ensino e alunos da pós-graduação, também da instituição.

Em relação à duração dos projetos, ambos foram realizados

durante o segundo semestre de 2019. O laboratório, de forma mais curta, com duração de 6 (seis) semanas, com aulas regulares aos sábados pela manhã, realizadas pelos monitores, com auxílio dos bolsistas e voluntários; e o projeto, com duração de 12 (doze) semanas, com 4 (quatro) aulas por dia, de segunda à sexta-feira, no período noturno, elaboradas pelos monitores, com auxílio dos seus colaboradores. Com a pretensão de avaliar o processo de evasão e a frequência dos alunos, os bolsistas do projeto realizaram chamadas diárias ou semanais. No caso do “Projeto Navegar”, por seu carácter contínuo, os voluntários denominados colaboradores da atenção ao aluno, contatavam os estudantes que expressavam baixa frequência, objetivando compreender os motivos do afastamento e auxiliá-los no retorno ao projeto.

No último dia de aula, o “Laboratório Prepara Enem”, em parceria com o setor de relacionamento da Universidade, promoveu o momento “*blitz*”, com sorteio de brindes e bate-papo com foco nos interesses dos alunos em cursos superiores, oferecidos pela universidade. Na ocasião, muitos alunos puderam tirar suas dúvidas sobre aulas experimentais, bolsas de estudos e opções de financiamento da graduação. No “Projeto Navegar”, também houve este momento. Uma forma de acolhermos os estudantes no espaço universitário apresentando as diversas possibilidades de como eles poderiam continuar ocupando este espaço comunitário, também como futuros acadêmicos. Após a conclusão dos projetos, elaborou-se um relatório das atividades executadas, entregues à Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias da Unesc, o que norteou os interesses para a publicação deste trabalho.

4.A experiência da iniciação à docência via extensão: sobre aprender ensinando e alguns resultados

As práticas de extensão, como já dito antes, se efetivam no espalhamento da universidade e seu saber científico de modo a aproximar velhas dicotomias, cuja união e articulação se faz urgente: teoria e prática, docentes e discentes, ensino

superior e ensino básico, entre outras. Essa prática extensionista se concretiza não como “doação”, mas como troca entre conhecimento acadêmico e realidade da comunidade à sua volta. Todos aprendem e ensinam nesse processo que deve ser colaborativo e horizontal, já levando em consideração práticas inovadoras de ensino-aprendizagem.

Pensando nos cursos de Licenciatura, esta experiência de extensão proporcionou a vivência direta dos acadêmicos – que escolheram a educação como sua “camisa a ser vestida” –, com um espaço rico de ensino-aprendizagem. Diferente dos estágios supervisionados, nas ações do projeto, eles tiveram a oportunidade de assumir com autonomia a mediação dos conteúdos desde o planejamento até a sua execução, ampliando suas experiências, particularmente, com situações presentes no cotidiano, aquelas que nem sempre costumam ser contempladas nos estágios: gestão dos horários, encontros, reuniões de planejamento, inscrições, lanches, listas de presença, listas de espera etc. Tudo isso envolveu o grupo em uma experiência orgânica, rica de autonomia e colaboração entre os pares.

Como parte dos resultados observados ao longo do processo, notou-se que a comunicação via redes sociais foi efetiva, principalmente no que diz respeito à matrícula; e após o início do curso, para informações como horários de aula, e localização da sala e interação, de modo geral, com o público do projeto. Os voluntários estiveram em uma interação mais ativa com os adolescentes, o que potencializou o projeto “Prepara Enem” como um todo.

Os voluntários envolvidos, tanto os responsáveis pela mediação de conteúdos quanto os monitores encarregados pelo suporte geral – lista de presença, lanche, orientações – receberam certificados de complementação de horas. A coordenação do “Prepara Enem” acompanhou a trajetória de todas as ações, dando o suporte logístico e pedagógico necessários, sempre respeitando a autonomia dos acadêmicos. Ocorreram, para isso, reuniões semanais para planejamento e organização das atividades.

Além disso, quanto aos estudantes do ensino básico, grande maioria dos participantes dos dois projetos declarou que se sentiu

confortável nas dependências da Unesc, o que confirma a participação ativa da universidade na comunidade, harmonizando os espaços e cooperando para o acesso ao ensino superior. Como universidade comunitária, reconhecemos o grande potencial deste movimento que incentiva a comunidade a se empoderar do espaço universitário.

Um outro fator positivo destacado pelos acadêmicos envolvidos foi a multidisciplinaridade que se apresentou nos projetos, grupos de estudantes de graduação, das diversas áreas do conhecimento (engenharias, saúde, sociais aplicadas e licenciaturas). Todos unidos em virtude de um propósito: proporcionar acolhida e oportunidade para alunos da educação básica que vivem em situação de vulnerabilidade social em comunidades carentes.

A multidisciplinaridade é caracterizada pela justaposição de várias disciplinas em torno de um mesmo tema ou problema, sem o estabelecimento de relações entre os profissionais representantes de cada área no plano técnico ou científico. As várias disciplinas são colocadas lado a lado, carecendo de iniciativas entre si e de organização institucional que estimulem e garantam o trânsito entre elas. (FURTADO, 2007, p. 241)

Esse resultado representa fruto da abertura da extensão universitária para práticas colaborativas e horizontais, permitindo aos estudantes de graduação um envolvimento mais ativo com a comunidade e implicações de sua área conectadas com outras.

Após o fim da execução do plano de trabalho 2019 do “Projeto Navegar”, em questionário aplicado aos voluntários, 60% declararam ter sua primeira experiência em docência por meio do projeto; 76% consideraram a experiência no projeto como estímulo ao ensino. Ademais, 91.3% dos voluntários relataram interesse em mais capacitações desenvolvidas pelo próprio projeto ou cursos realizados pela Unesc. Esse processo avaliativo demonstra a capacidade dessas iniciativas como dispositivos transformadores, proporcionando uma significativa experiência

de cidadania a todos os envolvidos.

Os resultados evidenciam o compromisso social da universidade na oportunidade de acesso ao ensino superior, a contribuição dos voluntários para que as atividades pudessem ser concluídas com êxito e, principalmente, o protagonismo dos estudantes de graduação no desenvolvimento dos projetos.

Considerações finais

A ideia dos projetos, construída por acadêmicos dos cursos de licenciaturas e bacharéis da Unesc, afirma a identidade e o protagonismo dos alunos de graduação. Vale destacar a importância que os projetos exercem na formação acadêmica dos alunos de graduação envolvidos. Alguns puderam vivenciar, na prática, o futuro exercício da sua profissão docente, construindo e desconstruindo paradigmas da formação das suas didáticas e metodologias de ensino. O Projeto “Prepara Enem” abriu caminhos para a formação de profissionais mais preparados para o mercado de trabalho, além da possibilidade de viver a extensão comunitária dentro dos espaços da universidade. A experiência proporcionou aos acadêmicos uma vivência docente e multidisciplinar em ambos os projetos.

Do ponto de vista da inovação acadêmica, prezar por metodologias ativas que favoreçam o protagonismo estudantil dentro da universidade é um modo de abrir espaço para práticas colaborativas que incentivam a construção da autonomia dos estudantes e potencialização de projetos extensionistas focados em melhorar sua interação com a comunidade. Nessas experiências, tivemos a extensão como dispositivo principal como impulso da aprendizagem entre todos os envolvidos.

Fica evidente, que práticas colaborativas entre agentes na construção universitária são mais que bem-vindas e fortalecem o propósito de integração da extensão aos já consolidados métodos de ensino e pesquisa. A extensão, inclusive, em casos como esse, pode servir como prática geradora de processos inovadores para o ensino e pesquisa. Daí a importância de consolidarmos, enquanto universidade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Referências

ALVARENGA, C. F. *et al.* Desafios do Ensino Superior para estudantes de Escola Pública: Um estudo na UFLA. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, vol. 6 (1), 55-71, 2012.

BRASIL. *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão* - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESU, 2006.

Escola privada coloca o dobro de alunos no ensino superior em relação a rede pública. Folha de S. Paulo. São Paulo. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/12/escola-privada-coloca-o-dobro-de-alunos-no-ensino-superior-em-relacao-a-rede-publica.shtml> Acesso em: 28 jun 2020.

FREIRE, P.. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

FURTADO, J. P.. Equipes de referência: arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões. *Interface*, Botucatu, vol. 11, n. 22, pp.239-255, 2007.

ABMES. 2017. *Pesquisa ABMES: Maior parte dos alunos não ingressa na Universidade por falta de dinheiro.* Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/2101/pesquisa-abmes-maior-parte-dos-alunos-nao-ingressa-na-universidade-por-falta-de-dinheiro> Acesso em: 28 jun 2020.

SÍVERES, L.. *Universidade: torre ou sino?* Brasília, DF: Universa. 2006.

VASCONCELOS, S. D.; LIMA, K. E. C.. Inclusão social e acesso às Universidades Públicas: o programa Professores do Terceiro Milênio. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 29, p. 67-86, jan.-jun. 2004.

Visita domiciliar virtual – inovação acadêmica na extensão universitária

Alex Sandro Oliveira¹

Augusto Fey²

Eduardo Beduschi Voelz³

Graciela San Martin Rodrigues Bagatoli⁴

Itairan da Silva Terres⁵

Jeancarlo Visenteiner⁶

João Vilson Cláudio Teixeira⁷

Lilian Adriana Borges⁸

Marcelo Vier Gambetta⁹

Mateus Cruz Fontanella¹⁰

Tatiane Muniz Barbosa¹¹

Introdução

A partir da declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), desde março de 2020, em função do novo coronavírus – COVID-19 –, a vida tem se reconfigurado de modos diferentes, com isolamento social, quarentena, cuidados de higiene, entre outros. Essa reconfiguração

¹ Docente do Curso de Medicina da Unidavi.

² Coordenador do Curso de Medicina da Unidavi.

³ Docente do Curso de Medicina da Unidavi.

⁴ Docente do Curso de Medicina da Unidavi.

⁵ Docente do Curso de Medicina da Unidavi.

⁶ Coordenador da Unidavi Digital e Docente do Curso de Medicina da Unidavi.

⁷ Docente do Curso de Medicina da Unidavi.

⁸ Coordenador de Pesquisa e Docente do Curso de Medicina da Unidavi.

⁹ Docente do Curso de Medicina da Unidavi.

¹⁰ Docente do Curso de Medicina da Unidavi.

¹¹ Docente do Curso de Medicina da Unidavi.

da vida, invariavelmente, impacta o processo saúde-doença dos indivíduos e tende a gerar significativo sofrimento emocional e social, além de dúvidas acerca da doença e dos cuidados a serem tomados.

O Brasil e o mundo vivem atualmente as incertezas, os desafios, os questionamentos e a busca por soluções rápidas e resolutivas que se colocam diante de uma pandemia. Revela-se, assim, uma “crise global”, à medida que a pandemia da Covid-19 repercute nas várias dimensões da vida da humanidade (HARRI, 2020).

Considerando este contexto, o curso de Medicina da UNIDAVI propôs o projeto de extensão “Ações de Telemedicina - Visita Domiciliar Virtual (VDV)” em substituição à visita domiciliar convencional na Unidade Curricular de Integração do Ensino em Saúde na Comunidade (IESC), que é oferecida da primeira a oitava fases do curso.

O projeto de extensão “Ações de Telemedicina – Visita Domiciliar Virtual (VDV)” – tem por objetivo oferecer acolhimento e escuta qualificada, além de orientar sobre práticas e cuidados saudáveis de usuários (pacientes e familiares) dos serviços de Atenção Primária em Saúde, do município de Rio do Sul/SC. O projeto ocorre durante a pandemia da Covid-19, ou seja, de forma temporária e em caráter excepcional.

A busca por soluções ou caminhos possíveis se coloca como desafio ético individual e coletivo. É requerida uma gama de ações pensadas e compactuadas dada a rapidez da disseminação do sofrimento, baseada na consideração de que dessas decisões depende a sobrevivência e a convivência das pessoas. Assim, a situação posta remete à “bioética das situações emergentes”, quando o exercício da tolerância, da pluralidade e da solidariedade se faz necessária às ações e decisões racionalizadas, responsáveis e justas da saúde coletiva (HARRI, 2020; GARrafa, 1997). As atividades de Extensão da UNIDAVI fundamentam-se na concepção pela qual uma Instituição de Ensino Superior estende os conhecimentos advindos de suas atividades de ensino e de pesquisa à comunidade local e regional, contribuindo para o desenvolvimento e integração regionais (UNIDAVI, 2017).

A Extensão é o elo com a comunidade, onde a abertura institucional permite a difusão do conhecimento científico, agregado à promoção da consciência crítica que resulta em solução das dificuldades sociais. Priorizam-se as práticas ao atendimento de necessidades regionais, ou seja, é um processo interdisciplinar educativo que promove a interação entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e outros setores da sociedade, aplicando o desenvolvimento científico e tecnológico junto aos agentes do meio externo (UNIDAVI, 2017).

Ao promover o intercâmbio com a comunidade para o planejamento das suas atividades de Extensão, a Instituição faz com que os programas estejam situados no contexto dos caracteres educativo, tecnológico, ambiental, histórico e cultural, transformando-se em um fator de retroalimentação para o Ensino e Pesquisa. Dessa forma, os agentes acadêmicos (docentes e discentes), interagem com a sociedade e trazem um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, amplia e eleva o nível do conhecimento anterior (UNIDAVI, 2017). Como afirma Marques (1984):

A extensão é parte integrante da aprendizagem daqueles que se formam na universidade; todas aquelas formas de interação entre universidade e sociedade; um processo alimentador das questões pedagógicas [...]; é expressão acadêmica sobre cultura, os sonhos, a cidadania do povo, o desenvolvimento das comunidades próximas.

Assim, pensar Extensão neste contexto passa a ser consequência direta e imediata na organização das ações voltadas ao Ensino e à Iniciação Científica, cujos resultados produzem benefícios aos agentes acadêmicos e à comunidade de forma recíproca e dinâmica (UNIDAVI, 2017). Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024 coloca como uma de suas estratégias a integralização de, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares durante a graduação por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social (BRASIL, 2014).

Considerando esse cenário e ocupado do compromisso

social que a formação em saúde exige, o curso de Medicina da UNIDAVI, pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, 2014) e nos ordenamentos éticos do Conselho Federal de Medicina, mobilizou-se para se integrar aos esforços dos profissionais de saúde, a fim de auxiliar nos cuidados frente à Covid-19 dos usuários (pacientes e familiares) do Sistema Único de Saúde (SUS).

Além de integrar esforços aos serviços de saúde, o presente projeto se mostra relevante à medida que se configura como atividade dos estudantes do curso de Medicina. Estudantes esses que já estão ambientados à Atenção Primária em Saúde (APS), pois exercem atividades teórico-práticas, sob supervisão docente (médicos preceptores), semanalmente nas Unidades de Saúde de Rio do Sul a partir da unidade curricular IESC.

O projeto contempla a proposta de curricularização da extensão à medida que oportuniza que os estudantes vivenciem, interdisciplinarmente, seus conhecimentos e possibilita a sua formação cidadã e a interação dialógica entre a IES e a comunidade no enfrentamento de questões complexas contemporâneas presentes no contexto social (BRASIL, 2018).

Em relação à comunidade/sociedade, a relevância do projeto “Ações de Telemedicina - Visita Domiciliar Virtual (VDV)” é demonstrada no cuidado integral e humanizado no processo saúde-doença diante de um cenário que torna a todos vulneráveis. A fim de reduzir a disseminação da Covid-19, adotaram-se medidas restritivas no que se refere ao contato e à mobilidade social. Estas medidas geram consequências como: recursos financeiros estancados, enxurrada de informações pela mídia, adiamento de projetos pessoais, suspensão das atividades de trabalho, entre outras. Tais consequências tendem a ser fonte de angústia, sofrimento e adoecimento psicossocial (SILVA et al., 2020; OPAS/OMS, 2009).

Ainda, a população beneficiada por esse projeto, idosos e pacientes com hipertensão e diabetes, caracteriza-se como um grupo vulnerável em função da idade, das comorbidades e que pode ter maiores dificuldades para reconstruir seus meios de subsistência e apoio social, durante e depois de situações emergentes

(OPAS/OMS, 2009).

Consoante a isso, justifica-se a atuação dos estudantes de Medicina como partícipes ativos da Educação em Saúde na relação comunidade-IES, dando conta, inclusive, de um dos três eixos norteadores da formação prevista nas Diretrizes Curriculares do curso de graduação em Medicina. Ao participar dos esforços de monitoramento dos pacientes da VDV, o estudante para a entender que o acolhimento é postura que implica na escuta e na resolução de queixas e problemas, que os pacientes se tornam corresponsáveis do cuidado em saúde, são ativadas redes de compartilhamento de saberes e fazeres que permeiam o trabalho multidisciplinar e o caráter educativo dos serviços de saúde (BRASIL, 2010).

I. Operacionalização do projeto

A operacionalização do projeto acontece com a aplicação de um Protocolo de Visita Domiciliar Virtual (VDV), proposto com base nos princípios e diretrizes que fundamentam o SUS e inspirado no documento “Visitas Virtuais durante a pandemia do COVID-19” (CRISPIM *et al.*, 2020).

A VDV se caracteriza como atuação de Telemedicina, definida como o exercício por meio de metodologias interativas de comunicação audiovisual e de dados, com o objetivo de assistência, educação e pesquisa em saúde (CFM, 2002). Em especial, representa uma ação de Telemonitoração, ou seja, “ato realizado sob orientação e supervisão médica para monitoramento ou vigência à distância de parâmetros de saúde e/ou doença” (CFM, 2020).

Ainda, esse projeto se pauta pela Portaria nº 467 de 20 de março de 2020 (MS, 2020), que inclui entre as ações de Telemedicina, “o atendimento pré-clínico, de suporte assistencial, de consulta, monitoramento e diagnóstico, por meio de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito do SUS, bem como na saúde suplementar e privada” (Art. 2º). Refere-se, assim, às ações em regime temporário e de excepcionalidade, considerando a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional

(ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), declarada por meio da Portaria nº 188/GM/MS, de 03 de fevereiro de 2020.

Com base na população de três mil pacientes cadastrados nos serviços da Atenção Primária em Saúde do município de Rio do Sul, os estudantes das terceira a sexta fases do curso, acompanhados de seus docentes/preceptores (médicos devidamente inscritos no Conselho Regional de Medicina), acessam a lista com os dados (nome, idade, gênero, telefone e unidade de saúde adscrita) dos pacientes e realizam o contato. A VDV se operacionaliza por meio de chamada de áudio e/ou vídeo, via aplicativo *WhatsApp*®,¹² com o objetivo de orientar e oferecer acolhimento aos pacientes, caracterizando-se uma ação de educação em saúde.

O *WhatsApp*® e plataformas similares podem ser usados para comunicação entre médicos e seus pacientes, bem como entre médicos e médicos em caráter privativo para enviar dados ou tirar dúvidas com colegas. Ainda, pode ser usado por grupos fechados de especialistas ou do corpo clínico de uma instituição ou cátedra, com a ressalva de que todas as informações passadas possuem caráter confidencial e não podem extrapolar os limites do próprio grupo, nem tampouco podem circular em grupos recreativos, mesmo que composto apenas por médicos. Ressalta-se, entretanto, a vedação explícita em substituir as consultas presenciais e aquelas para complementação diagnóstica ou evolutiva a critério do médico por quaisquer das plataformas existentes ou que venham a existir.

Além disso, registra-se que estudantes e docentes assumem os cuidados éticos de guarda, manuseio e transmissão de dados, bem como a confidencialidade, a privacidade e a garantia do sigilo profissional, em respeito às normas técnicas do Conselho Federal de Medicina pertinentes ao exercício da Telemedicina (CFM, 2002).

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) associadas ao processo de extensão universitária podem constituir

¹² Outros aplicativos como *Zoom*®, *Google Hangout*® também podem ser usados, porém o *WhatsApp*® se destaca pela difusão em boa parte dos aparelhos telefônicos, mesmo no caso dos mais simples.

uma importante direção na busca de apoio a questões e demandas da sociedade e do ambiente. A extensão universitária imprime um papel de transferência de conhecimentos da Academia à comunidade ao mesmo tempo em que recebe as demandas dessa sociedade, constituindo um fluxo bilateral de informações (LAMARCA *et al.*, 2016). Garofolo e Torres (2011) afirmam que essas tecnologias são instrumentos tecnológicos utilizados para o processo de inclusão social, sobretudo, aumentando as possibilidades de que os sujeitos cheguem à aquisição de conhecimentos e saberes.

A ação em questão acontece por meio de um questionário, formatado no *Google Forms*®, contendo perguntas elaboradas pela equipe de docentes do Curso de Medicina da UNIDAVI, sendo preenchido pelos estudantes/entrevistadores e, ao final, enviado para a Coordenação do Curso, que compila e analisa as respostas.

No momento do contato remoto, após a identificação do estudante, explicação da intencionalidade da ligação e aceite do paciente em receber a VDV, o estudante aplica os seguintes questionamentos: quem convive nessa casa? Sente falta de alguém? Sente falta de alguma atividade específica? Observou mudanças na alimentação (falta ou aumento de apetite), sono, humor, dor física? Observou mudanças no sono? Observou mudanças no humor? O que gosta de fazer/o que melhora o seu bem-estar? Algum problema de saúde em tratamento? Você tem todas as medicações disponíveis em sua casa? Sabe como e onde pode conseguir as receitas e prescrições de uso contínuo? Sabe onde conseguir as prescrições de receitas controladas? Sabe como receber a dose de vacina da gripe? Tem alguém com suspeita de Covid na sua casa? Sabe as medidas que deve tomar em relação aos contatos domiciliares e o paciente com suspeita de Covid? Em outros momentos da sua vida, que tenha passado por situações de sofrimento ou dificuldades, o que fez para superá-los?

O estudante é orientado a encerrar a VDV com otimismo, resgatando “ferramentas” do paciente para o enfrentamento saudável da pandemia e com informações gerais sobre locais de atendimento, higiene pessoal domiciliar e contato para pessoas vulneráveis.

A VDV oportuniza ao estudante estabelecer vínculos e conhecer valores culturais e espirituais, orientar sobre a importância da rede apoio/suporte social e pensar sobre as readequações necessárias para manter os vínculos sociais e afetivos. Nestes contatos, orientam sobre a influência do emocional na dimensão biológica e vice-versa, para facilitar o alívio de sintomas e promover que o paciente assuma o autocuidado. São destacadas as potencialidades do paciente para fortalecer sua autoestima. São indicados os locais de vacinação em Rio do Sul e esclarecidos os protocolos de manejo de contactantes domiciliares relacionados ao coronavírus (BRASIL, 2020). Ainda, são esclarecidos e informados os itens do Protocolo de Manejo Clínico do Coronavírus na Atenção Primária à Saúde (BRASIL, 2020) e os locais e ações regionais relacionados ao enfrentamento da pandemia.

Até o momento já foram atendidos mais de 1.500 pacientes e a maioria dos estudantes que realizou as VDV's são das quinta e sexta fases. Isso pode indicar maior adesão às atividades de extensão e pesquisa à medida que são mais familiarizados com a integração entre teoria e prática, vivenciada desde o início do curso, e com o sentido da formação médica para além do ensino. Observa-se que a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão requer a vivência de atividades e experiências que vão além da discussão teórica de componentes relativos ao que se espera da formação de um profissional médico. Nessa ótica, o uso de estratégias para desenvolver habilidades e atitudes humanas, problematizadoras e críticas nas escolas médicas, que incluem acompanhamento de docentes, durante as atividades de extensão e de relação com a comunidade, têm demonstrado resultados satisfatórios, à medida que permitem a exposição à complexidade social e o contexto do momento (ALMEIDA; BARBOSA, 2019).

2 A curricularização da extensão: impactos provocados

Reitera-se, assim, que a curricularização da extensão oportuniza que os cursos de graduação em Medicina saiam da esfera

dicotomizada entre teoria e prática com a proposição de processos integrados que levam em conta as dimensões interdisciplinar, político-educacional, cultural, científica e tecnológica de uma escola médica, possibilitando, em última análise, uma interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e a pesquisa (BRASIL 2018).

Observa-se, ainda, que a participação dos estudantes provoca reflexões acerca do compromisso social e de cidadania que o ser médico exige. Os estudantes referem-se à experiência como contributiva para uma formação generalista e humanista; destacam que foram mobilizados sentimentos como a empatia, a satisfação, a motivação, a “sensação de dever cumprido”; e apontam a integralidade do cuidado como um dos aspectos valorosos do fazer médico. As VDV possibilitam que os pacientes se sintam reconhecidos como sujeitos ativos e assumem a corresponsabilidade desse cuidado.

Ao entrar em contato com o outro para oferecer o cuidado em saúde, é como se o estudante resgatasse sua própria humanidade. Pesquisas com estudantes de Medicina, sobre os sentimentos em situações práticas ao longo do curso de Medicina, demonstram que os sentimentos relatados são similares aos observados nas VDV. A ação de extensão vivenciada no projeto inclui sentimentos como: motivação, satisfação, alegria, realização, empatia, desânimo, esperança, despreparo, impotência, benevolência, tristeza, raiva e perplexidade (KALUF, 2019; ALMEIDA, 2019).

Além disso, os pacientes são mobilizados para as readaptações da vida cotidiana, a fim de criar ambientes seguros e confortáveis para a convivência familiar; são assistidos em sua saúde relacionada à Covid-19 e à vacinação da gripe; são apoiados emocionalmente e motivados a resgatar o senso de conexão com outras pessoas, ainda que de outras maneiras. Desse modo, os estudantes vivenciam o entendimento do processo saúde-doença influenciado por determinantes sociais em saúde como: estilo de vida, redes comunitárias, condições de habitação, acesso aos serviços de saúde, entre outros.

Destaca-se que, com o reconhecimento dos determinantes sociais em saúde, os estudantes e a escola médica, por consequência, contribuem para promover um cuidado em saúde coerente à realidade dos indivíduos; contribuem para a qualidade de vida, bem como oportunizam reflexões acerca do planejamento de políticas públicas; repercutindo, assim, na revisitação de lacunas e potencialidades estagnadas das estruturas curriculares e conteúdos programáticos propostos pelos cursos de Medicina, visto que mobiliza a integração entre os determinantes sociais em saúde à prática clínica (FMUSP, 2019).

Em pesquisa com 35 estudantes do quinto ano do curso de Medicina, com o objetivo de caracterizar a compreensão desses sobre os Determinantes Sociais de Saúde, Silva e Higa (2018) concluíram que os estudantes compreendem os determinantes sociais de saúde, a partir de conceitos como contexto de vida das pessoas; condições socioeconômicas predispondo a várias doenças e necessidades de saúde. Entretanto, os estudantes têm dificuldade de avançar essa compreensão para uma prática pedagógica de apreensão e transformação da realidade. Dessa forma, ações de extensão e a curricularização da extensão podem ser contributivas para alavancar o avanço da formação em medicina, respondendo às Diretrizes Nacionais e ao que se preconiza no perfil profissional do egresso do curso de Medicina.

A medida em que os pacientes são acolhidos em seus problemas de saúde, ou seja, que sabem que possíveis necessidades de encaminhamento serão feitas, as ações desse projeto tendem a impactar na garantia da resolutividade da Atenção Primária em Saúde (APS). Nessa acepção, ações de extensão são contributivas para que a discussão sobre a Atenção Primária à Saúde se efetive longitudinalmente, com aprendizagens significativas e que façam parte do eixo de formação clínica do futuro médico (DEMARZO *et al.*, 2012).

Considerações finais

A inserção de discentes do Curso de Medicina na promoção das ações do projeto de extensão “Ações de Telemedicina -

Visita Domiciliar Virtual (VDV)” se mostrou positiva, uma vez que possibilitou a aproximação dos estudantes à realidade e oportunizou a inovação acadêmica com o uso da telemedicina. Além da possibilidade da construção do conhecimento técnico-científico, observou-se que a vivência no presente trabalho mobilizou a construção de conhecimentos, habilidades e atitudes (competências) importantes para a formação de profissionais médicos generalistas, humanistas e críticos.

Considera-se, portanto, que o projeto vai ao encontro das revisitações curriculares propostas pelas Diretrizes Nacionais Curriculares e pela curricularização da extensão, tendo em vista que alcança o fortalecimento da relação comunidade-IES, coloca o estudante como protagonista de sua formação e desenvolve valores humanos fundamentais ao exercício da Medicina.

A percepção é de que as famílias se sentem: reconhecidas como sujeitos ativos; mobilizadas para as readaptações da vida cotidiana, a fim de criar ambientes seguros e confortáveis para a convivência familiar; assistidas e cuidadas em sua saúde relacionada à Covid-19; incentivadas ao autocuidado em saúde; apoiadas emocionalmente e motivadas a resgatar o senso de conexão com outras pessoas, ainda que de outras maneiras; acolhidas em seus problemas de saúde, ou seja, que saibam que possíveis necessidades de encaminhamento serão feitas, de modo a garantir a resolutividade da APS.

A telemedicina, por meio da VDV, nesta experiência, mostrou-se uma poderosa ferramenta de promoção da educação em saúde, fortalecendo vínculos entre os atores do processo, mostrando que a utilização das tecnologias pode, ao contrário do que frequentemente se apregoa, fortalecer a humanização da Medicina.

Referências

ALMEIDA, S. M. Vi. de; BARBOSA, L. Ma. V.. Curricularização da Extensão Universitária no Ensino Médico: o Encontro das Gerações para Humanização da Formação. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Brasília, v. 43, n.

1, supl. 1, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *Acolhimento nas Práticas de Produção de Saúde / Ministério da Saúde*, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União (DOU)*, 2014.

_____. Resolução CNE/CES 7/2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, p. 49-50, 2018.

CFM. Conselho Federal de Medicina. *Resolução CFM nº 1.643/2002*. Publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 26 de agosto de 2002.

_____. *Ofício CFM Nº1756/2020 – COJUR*. Disponível em: http://portal.cfm.org.br/images/PDF/2020_oficio_telemedicina.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. *Processo-consulta CFM nº 50/2016 – PARECER CFM nº 14/2017*. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/pareceres/BR/2017/14>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CRISPIM, D.; SILVA, M. J. P. da; CEDOTTI, W.; CÂMARA, M.; GOMES, S. A.. *Visitas Virtuais durante a pandemia do COVID-19 - dicas para adaptação de condutas para diferentes cenários na pandemia*, 2020. Disponível em: <https://ammg.org.br/wp-content/uploads/Visitas-virtuais-COVID-19.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

DEMARZO, M. M. P. *et al.* Diretrizes para o ensino na atenção primária à saúde na graduação em Medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 143-148, mar, 2012.

FMUSP. Comissão Organizadora da Semana da Diversidade da FMUSP. Determinantes sociais no currículo médico: como iniciativas discentes podem contribuir para a formação dos profissionais acerca dos determinantes sociais de saúde. *Revista Médica*, São Paulo, v. 98, n. 2, p. 155-157, 2019.

GAROFOLO, A. C. S.; TORRES, T. Z.. Apropriação de saberes ambientais mediados pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC). In: *Congresso Brasileiro de Agroinformática*, 8, 2011, Bento Gonçalves. Anais. Florianópolis: UFSC; Pelotas: UFPel. 2011.

GARRAFA, V.; OSELKA, G.; DINIZ, D.. Saúde pública, bioética e equidade. *Bioética (CFM)*, v. 5, n. 1, p. 27-33, 1997.

HARARI, Y. N.. *O mundo após o coronavírus*. Financial Times, 2020. Disponível em: <https://www.ft.com/content/19d90308-6858-11ea-a3c9-1fe6fedcca75>. Acesso em: 10 jun. 2020.

KALUFL, I. de O.; SOUSA, S. G. O. S.; LUZ, S. L.; CESARIO, R. R.. Sentimentos do Estudante de Medicina quando em Contato com a Prática. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Brasília, v. 43, n.1, p. 13-22, jan./mar., 2019.

LAMARCA, D. S. F. *et al.* Tecnologia e sociedade: a inclusão digital das TIC no projeto de extensão Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI). *Raízes e Rumos*, v. 3, n. 2, 2016.

OPAS/OMS. *Proteção da saúde mental em situações de epidemias*. 2009. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/>

dmdocuments/2009/Protecao-da-Saude-Mental-em-Situacoes-de-Epidemias--Portugues.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

SILVA, A. G. *et al.* Mental health: why it still matters in the midst of a pandemic [Originally published in Braz. J. Psychiatry]. *Scielo in Perspective*, 2020. Disponível em https://blog.scielo.org/en/2020/03/31/mental-health-why-it-still-matters-in-the-midst-of-a-pandemic-originally-published-in-braz-j-psychiatry/#.XoUpnWBv_IU. Acesso em: 01 abr. 2020.

SILVA, E. de O. C.; HIGA, E. de F. R.. Os determinantes sociais da saúde na educação médica. *Investigação Qualitativa em Educação*, v. 1437, p. 437-446, Atas CIAIQ, 2018.

UNIDAVI. Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021*. Rio do Sul: Unidavi. 2017.

Projeto de extensão “Blog O Corujal” Para uma pedagogia da extensão na formação inicial

Beatriz Amato de Almeida¹

Daniela Dias dos Anjos²

Débora Reis Garcia³

Introdução

A Universidade São Francisco (USF) é uma universidade comunitária com mais de 40 anos de atuação e 80 mil alunos formados. Está presente por meio de seus quatro *campi* nas cidades paulistas de Bragança Paulista, Campinas (Unidades Swift e Cambuí) Itatiba, bem como por seus Pólos de Ensino à Distância nas cidades de Amparo, Atibaia, Mairiporã no estado de São Paulo, Cambuí (MG) e Petrópolis (RJ). Oferta cerca de 50 cursos de graduação, 17 de pós-graduação, além de três programas de Mestrado e Doutorado (USF, 2017).

A Extensão Universitária na USF desenvolve ações cujas dimensões acadêmicas e comunitárias estão de acordo com a

¹ Graduada em Educação Física (UNESP); Especialista em Fisiologia do Exercício; Mestra em Ciências da Motricidade Humana; Doutoranda em Educação do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação USF; Docente da Universidade São Francisco (USF); Assessora de Projetos de Extensão - Núcleo de Extensão USF.

² Graduada em Educação Física (UNESP); Especialista em Fisiologia do Exercício; Mestra em Ciências da Motricidade Humana; Doutoranda em Educação do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação USF; Docente da Universidade São Francisco (USF); Assessora de Projetos de Extensão - Núcleo de Extensão USF.

³ Aluna do curso de graduação em Pedagogia USF; Técnica em Ilustrator, Photoshop e Indesign pelo SENAC Manaus; Integrante do grupo de pesquisa Fio Condutor de metodologias ativas pela Faculdade Sumaré; Aluna coordenadora do projeto de extensão o Corujal- USF.

missão institucional, da cosmovisão franciscana e do Plano de Evangelização da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil (PLANO DE EVANGELIZAÇÃO, 2016).

Enquanto subsídio teórico metodológico, busca por meio de trocas de experiências, o aprofundamento na produção científica da extensão junto ao Fórum Nacional de Extensão das IES Comunitárias (ForExt) mantendo estreita relação com as Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICE's) que compreendem que

A Extensão Universitária constitui-se em um conjunto de ações de caráter interdisciplinar e multidisciplinar, articulando os saberes produzidos na vida acadêmica e na vida cotidiana das populações, para compreensão da realidade e busca de resposta aos seus desafios. Assim, promove a disseminação do conhecimento acadêmico, por meio do diálogo permanente com a sociedade. Se efetiva na interface com o Ensino e a Pesquisa, por um processo pedagógico participativo, tornando-se instrumento de formação de profissionais cidadãos, que pautem suas ações pela competência técnica e pelo compromisso ético. Portanto, a extensão universitária é uma atividade que constitui um novo paradigma para as instituições de ensino superior, pois agrega a exigência da interação com a sociedade e da democratização do saber. (FOREXT, 2013, p.15)

Enquanto universidade comunitária caracteriza-se pelo compromisso com a produção de um saber socialmente construído e historicamente preservado nos diversos níveis de saber, voltado ao atendimento dos interesses da comunidade e sociedade de maneira geral; buscando, a partir da valorização do estudo teórico-prático, contribuir para a construção da cidadania e do desenvolvimento sócio político-econômico e do meio ambiente

sustentável (USF, 2007).

Diante deste compromisso social, surge a necessidade de ela mesma se apresentar como Instituição de Educação Superior cuja ação extensionista, não exclusivamente, promova a formação do aluno imbuído destes valores e princípios que o leve a compreender seu papel no contexto social como um sujeito capaz de promover ações voltadas à preservação da vida e do homem, considerado integralmente (USF, 2017).

A Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação- Câmara de Educação Superior estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação. Instituiu as diretrizes da Extensão na Educação Superior Brasileira e definiu “os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país” (RES CNE/CES, 2018 P. 1).

Os desafios institucionais que se apresentam a partir do advento da resolução vão de encontro aos processos que a Universidade São Francisco tem desenvolvido enquanto Política para extensão, conforme está presente em seu Projeto Político Pedagógico, bem como em seu Plano de Desenvolvimento Institucional em consonância com os projetos Políticos Pedagógicos dos cursos, prezando pela formação do aluno crítico e reflexivo com competências para agir diante dos desafios sociais que se apresentam.

Além disso compreende que, a partir das vivências em um projeto de extensão, o aluno, o docente, a comunidade acadêmica e sociedade, podem experienciar a realidade de pessoas que vivem num contexto diverso do seu, o que pode os levar a (re) pensar o humano e os cuidados que este requer. Os projetos de extensão favorecem o desenvolvimento da visão do mundo a partir do olhar do outro, a empatia de se sentir nas circunstâncias experimentadas pelo outro, ressignificando a própria percepção sobre si.

Neste sentido a mudança de paradigma, de uma extensão

que tem em sua trajetória no Brasil um viés assistencialista desde os primórdios do século XX, se dirige para “um entendimento da referida ação como um projeto institucional marcado pela produção científica e prática do ensino em si” (FARIA, 2015, p.6). Possibilita a mobilização das competências desenvolvidas nas dimensões do ensino e da pesquisa, bem como da experiência pregressa dos participantes da ação, em diálogo permanente com saberes diversos ao conhecimento acadêmico numa relação de troca dialógica, numa via de mão dupla, que tendem a humanizar as relações e são campo fecundo para a promoção do respeito entre os envolvidos e consequente produção de um conhecimento socialmente responsável que seja aplicável.

Neste contexto, o Projeto de Extensão intitulado “Blog O Corujal” (“Coruja” símbolo da sapiência e o sufixo “jal”, um trocadilho com a palavras “Jornal”) é uma iniciativa do Curso de Pedagogia da USF. Surgiu no ano de 2019 a partir das experiências na dimensão do ensino em um componente curricular, que fomentou junto ao corpo discente a perspectiva da elaboração de um jornal acadêmico, que possibilitasse a discussão e reflexão de temas correlatos à Educação, mas especificamente do processo de formação dos acadêmicos, suas vivências, aspirações, reflexões, além da exposição dos trabalhos realizados a partir das experiências construídas junto às escolas da rede básica de ensino (estágios, PIBID e Residência Pedagógica⁴).

Em seu percurso, o Projeto de Extensão “O Corujal” ampliou sua atuação por meio do uso de ferramentas digitais que permitiram a interlocução com a comunidade acadêmica e sociedade. A necessidade a partir da ocorrência da Pandemia da COVID-19 fez com que a apropriação do uso das redes sociais se efetivassem e se tornassem um *locus* privilegiado para a

⁴ PIBID - Programa institucional de Bolsa de Iniciação à Docência Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos discentes na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas Residência Pedagógica - Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura. Com isso, o licenciando, na segunda metade do seu curso, inicia sua imersão na escola de educação básica.

permanência, manutenção e desenvolvimento das ações do Projeto de Extensão.

A ação social “Nutrindo a Imaginação” se deu pela interlocução entre a equipe do projeto e participantes externos convidados para a realização de “lives” nas redes sociais que, por meio da troca de saberes, fortaleceu a ação realizada por um coletivo de mulheres da cidade de São Paulo chamado “Nutrição para a imaginação⁵”, ampliando a campanha para receber doações espontâneas e construir caixas com materiais gráficos, livros, kits de imaginação e material de papelaria, destinando-os à crianças em situação de vulnerabilidade social no interior paulista.

I. Da pedagogia no ensino para o aprendizado na extensão - o início do Projeto

A ideia inicial deste projeto de extensão, surge em discussões no curso de Pedagogia, no contexto de um componente curricular sobre alfabetização. Entre os autores estudados pelas alunas, estava Célestin Freinet. Esse autor, destaca a importância da função social da escrita, e a importância dos textos circularem para além dos muros da escola. Para ele a escrita deve servir para comunicar algo, e não apenas ser uma produção a ser lida e corrigida pelo professor.

“A escrita só tem sentido se somos obrigados a recorrer a ela para comunicar nosso pensamento além do alcance da nossa voz, além das barreiras de nossa escola. [...] O essencial é que a criança sinta o valor, o sentido, a necessidade, o alcance individual e social da escrita-expressão” (FREINET, 1978, p.40).

É nesse contexto que ele, na década de 60 leva a imprensa para a sala de aula, possibilitando que os textos produzidos pelos

⁵ Nutrição para a imaginação: Coletivo formado por mulheres que atuam em projetos relacionados à primeira infância. Saiba mais sobre essa ação em nossas redes sociais.

alunos fossem reproduzidos e distribuídos para a comunidade. Usando um tipógrafo, as crianças viam seus textos tomarem vida e ter uma função real de comunicação.

Enquanto tais ideias eram estudadas no curso de Pedagogia, um questionamento sobre a escrita no ensino superior passou a ficar mais forte. Se entendemos com Vygotsky (1998), Freinet (1978) e Smolka (2003) que no processo de alfabetização é vital que crianças compreendam a função social da escrita, que esta “precisa estar sempre permeada por um sentido, por um desejo, e implica ou pressupõe, sempre um interlocutor” (SMOLKA, 2003, p.69), devemos no mínimo indagar sobre o destino dos textos produzidos pelos alunos da graduação durante o curso. Além do professor, quem mais vê o que é realizado pelos futuros professores? Eles escrevem para quem e por que?

No semestre seguinte, as alunas fizeram uma disciplina sobre produção de texto, e desenvolveram habilidades em diversos gêneros textuais. A semente que já havia sido plantada ficou ainda mais forte e então nasceu a ideia do Blog da Pedagogia, denominado Corujal. A partir de aulas com oficinas sobre a pedagogia Freinet, nasceu uma vontade nos alunos de trazer para o universo deles esse recurso que era ensinado para usar dentro da escola: a imprensa escolar.

Estudando Célestin Freinet semanalmente, experimentando sua pedagogia e aprofundando em seus estudos, os alunos viram como a prática de dar voz ao aluno é essencial, tanto na escola como na universidade. Adaptando ao nosso contexto e à nossa realidade, o jornal impresso se transformou em um blog e vem ganhando corpo utilizando também as redes sociais como apoio para alunos de diversas turmas compartilharem trabalhos, ideias e produzirem conteúdos.

O projeto de extensão foi apresentado ao Núcleo de Extensão Universitária da USF (NEXT) que buscou articular internamente as possibilidades de um Jornal em meio eletrônico potencializando a ideia das alunas e professoras para a constituição de um Blog. Após o tempo necessário para a maturação das ideias e estudo de viabilidade, tivemos o apoio do setor de marketing da USF para a obtenção de um site (<https://www.corujal.com.br/>) e

o desenvolvimento inicial das ações.

Concomitantemente outras ações foram iniciadas, como a constituição de perfil nas redes sociais Instagram (@corujal.usf) e facebook (facebook/corujalusf), além de um canal no youtube (Corujal USF Blog Jornal da Pedagogia - youtube). A equipe do projeto (professoras, alunas e coordenação do curso de Pedagogia), selecionaram mais participantes a partir de um edital publicado pelo curso de Pedagogia e realizaram 2 reuniões ao final de 2019 para o estabelecimento das pautas, temas, identidade visual, cronograma das ações do projeto e dos trabalhos do grupo que se constituiu.

Desde então o Projeto propôs ações diversificadas além da produção de conteúdos textuais correlatos à Pedagogia, realizou uma oficina de capacitação para a utilização de aplicativos para a criação de identidade visual nas redes sociais, promoveu diversos encontros por meio de “Lives” com professores e pesquisadores para a discussão sobre temas voltados à educação, dicas de estudo, proporcionou a interação entre alunos e professores sobre os “fazeres” durante o início da Pandemia e suas incertezas proporcionando o acolhimento e identificação entre os participantes.

Cabe destacar a ação social promovida e realizada pelo Projeto de Extensão do Curso de Pedagogia “O Corujal” que foi intitulada de “Corujal Nutrindo a Imaginação”, que até o presente momento conseguiu doações voluntárias e as transformou em 36 caixas com materiais de papelaria, dedoches, livros de atividades, entre outros insumos e que foram entregues em dois lares de acolhimento na cidade de Bragança Paulista durante a Pandemia do COVID-19.

2. Corujal, o Blog-jornal do Curso de Pedagogia da USF

O desenvolvimento de um Projeto de Extensão, à primeira vista parecia ser algo simples, fácil e rápido. Transformar um conjunto de boas ideias, que surgiram durante a realização de trabalhos acadêmicos nos componentes curriculares do curso de Pedagogia, em ação, se mostrava como uma alternativa prática e

exequível! Afinal, bastava convidar alguns colegas das turmas, envolver os professores e pronto.

É interessante como as experiências de formação na dimensão do ensino e por vezes da pesquisa, pelo fato da previsibilidade e padronização dos processos, nos fazem não compreender a ideia dos caminhos e tempos inerentes à extensão para o amadurecimento dos envolvidos, a articulação entre os possíveis envolvidos na ação, as rupturas propostas às estruturas institucionais existentes, que se por um lado resguardam a produção de um conhecimento socialmente responsável, por outro exige das ações de vanguarda uma coragem e persistência à altura do tempo histórico que as IES possuem.

Dimensionar a cadeia de ações a serem deflagradas entre a ideia e o desenvolvimento da ação, só se configuram a partir desta rica experiência vivenciada no campo da extensão. O aprendizado do tempo de amadurecimento dos processos quase nos leva por vezes, a desistir, porém a cada etapa vencida encontramos pessoas dispostas a realizar esta experiência como parte da formação universitária de forma significativa. Foram pessoas que se somaram às ideias propostas com a escuta atenta que desejamos que todo aluno da graduação possa encontrar.

A proposta inicialmente desenhada previa a divulgação dos trabalhos realizados em sala de aula pelas alunas e alunos do curso de Pedagogia para ampliar a troca de experiências e consequentemente o repertório a que os estudantes teriam acesso sobre a área da Educação.

O início do processo se deu em 25 de fevereiro de 2019 em que o projeto foi protocolado pela aluna Beatriz que solicitou a análise da proposta pela Coordenação do Curso de Pedagogia que o levaria à apreciação da à Direção do Câmpus para os encaminhamentos.

Por se tratar de um Projeto de Extensão de caráter inédito na instituição, os trâmites envolveram o conhecimento e anuência das Pró-reitorias (por meio do Núcleo de Extensão), do setor de marketing por conta das questões da vinculação com os canais oficiais da USF e o suporte com relação às tecnologias de informação, e, do Curso de graduação de Pedagogia que é o realizador

da ação.

Em 10 de agosto de 2019 houve a publicação de um edital para a seleção de alunos para compor a equipe do projeto que se constituiu em 05 de setembro com sete participantes. Diante do aguardo sobre a hospedagem do Blog num site, a equipe definiu que de início usariam o recurso da rede social Instagram para as primeiras ações.

A equipe que se iniciou com sete integrantes teve duas dificuldades até a compra e hospedagem do domínio que se deu em novembro de 2019. O calendário não nos foi favorável, haja vista o período das férias se aproximando e a necessidade de uma capacitação para o uso do site. Saímos de férias e nosso Instagram contava com 73 pessoas inscritas e 6 postagens.

Houve um certo desânimo e um distanciamento da equipe, porém a perseverança dos que estavam engajados mantiveram acesas as expectativas e puderam contar com as alunas, as professoras e a Coordenação do Curso para realizar três postagens durante o recesso e o planejamento, para que na volta às aulas fosse possível abrir novo edital e a seleção de mais participantes, para a continuidade do Projeto.

Assim, no dia 10 de fevereiro de 2020 as aulas retornaram, o domínio estava comprado e a página já estava sendo timidamente editada. Em 17 de fevereiro houve o primeiro “boom” no Instagram, chegamos a 200 participantes.

Fomos surpreendidos então pela ocorrência da Pandemia da COVID-19 que nos impôs a obrigatoriedade do distanciamento e isolamento sociais como medidas profiláticas para sua contenção a partir do mês de março de 2020. “Tudo parou, o mundo parou, ao observar a tristeza das colegas e a preocupação do mundo, o Corujal, que tinha acabado de nascer e estava ficando suas raízes na terra, não podia parar” (Beatriz - aluna corresponsável pelo Projeto de Extensão).

Mais do que uma rede de compartilhamento, o Corujal se constituía como uma rede de apoio também. A graduação é um período grandioso, lindo, mas também difícil para se passar sozinho. Assim, foi preciso repensar rapidamente tudo o que iríamos fazer uma vez que nossas ações estavam alicerçadas numa meto-

dologia que pretendia contar com o envolvimento presencial dos alunos do campus Bragança Paulista e Itatiba. As mensagens de preocupação com as incertezas acarretadas pela Pandemia e com as aulas em ambientes mediados pelas tecnologias não paravam de chegar.

A fim de compartilhar os detalhes do desenvolvimento das ações deste momento em diante no Projeto, optamos por manter o trecho do subitem a seguir produzido em grande parte como um texto narrativo em primeira pessoa construído pela aluna Beatriz, contemplando a riqueza da experiência e aprendizado.

3. Novos caminhos e desafios para o blog no cenário da Pandemia

No dia 18 de março, às 20 horas, horário em que seria a aula da maior parte dos cursos de graduação da USF tivemos nossa primeira “live”. Tive a percepção de que os colegas não precisavam de mais postagens, mais imagens e textos com conteúdo exclusivamente acadêmicos relacionados diretamente aos componentes curriculares, e sim de algo mais empático, um rosto familiar para alguns ou que remetesse à figura de uma aluna nas mesmas circunstâncias que os demais, disposta a conversar e tentar transformar uma relação online em algo semelhante ao que tínhamos nos corredores da universidade.

Para aproximar as expectativas e ter um tema em comum sobre o que falar, optei por conversar sobre um dos textos desenvolvidos em um dos componentes curriculares como forma de aproximação. Tivemos 15 pessoas assistindo de maneira síncrona e, em 24 horas, 180 visualizações.

No dia 20 fizemos a segunda live com a participação de duas colegas do projeto cujo tema desenvolvido versava sobre “como aguentar a quarentena”, sugerido por alunos do curso. Com a primeira colega falamos sobre ações solidárias que já estavam acontecendo, e com a segunda, sobre o advento das “fake News”. Tivemos 20 pessoas assistindo de maneira síncrona e, em 24 horas, 130 visualizações.

Entendemos que o formato estava dando certo e decidimos

testar dias e horários diferentes que possibilitassem a ampla participação, em especial, dos alunos da pedagogia de ambos os Câmpus em que há o curso de Pedagogia presencial e iniciando uma articulação e participação dos alunos da modalidade de ensino à distância.

A terceira live contou com a participação de outra aluna do projeto, professora em duas escolas de educação básica. Aproveitamos para falar sobre a adaptação do trabalho docente para o ensino mediado por tecnologias. Tivemos a participação síncrona de 12 pessoas no novo horário testado, e em 24 horas tivemos 170 visualizações.

Percebemos que as lives em horários vespertinos não possuíam público assíduo, sendo o horário de trabalho de nossos colegas um ponto desfavorável para nossas publicações. Assim, fomos adquirindo conhecimento sobre o uso das tecnologias, os horários de maior audiência e os temas desejados por nosso público a partir do uso das ferramentas digitais para fazermos enquetes e pesquisas.

Em meio à elaboração do cronograma de lives, estabelecimento de quem da equipe do projeto faria a mediação, publicações dos conteúdos já revisados pelas professoras no site, reuniões de equipe por meio de videoconferência, aulas em ambientes mediados por tecnologias (algo novo e que demandou muita adaptação para todos, professores, alunos e instituições) entendemos que era hora de avançar e trazer convidados externos para a reflexão de temas atuais que urgiam por discussões.

Nossa primeira convidada externa, a psicóloga Paula Alesandra de Oliveira, atua na formação continuada de profissionais de educação e discorreu sobre o tema “capacitação na área da educação”. Tivemos de maneira síncrona a participação bem interativa de 22 pessoas e em 24 horas 200 pessoas visualizaram o *post*.

Desde então, a equipe do projeto estabeleceu um cronograma com lives duas vezes por semana, tendo como programação um convidado externo, alunos e professores da instituição, diversos temas relacionados à educação e a ação social. Chegamos a ter de maneira síncrona 54 pessoas participando das “lives”,

e viemos mantendo uma média de 180 visualizações durante as 24h em que o *post* fica disponível.

Para realização das lives, a demanda de estudo sobre o tema a ser tratado e um roteiro de entrevista, elaborado a partir da formação do participante, precisam ser feitos. Não é só colocar em modo “ao vivo” e falar. É preciso respeitar quem está assistindo e quem vem participar como convidado. As lives já saíram do Instagram e estão acontecendo no Youtube, com uma média de 200 visualizações nas duas primeiras que fizemos. A interação nos possibilitou ampliar nossos assuntos trabalhando em diversas frentes, como texto, imagem e vídeo.

Como indicadores de avaliação podemos registrar que o projeto em seu primeiro edital de seleção de alunos teve 12 inscritos, já no segundo foram 25 mostrando o interesse crescente pelo aluno em participar de ações inovadoras como estas.

A rede social Instagram possui até a presente data 720 inscritos e uma produção de 148 postagens sendo 31 IG TVs. O Facebook cresceu significativamente, tendo postagens que de forma orgânica, ou seja, não pagas, chegaram a 3800 visualizações, e hoje conta com 214 seguidores.

O canal no Youtube, foi criado em maio de 2020 para atuar como um repositório dos conteúdos das entrevistas para quem não conseguia acompanhar os *posts* ao vivo ou nas 24h que ficavam disponíveis. O Blog ganhou um layout e já está com as primeiras postagens, sendo um total de 17 com 2080 visualizações.

A experiência com o projeto, em especial com as lives, nos proporcionaram a reflexão sobre os conhecimentos diversos relacionados à educação, o uso das tecnologias da informação como uma das possibilidades de mediação e interação com as pessoas, a produção de conteúdo em linguagens diferentes e a divulgação dos mesmos, a ampliação e reflexão sobre o papel da docência nos dias atuais, além da oportunidade de podermos conhecer a trajetória de nossos professores que se dispuseram em participar de diversos momentos do “Corujal” tornando a experiência vivida em momentos de formação e reflexão para nós acadêmicos do Curso de Pedagogia, trazendo pouco a pouco, um pouco de esperança neste momento vivido.

Ampliando ainda mais os horizontes de nosso Projeto, percebemos que era hora de avançar para uma ação efetiva, que nos permitisse ultrapassar o distanciamento social imposto pela Pandemia da COVID-19.

Como uma das ações do Projeto, lançamos a ação social “Corujal Nutrindo a Imaginação”, em parceria com o movimento “Nutrição para a Imaginação” realizado por um coletivo de mulheres da cidade de São Paulo, que se consistiu na campanha para arrecadação de materiais de papelaria e artesanato por meio de doações espontâneas. Nesta primeira etapa montamos e entregamos 36 caixas que foram destinadas a duas entidades de assistência à criança em situação de acolhimento da cidade de Bragança Paulista (SAMA e Lar da Benção).

A parceria nessa ação se deu por meio da participação da Lila Vanzela em uma das lives que discuti a importância de também prover às crianças em isolamento social o alimento para a imaginação tão importante quanto as cestas básicas de alimentos que a ação busca destinar de acordo com as parcerias que consegue.

Considerações Finais

A permanência e ampliação das ações do projeto de extensão oportunizaram a reflexão sobre as possibilidades de articulação com os demais componentes curriculares do Curso de Graduação de Pedagogia como por exemplo, ser um campo de estágio para os acadêmicos, na produção, edição de conteúdos e usos das ferramentas digitais e redes sociais como meio possível em que o processo educacional possa acontecer de maneira efetiva e diversificada.

Não obstante, a experiência de promover uma ação social de cunho educativo que possa prover oportunidades criativas para crianças em situação de vulnerabilidade social, em que se pretende construir, para o semestre subsequente, uma proposta de comunicação entre os alunos e professores da graduação e as crianças e profissionais dos lares de acolhimento, mediada por trocas de correspondências (“vídeo cartas”- vídeos produzidos

pelos alunos sugerindo as possibilidades de uso dos materiais doados e em contrapartida cartas e desenhos realizados pelas crianças dos lares de acolhimento contando das experiências), mostra a ressignificação da ação social inicial para uma ação de extensão que, ao mesmo tempo amplia a formação do universitário e corrobora para uma melhor condição do público beneficiário da ação.

O aprendizado proporcionado ao aluno da graduação, ao docente e todos os envolvidos sobre o uso responsável de aplicativos para receber doações espontâneas, a organização para o recebimento das doações respeitando-se as imposições e cuidados sanitários, a prestação de contas das doações recebidas, o enfrentamento das frustrações e o ressignificar das relações humanas a partir de então, são um campo rico de formação humana, cidadã e solidária tal qual uma Instituição de Ensino Superior Comunitária se propõe a realizar.

Este projeto de extensão possibilita a articulação entre o ensino e a pesquisa de maneira indissociada bem como a relação horizontal entre os envolvidos na ação, possibilitando que a partir das experiências vividas em sala de aula, a partir dos estudos de Célestin Freinet, a experimentação de sua pedagogia e o aprofundamento em seus estudos, vimos como a prática de dar voz ao aluno é essencial, tanto na escola como na universidade.

A adaptação ao nosso contexto e à nossa realidade fez da ideia inicial do jornal impresso, o blog, alçar voos maiores com a utilização das redes sociais. Além disso, ampliou nosso olhar para o outro além de nós mesmos por meio da realização da ação social, que possibilitou a produção de um conhecimento socialmente responsável, reflexivo e crítico, que mesmo num cenário como o atual que nos impõe restrições por causa da Pandemia da COVID-19, tem feito parte das atividades curriculares do curso de Pedagogia da USF apoiando alunos de diversas turmas no compartilhamento de trabalhos, ideias, experiências, gerando conteúdo e fortalecendo o vínculo com a sociedade por meios das ações educativas.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 608/2018. Portaria nº 1.315, publicada no *D.O.U* de 17/12/2018 (2018 a), Seção 1 p. 34. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-r-ces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 jul. 2020.

FARIA, J. P. de. Extensão universitária como mecanismo de desenvolvimento educacional e social no Brasil. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 75-82, 2015.

FREINET, C.. *Método Natural III: a aprendizagem da escrita*. Trad. Teresa Marreiras. Lisboa: Estampa. 1978.

PROVÍNCIA FRANC. IMAC. C. DO BRASIL. *Plano de Evangelização – sexênio, 2016-2021*.

SMOLKA, A. L. B.. *A criança na fase inicial da escrita: Alfabetização como processo discursivo*. São Paulo: Cortez. 2003.

USF - POLÍTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO (PRO-PPEX). *Resolução CONSEPE, 2007*. Disponível em: https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/410/re0212007se-politica_pesquisa_e_extensao%5B9480%5D.pdf. Acesso em: 26 mar. 2020.

USF. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021*. Bragança Paulista: USF, 2017.

VYGOTSKY, L. S.. *A Formação Social da Mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

Gestão de Custos da Agricultura Familiar: um relato das atividades de extensão no período de 2018 a 2020

*Andréia Cittadin*¹

*André Assis Zanelatto*²

*Jhonatan Inácio dos Santos*³

*Manoel Vilsonei Menegali*⁴

Introdução

Integrado à contabilidade gerencial tem-se a contabilidade de custos, que além de mensurar os custos dos produtos ou dos serviços, avaliar os estoques e apurar os resultados, oportuniza controle, planejamento e fornece informações para o processo de tomada de decisões (SANTOS, 2018).

Qualquer tipo de organização para se manter atuando de maneira sustentável necessita do planejamento e controle dos gastos, independentemente de seu porte, tempo de atuação e ramo de atividade. Logo, a gestão de custos deve estar presente também na atividade rural, visto que este segmento está cada vez mais competitivo e o gerenciamento dos gastos de produção transformou-se em um importante aliado ao processo de decisão (MARTIN *et al.*, 1994).

Uma estratégia a ser adotada no setor agrícola é a adoção da gestão de custos, de modo que o preço de venda não seja inferior

¹ Mestre em Contabilidade – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

² Estudante do Curso de Ciências Contábeis – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

³ Estudante do Curso de Ciências Contábeis – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

⁴ Especialista em Gestão Empresarial – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

aos custos de produção. Isso se deve ao fato de o preço de venda dos produtos provenientes da atividade agrícola sofrer variações impostas pelo mercado.

Para Weiss (2015) todas as propriedades rurais necessitam de um controle eficiente, que possibilite realizar adequada gestão. No entanto, na maioria das vezes, esse tipo de empreendimento é administrado somente com base no conhecimento empírico dos proprietários que não utilizam o gerenciamento de custos.

Nesse contexto, encontram-se as propriedades rurais de agricultura familiar que têm grande representatividade para a economia nacional e carência na implantação desse tipo de controle (MAZETTO *et al.*, 2012).

Geralmente, os proprietários rurais não possuem conhecimento sobre as técnicas necessárias para apurar os resultados de maneira individual de cada atividade, o que compromete a identificação da cultura mais rentável (BRAUM; MARTINI; BRAUN, 2013). Além disso, os agricultores familiares enfrentam outras dificuldades como: a) a burocracia da legislação vigente para o registro dos empreendimentos e dos produtos agroindustriais; b) dificuldade de gerenciar o empreendimento; c) a contribuição previdenciária; d) as altas taxas de legalização; e) os altos valores dos tributos (ESTEVAM; LANZARINI; SALVARO, 2016).

Se por um lado as propriedades rurais encontram dificuldades com a gestão de custos, por outro elas possuem representatividade socioeconômica significativa, sobretudo na região sul do Brasil (EPAGRI, 2020; RASIA, 2011). O Censo Agropecuário de 2017 mostrou que 87% dos estabelecimentos agropecuários catarinenses são de agricultores familiares, indicador que apresentou aumento de 2% comparado ao Censo de 2006 (IBGE, 2019). Também é importante salientar que em 2017, no Estado de Santa Catarina (SC), o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) totalizou em R\$20,48 bilhões, sendo que 50,7% corresponde a agricultura familiar, com o total 183 mil propriedades rurais (EPAGRI, 2019).

Diante disso, o Programa de Extensão em Gestão Contábil (PEGC), vinculado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), desenvolveu

o projeto de extensão Gestão de Custo na Agricultura Familiar, com o objetivo de oportunizar aos agricultores de pequenas propriedades rurais familiares acesso e capacitação para utilização de instrumentos de planejamento e controle de custos.

Nesse sentido, o presente capítulo relata a experiência das atividades de extensão do projeto Gestão de Custos da Agricultura Familiar durante seus dois anos de atuação. Acredita-se que o desenvolvimento coletivo – entre academia e comunidade atendida, em relação aos instrumentos que oportunizem planejamento e controle dos custos, bem como a capacitação oferecida sobre o uso desses instrumentos gerenciais – é essencial para dar autonomia aos agricultores, a fim de que possam continuar esse processo de gestão de seus empreendimentos.

Este capítulo tem abordagem qualitativa, pois possibilita descrever a complexidade do problema, compreender processos sociais, sem utilização de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 2008). Esta empreitada, de caráter descritivo, relata as atividades desenvolvidas pelos integrantes do projeto de extensão nos dois anos de execução. Foi utilizado como procedimento a observação participante, por meio dos integrantes desse projeto de extensão, aqueles que se envolveram diretamente com o planejamento e realização das atividades.

I. Projeto Gestão de Custo na Agricultura Familiar

O projeto de extensão Gestão de Custo na Agricultura Familiar iniciou suas atividades no segundo semestre de 2018, com duração de dois anos, conforme aprovação no Edital nº 101/2018 - Processo de Seleção de Projetos de Extensão da PROACAD - Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias. O projeto se enquadra na linha de extensão emprego e renda e em termos de conhecimento se encontra na área das Ciências Sociais Aplicadas.

O objetivo do projeto consistiu em oportunizar aos agricultores de pequenas propriedades rurais familiares acesso e capacitação para utilização de instrumentos de planejamento e controle

de custos. A equipe extensionista, inicialmente, era composta por cinco integrantes, três professores e dois bolsistas. A professora coordenadora tem formação em Ciências Contábeis, bem como um dos professores colaboradores. O outro professor colaborador tem formação em Engenharia de Produção. No primeiro ano de execução do projeto um dos discentes bolsistas era oriundo do Curso de Ciências Contábeis e outro do curso de Engenharia de Produção. Destaca-se que apesar de ocorrerem substituição dos estudantes bolsistas, ao longo do primeiro ano de desenvolvimento das atividades, a estrutura permaneceu a mesma. Esse fato reforça a abordagem interdisciplinar do projeto. No último semestre de execução do projeto se contou apenas com um bolsista extensionista e outro proveniente do FUMDES-SC (Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior), ambos estudantes do Curso de Ciências Contábeis.

Inicialmente, o projeto tinha como público alvo os agricultores vinculados a Cooperativa de Agricultura Familiar de Forquilha (COONAFOR) e demais interessados da comunidade acadêmica. No decorrer de seu desenvolvimento foram agregados os feirantes que participam da Feira da Agricultura Familiar da Prefeitura Municipal de Criciúma, os quais são associados da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Criciúma - Nosso Fruto e da Cooperativa Familiar de Produção Agrícola Nova Vida. Ademais, tem-se a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) como parceira do projeto.

1.1 Desenvolvimento do projeto no primeiro ano de atuação

As atividades iniciaram mediante reuniões internas entre os participantes do projeto, no intuito de integrar a equipe e elaborar o planejamento das ações. Todas as reuniões foram gravadas, fotografadas, registradas em atas, com lista de presença.

No primeiro semestre de execução os estudantes bolsistas receberam capacitação sobre as normas da ABNT, fichamento, diário de campo e plataformas Lattes e Supupira. Assim, iniciaram

o levantamento bibliográfico visando construir conhecimento sobre aspectos da agricultura familiar.

No mês de setembro foi realizada uma ação de extensão para atender uma demanda pontual sobre aspectos legais da profissão de artesão. O encontro ocorreu no Centro de Treinamento da Epagri, no município de Araranguá-SC, tendo como público alvo os artesãos de São João do Sul, no qual foram abordados temas como cooperativismo, economia solidária e aposentadoria. A atividade ocorreu em parceria com o Paes (Programa de Ações em Economia Solidária) da UNESC.

No início de 2019, segundo semestre de execução do projeto, manteve-se a metodologia de reuniões periódicas entre os integrantes do projeto. Para oportunizar a interação dos extensionistas na comunidade, tentou-se organizar fóruns com a entidade parceira COONAFOR, com o objetivo de identificar as demandas e discutir os encaminhamentos sobre as atividades do projeto. No entanto, não se obteve sucesso, devido à indisponibilidade de tempo dos dirigentes da Cooperativa.

Dessa forma, os professores do projeto decidiram contatar a Gerência de Agricultura e Agronegócio da Prefeitura Municipal de Criciúma, que, por meio de sua representante, colocou-se à disposição para participar de uma reunião, tendo em vista que o Município havia iniciado a realização da Feira da Agricultura Familiar. O evento é organizado pela Gerência de Agricultura e Agronegócio em parceria com a Epagri e ocorre mensalmente no Paço Municipal, com o objetivo de divulgar a importância da agricultura municipal e a existência do trabalho dos agricultores.

A primeira reunião ocorreu em abril de 2019 e teve a participação da equipe extensionista, da gerente da Agricultura e Agronegócio de Criciúma, do responsável pela vigilância sanitária do município e do engenheiro agrônomo da Epagri. Nessa ocasião, firmou-se parceria para atuação junto aos participantes da Feira da Agricultura Familiar.

A partir disso os extensionistas começaram a realizar a interação com a comunidade, a qual possibilitou perceber as dificuldades que os agricultores enfrentam, principalmente, relacionadas ao controle da entrada e saída de recursos financeiros de seus

empreendimentos, uma vez que eles dedicam mais tempo para a produção do que para a gestão do negócio.

Em maio de 2019 foi aplicado um questionário para identificar o perfil do produtor rural e as demandas dos agricultores, no intuito de coletar informações para subsidiar o planejamento das ações do projeto, como por exemplo, características dos empreendimentos familiares, descrição dos produtos produzidos e comercializados na Feira e as demandas e carências em termos de gestão destes agricultores. Constatou-se que são comercializados diversos produtos, como: frutas, verduras, legumes, pães, bolos, queijos, embutidos, flores, geleias e outros. Percebeu-se que 4 feirantes não são associados a nenhuma cooperativa e que a maioria (6 agricultores) pertence ao município de Criciúma-SC. As demais famílias, pertencentes aos municípios de Forquilha, Maracajá e Nova Veneza, foram convidadas a participar da Feira de Agricultura Familiar de Criciúma.

Foi evidenciado, ainda, que a maioria dos agricultores não sabe descrever como é realizada a formação de preços de venda dos seus produtos. Além disso, eles não realizam controle e planejamento em relação aos produtos comercializados. Também, foram identificadas outras necessidades por parte dos agricultores, como informações sobre o e-Social, questões burocráticas para a emissão de notas fiscais, regulamentações para a comercialização dos produtos, questões pertinentes à vigilância sanitária e legislações dos produtos fabricados a base de aves, suínos e derivados do leite. Esses resultados corroboram como o entendimento de Martin *et al.* (1994), Mazetto *et al.* (2012), Weiss (2015) e Braum, Martini e Braun (2013) que afirmam que há carência no gerenciamento das propriedades rurais.

Ao final do primeiro ano de execução do projeto foi realizada reunião para avaliação e planejamento das futuras ações, que ocorreu na segunda quinzena de julho de 2019. Participaram da reunião representando as entidades parceiras, o responsável pela vigilância sanitária e o engenheiro agrônomo do município de Criciúma, e o engenheiro agrônomo da Epagri. Ficou estabelecido o desdobramento do projeto e a continuação das intervenções mensais com a comunidade, participando da Feira da Agricultura

Familiar de Criciúma; o agendamento de reuniões com representantes das Cooperativas Nosso Fruto e Nova Vida, no intuito de colaborar com a gestão dessas organizações; e a oferta de oficinas de capacitação aos feirantes para planejamento e controle de custos e formação do preço de venda.

I.2 Desenvolvimento do projeto no segundo ano de atuação

No intuito de colaborar com a gestão desses empreendimentos foi ofertada, no segundo semestre de 2019, capacitação sobre Técnicas de Vendas e Negociação, uma das principais demandas apontadas pelos feirantes. O curso foi realizado na Universidade, oportunizando a comunidade externa conhecer o *campus* universitário, e focou algumas técnicas relacionadas à **postura, atendimento, negociação e vendas para os agricultores**. Na ocasião, houve a participação de 21 pessoas.

Outra solicitação dos feirantes foi a realização de uma pesquisa para identificar o perfil dos consumidores e outros aspectos no intuito de aprimorar, ampliar e consolidar a Feira. A pesquisa foi realizada pelos estudantes extensionistas, *in loco* no Paço Municipal, e contemplou 55 consumidores. Os resultados da pesquisa trouxeram alguns subsídios aos feirantes com vistas a melhorar o atendimento aos consumidores.

De acordo com entrevista para mídia local a gerente de Agricultura e Agronegócio do município de Criciúma relatou:

Essa pesquisa realmente mostrou que a feira está consolidada e vai crescer cada vez mais. Existe um público externo, e a divulgação pelas mídias ajudou muito a aproximar esse público. A feira da Agricultura Familiar tem um relacionamento com o consumidor, as pessoas chegam para comprar e buscam saber como é feito o produto e de onde vem.

No início de 2020, durante reunião com os participantes da Feira, foram identificadas como demandas dos agricultores para

o último semestre de execução do projeto capacitações sobre Gestão de Custos e Gestão de Fluxo de Caixa. As oficinas estavam programadas para ocorrerem em maio e junho desse ano, porém, em função da suspensão das atividades consideradas não essenciais devido a COVID-19 as capacitações também foram suspensas.

Dessa forma, surgiu a possibilidade de realizar esses eventos de maneira remota, por meio recursos tecnológicos. Assim, no dia 06 de maio foi realizada a palestra (online) “Gestão de Custos na Agricultura Familiar”, com uso da plataforma *Google Meet*, e contou com participação de aproximadamente 40 pessoas. A palestra abordou os principais motivos pelos quais os agricultores precisam gerenciar custos e contemplou formas de identificar, registrar e calcular os custos na produção agrícola e na fabricação de produtos artesanais, como bolachas, cucas, pães e outros. Por fim, foi apresentada a cartilha orientativa “Custo Social”, elaborada pela equipe PEGC⁵.

A palestra foi avaliada de modo positivo para a construção de conhecimentos, sobretudo, nesse momento em que os agricultores também enfrentam os reflexos não só da crise sanitária, mas também da crise econômica; ainda, apontou novas oportunidades para realização de atividades extensionistas, quer seja de maneira presencial ou remota.

Devido a COVID-19, a Feira da Agricultura Familiar de Criciúma não pode mais ser realizada presencialmente. Assim os agricultores implantaram o sistema *delivery*. Com isso, a Gerência de Agricultura e Agronegócio do município de Criciúma solicitou a equipe do projeto a realização de pesquisa para verificar a opinião dos consumidores sobre o sistema *delivery* com o objetivo de melhorar os serviços. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário desenvolvido pelo *Google Forms*, disponibilizado por *link* postado na página do *Instagram* da Agricultura Familiar, também enviado por aplicativo de mensagens (*Whats App*), no período de 05 a 10.06.2020. Esse questionário foi composto de 12 questões fechadas e 2 abertas.

⁵ Disponível no link: <http://www.unesc.net/portal/resources/files/46/E-book%20cartilha.pdf>.

Obteve-se 53 respostas nas questões fechadas, apontando que: o valor mínimo do pedido de R\$ 40,00 era bom (49%); 45,3% dos respondentes assinalaram ótimo para o sistema de pedidos e 39,6%, bom; para a quantidade de produtos oferecidos, 66% marcaram a opção bom; sobre a qualidade dos produtos, 69,8% assinalaram a opção ótimo e 30,2%, bom; quanto à qualidade das embalagens, 54,9% acharam ótimo e 45,1%, a opção bom; 72,5% apontaram como bom o preço dos produtos; quanto ao atendimento dos feirantes, 66% assinalaram ótimo; referente ao horário para entrega, 45,3% afirmaram bom; 50,9% marcaram a opção ótimo e 45,3% bom para os cuidados com higiene, segundo as recomendações da Organização Mundial da Saúde; por fim, 96,2% dos consumidores gostariam da continuação do sistema *delivery*, mesmo com a volta do atendimento presencial.

Nas respostas abertas, 46 (87%) dos consumidores elencaram 145 itens adquiridos na Feira pelo sistema *delivery*. No geral, os itens mais citados foram: a) frutas e verduras – 26 apontamentos (17%); b) bolachas/Biscoitos – 14 apontamentos (10%); c) paes – 9 apontamentos (6%); d) salame – 8 apontamentos (6%); e) banana – 8 apontamentos (6%).

Foram obtidas 44 respostas descritivas em relação a sugestões de melhorias, que representou 83% dos respondentes e foram classificadas em:

- Elogios – 12 apontamentos, que de maneira geral parabenizaram pela iniciativa e solicitaram a manutenção do sistema *delivery*;
- Sugestões – 40 observações relacionadas principalmente a oferta de mais variedades de produtos (18 apontamentos), uso de menor quantidade de plásticos nas embalagens (6 apontamentos), entrega em outros dias da semana (4 citações), oferta de produtos orgânicos (3 citações), possibilidade de comprar quantidade menor (500 gramas), entre outros.
- Reclamações – 12 apontamentos sobre diminuição do valor mínimo de compra (3 pessoas), não consta o peso do produto na embalagem (2 pessoas), qualidade dos produtos

(2 pessoas) e outros.

Com base nos resultados algumas sugestões de melhorias apontadas pelos consumidores foram implantadas pelos feirantes, como oferta de maior variedade de produtos hortifrúti e aumento nos dias de entrega.

2. Relato dos estudantes extensionistas

Ao integrarem o projeto, os estudantes extensionistas tiveram a oportunidade de participar de reuniões que trouxeram à discussão a carência dos agricultores familiares sobre a gestão de custos nas propriedades rurais. Artigos, capítulos de livros e trabalhos de conclusão de curso (TCC) sobre a temática também contribuíram para esta reflexão.

Foi possível perceber – particularmente com base no diálogo com a comunidade, oportunizada na Feira da Agricultura Familiar de Criciúma – que as tarefas cotidianas dos agricultores familiares não são fáceis e demandam muito tempo. De modo geral, eles utilizam o tempo, quase que totalmente, para o desenvolvimento das tarefas operacionais, não apresentando disponibilidade para a gestão da propriedade.

Além disso, no primeiro contato com a comunidade – por meio da aplicação do questionário –, notou-se que os agricultores apresentaram receio em expor seus dados à equipe extensionista. Esse fato, de certa forma, prejudicou a execução do projeto, que necessitou de dados sobre a produção e venda, informações essas necessárias para o devido auxílio aos agricultores quanto à gestão de suas propriedades.

Considerações finais

O presente capítulo buscou relatar a experiência das atividades de extensão do projeto Gestão de Custos da Agricultura Familiar durante seus dois anos de atuação. O primeiro semestre de execução foi norteado pela integração da equipe, planejamento das ações, com a capacitação dos estudantes bolsistas para elaboração de pesquisas bibliográficas, visando melhor compreensão

sobre o assunto.

No segundo semestre, prosseguiu-se com a intervenção na comunidade, evidenciado a mudança do público alvo em razão das dificuldades de contatar a COONAFOR. Passou-se, assim, a desenvolver o projeto junto aos feirantes da Feira da Agricultura Familiar da Prefeitura Municipal de Criciúma - SC.

Em balanço, constatou-se que no primeiro ano do projeto foi possível efetuar uma intervenção na comunidade, com o intuito de conhecer o perfil dos produtores rurais, perceber a carência que estes apresentavam em relação à gestão de seus empreendimentos, verificar suas demandas e adequar o planejamento das atividades.

No segundo ano, oportunizou-se: capacitações sobre técnicas de vendas e negociação, uma das demandas apontadas pelos feirantes; palestras sobre gestão de custos na agricultura familiar; fornecimento de informações para subsidiar o processo de decisão relacionado ao perfil do consumidor e sobre a opinião deste em relação ao sistema *delivery* da Feira.

Com o desenvolvimento das atividades desse projeto de extensão foi possível constatar que a extensão universitária nem sempre segue o planejamento inicial delineado, pois a medida que se realiza a intervenção na comunidade, com a finalidade de identificar suas demandas, se faz necessário revisitar os objetivos iniciais e repensar novas estratégias de atuação no intuito de atender as demandas apontadas.

O projeto de extensão Gestão de Custo na Agricultura Familiar, tinha inicialmente o objetivo de oportunizar aos agricultores de pequenas propriedades rurais familiares acesso e capacitação para utilização de instrumentos de planejamento e controle de custos, ao longo de sua execução abarcou outras atividades. No entanto, o fato dos agricultores que constituíram o público alvo desse projeto apresentarem carência de conhecimentos de outras áreas, como a área de vendas, terem a necessidade de conhecer o perfil do consumidor da Feira e, até mesmo, o distanciamento social ocasionado pela COVID-19, refletiu positivamente no processo de aprendizado dos estudantes extensionista. Para estes, além da oportunidade de colocar em

prática os conhecimentos teóricos referentes aos seus cursos de graduação, esses fatores possibilitaram o desenvolvimento de diversas competências como: enfrentar cenários que exigem mudanças; resiliência; proatividade; capacidade de realizar síntese e análise de dados transformando-os em informações, entre outras.

Quando à comunidade atendida pelo projeto acredita-se que foi despertando interesse pela gestão de seus negócios, sobretudo, pela importância destacada na identificação, registro, análise e controle dos custos de suas atividades, apesar dos agricultores terem sinalizado inicialmente que dispõem de pouco tempo para isto. A aproximação da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio da parceria firmada entre a Universidade, Gerência de Agricultura e Agronegócio do Município e Epagri, também trouxe contribuições para o fortalecimento da agricultura familiar de Criciúma e região.

Referências

BRAUM, L. M. dos S.; MARTINI, O. J.; BRAUN, R. S.. Gerenciamento de custos nas propriedades rurais: uma pesquisa sobre o uso dos conceitos da contabilidade de custos pelos produtores. *XX Congresso Brasileiro de Custos*, Uberlândia, 2013. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/35/35>> Acesso em :29 abr. 2018.

EPAGRI. *Agricultura familiar responde por metade do faturamento da agropecuária catarinense*, 2019. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2019/11/01/agricultura-familiar-responde-por-metade-do-faturamento-da-agropecuaria-catarinense/>. Acesso em: 09 ago. 2020.

EPAGRI. *Plano Safra: Governo do Estado e setor produtivo unem esforços para incentivar acesso ao crédito rural*, 2020. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/06/30/plano-safra-governo-do-estado-e-setor-produtivo-unem-esforcos-para-incentivar-acesso-ao-credi->

to-rural/. Acesso em: 05 ago. 2020.

ESTEVAM, D. de O.; LANZARINI, J. J. S.; SALVARO, G. I. J.. O custo operacional das cooperativas descentralizadas da Região Sul de Santa Catarina. *Revista de contabilidade do Mestrado em Ciências contábeis da UERJ*, v. 20, n. 1, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/labcp/Downloads/2864-6609-2-PB.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário 2006: agricultura familiar - primeiros resultados*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 25 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário, 2017*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/24/76693?ano=2017>. Acesso em: 09 ago. 2020.

MARTIN, Nelson B. *et al.* Custos: sistema de custo de produção agrícola. *Informações Econômicas*, v. 24, n. 9, p. 97-122, 1994.

RASIA, K.A.. *Práticas de gestão estratégica de custos adotadas por empresas de segmentos do agronegócio*. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

RICHARDSON, R. J. *et al.* Métodos quantitativos e qualitativos: Métodos qualitativos. In: RICHARDSON, R.J. *et al.* *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

SANTOS, M. A. d.. *Contabilidade de custos* - Salvador: UFBA. 2018.

WEISS, C.. Mensuração de custos e rentabilidade implícita das propriedades tabaqueiras do sul do Brasil. *Custos e @*

gronegocio on line, v. 11, n. 3 – Jul./Set., 2015. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero3v11/14%20tabaqueira.pdf>> Acesso em: 28 abr. 2018.

Fonte financiadora:

Edital nº 101/2018 - Processo de Seleção de Projetos de Extensão da PROACAD - Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias.

Indicadores para a avaliação da Extensão: a experiência extensionista do UNISAL

Antonio Wardison C. Silva¹

Fátima Medeiros²

Sérgio A. Baldin Júnior³

Introdução

O *Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Pre-sencial e a Distância, Recredenciamento, Transformação da Organização Acadêmica* (SINAES, 2017) tem proporcionado e, ao mesmo tempo desafiado, a reorganização das Instituições de Ensino Superior (IES), com o pretendido desenvolvimento dialógico entre as ações do Ensino, da Pesquisa e da Extensão; com isso, oportunizado, qualitativamente, a eficácia e impacto de tais ações na vida interior das IES, particularmente na formação dos estudantes, e da comunidade externa.

Não contrário, é o que acentua a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, que as universidades, asseguradas de sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, devem obedecer ao princípio de *indisso-*

¹ Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Pró-reitor de Extensão, Ação Comunitária e Pastoral do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Professor, na mesma instituição, de cursos de Pós-graduação.

² Especialista em Gestão Universitária pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).

³ Salesiano padre, Coordenador da Missão Institucional (CMI); Coordenador do Curso de Filosofia; Professor de Lógica, Filosofia Moral, Filosofia da Linguagem, Estética e Antropologia Teológica do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, UNISAL; Professor de Acompanhamento Espiritual na Pós-graduação do UNISAL – *Campus* Pio XI; Mestre em Filosofia com ênfase em ciências históricas e antropológicas pela Università Pontificia Salesiana de Roma; Pós-Graduado em Counseling pelo IATES – Curitiba.

ciabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. E, ainda, em seu artigo 206, inciso VII, que o ensino deverá ser ministrado com base no princípio da *garantia de padrão de qualidade* (BRASIL, 1988). Nessa perspectiva, considera as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394 de 1996: “as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano...” (artigo 52); que a educação superior tem por finalidade “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação” (artigo 43, IV) (LDB, 1996).

Assim, foi instituído, em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação Superior (SINAES), com o objetivo de gerir a qualidade da educação nos cursos de graduação e Instituições de Ensino Superior. As instituições, com base nessa legislação, devem não somente solicitar ao Ministério da Educação o seu credenciamento, como também o seu recredenciamento, ainda, a transformação de organização acadêmica ou de faculdade para centro universitário e universidade, operações estas desenvolvidas por meio de um fluxo processual, composto de diversas etapas (SINAES, 2017).

Deve-se acentuar que o processo de recredenciamento e de transformação da organização acadêmica abrange todas as Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, das modalidades presencial ou a distância. O presente Instrumento aqui em questão – *de Avaliação Institucional Externa* – tem a responsabilidade de avaliar as instituições, de acordo com as dez dimensões do SINAES, divididas em cinco eixos, no Instrumento. E tais são as dez dimensões: 1) a missão e o plano de desenvolvimento institucional (PDI); 2) a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; 3) a responsabilidade social da instituição; 4) a comunicação com a sociedade; 5) as políticas de pessoal; 6) a organização e gestão da instituição; 7) a infraestrutura física; 8) o planejamento e a avaliação; 9) as políticas de atendimento aos estudantes; e 10) a sustentabilidade financeira. O resultado de tal avaliação, do conceito obtido pela IES, será componente

fundamental para avaliação e deliberação pelo MEC do ato autorizativo (SINAES, 2017).

O nosso propósito, neste ensaio, é apontar indicadores – do Instrumento em questão – que, direta ou indiretamente, referem-se à esfera da extensão e que, por isso, deverão ser observados com atenção por toda IES. A preocupação deve-se não pelo fato de tais indicadores avaliarem a esfera da extensão, o que é notório, mas, fundamentalmente, por sinalizarem a harmonia que extensão deverá manter com o Ensino e a Pesquisa, bem como com a gestão universitária, em seus diversos setores.

I.A concepção extensionista do UNISAL

Antes, porém, de apresentarmos os possíveis Indicadores para a Extensão e ações a eles correspondentes, buscaremos expor, brevemente, a concepção extensionista do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL, que não somente norteia suas ações, mas dá vida e sentido àquilo que é proposto e realizado, em sintonia com o Ensino e a Pesquisa.

Para entendermos melhor esta experiência, se faz necessário conhecer os objetivos e identidade das Instituições Salesianas de Educação Superior (IUS), aqui apresentados em uma breve síntese: *têm o compromisso de contribuir para a formação integral de cidadãos, por meio da produção e difusão do conhecimento e da cultura e pelas experiências de ação social em um contexto de pluralidade*. Constituem-se como (a) instituições de inspiração cristã, natureza católica e identidade salesiana em sintonia com a Igreja e com a Congregação Salesiana; (b) promotoras da dignidade da pessoa humana, dos seus direitos fundamentais, bem como do respeito mútuo, da justiça, da liberdade, da tolerância, da solidariedade e da inclusão; c) e do direito ao conhecimento, à pesquisa e à cultura, orientados para a manutenção da vida, para o desenvolvimento da sociedade e para a cultura de paz (IUS, 2004).

Nesse sentido, as ações de Extensão em uma Instituição Salesiana devem se pautar pela formação humana, religiosa e cidadã, com geração de atividades, projetos e programas destinados a

discutir, refletir e criar caminhos alternativos para os problemas que se apresentam nas comunidades do seu entorno (*campi*).

O UNISAL, de acordo com a sua *Política de Extensão* – e em sintonia com as políticas das Instituições Salesianas de Educação Superior – considera que a Extensão, em seus diversos programas e modalidades, é instância fundamental para a construção e difusão do conhecimento; “compreende-se como ação aberta à comunidade externa, aprendizado de gestão coletiva acerca da prática social e agente de transformação entre a universidade e a sociedade” (UNISAL, 2017, p. 3). Esses elementos fundamentam toda a sua ação extensionista, articulando-a com as demais esferas e setores da universidade.

Prossegue a *Política* que a Extensão, por um lado, possibilita a formação continuada do aluno, com o desenvolvimento de habilidades, competências e técnicas, bem como proporciona a ele o protagonismo e a formação cidadã, de real inserção e comprometimento social. Por outro lado, oferece à comunidade externa sua expertise e saber acumulado, com ações e projetos de interesse de todos; acredita que a sociedade, em contrapartida, alimenta a comunidade acadêmica com suas práticas, saberes, anseios e desafios. Essa dialogicidade, entre a universidade e a comunidade, caracteriza, assim, a finalidade da Extensão do UNISAL: *propor e obter conhecimentos da sociedade* (UNISAL, 2017, p. 3). Com base nesta finalidade, considera-se então extensão universitária:

Cursos de formação (presenciais e a distância), eventos (de naturezas diversas), programas, projetos, capacitação e qualificação de pessoal, prestação de serviços, elaboração, monitoramento e administração de projetos sociais em estreita ligação com a comunidade, englobados pelos eixos Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Multidisciplinar [...] Criação

e publicação de produtos acadêmicos, com fins de divulgação cultural, científica ou tecnológica; na mesma medida, atividades complementares, de aprofundamento e materialização de conteúdos assimilados em sala de aula. (UNISAL, 2017, p. 3).

Todas essas ações demonstram a amplitude e eficácia da extensão para a formação de toda a comunidade educativa, como também da comunidade externa. Demonstram, ainda, a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão,⁴ com ações que, de maneira inter, multi e transdisciplinar, perpassam os vários seguimentos e setores da instituição. Demonstram, enfim, o compromisso do UNISAL com a sociedade.

E o conjunto dessas ações, para o maior alcance e bem social, não seria possível sem a parceria com instituições governamentais e particulares, de valores e perspectivas consoantes com aqueles do UNISAL, como também com a contribuição de voluntários, da comunidade educativa e de agentes externos. Portanto, a Extensão, indissociável ao Ensino e à Pesquisa, “concebe-se como instância de interlocução entre a Instituição e a comunidade, numa perspectiva de mútua transformação, espaço de democratização e retroalimentação do conhecimento; parte do fazer acadêmico; lugar de exercício da cidadania” (UNISAL, 2017, p. 4).

E, de fato, como sustenta a Lei n. 9.394 de 1996, em seu artigo 43, VII, deve a educação superior “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (LDB, 1996). A extensão tem o compromisso de formar o cidadão e, com isso, possibilitar, por seus meios, uma possível transformação social; ela é a esfera da aplicação e alimentação do saber.

⁴ No Brasil e em outros países da América Latina, esta indissociabilidade foi impulsionada ao menos por duas razões: pela tentativa de superação da fragmentação do conhecimento e da formação, com a necessidade de as instituições tornarem-se mais comprometidas com as questões sociais; e com a necessidade de vincular o conhecer com o viver (DALMOLIN *et al*, 2019).

2. Instrumento de Avaliação Institucional Externa

Conhecida a concepção extensionista do UNISAL – à luz das Instituições Salesianas de Educação Superior –, promotora e fortificadora de todas as suas ações voltadas para a formação cidadã do aluno e de agentes externos e para a transformação social da comunidade, busca-se, agora, de acordo com o *Instrumento de Avaliação Institucional Externa*, apresentar suas ações, tendo em vista os indicadores para a avaliação da extensão.

Para cada indicador – em partes ou em sua totalidade –, que aqui iremos considerar como extensionista, apresentaremos, portanto, uma síntese de nossas ações, como ilustração e partilha do que acreditamos e fazemos. Todos os indicadores serão aqui apresentados em referência ao seu conceito máximo, 5 (cinco), sempre destacando, exclusivamente, o que compete à extensão universitária, respeitados os procedimentos e organização de cada IES, bem como sua interpretação quanto aos indicadores que serão apontados.

a) *PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural* (2.3): o indicador sublinha o alinhamento entre o PDI e o desenvolvimento artístico e cultural, com ações acadêmicas voltadas para esta dimensão, particularmente quanto à produção e à interpretação do conhecimento, com a possibilidade de linhas de pesquisa e da execução de trabalhos transversais aos cursos ofertados; assim como a criação de mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade. No UNISAL, criamos, com aprovação em CONSU, a “Política para Desenvolvimento Artístico e Cultural”, com as diretrizes, objetivos e procedimentos a serem implementados em referência a este indicador. Nesse horizonte, desenvolvemos as seguintes ações: mostra de cinema; cursos livres; eventos; projetos sociais; teatro; biblioteca cultural; núcleos de estudos; linha de pesquisa artístico-cultural; festival artístico-cultural; esporte, com campeonatos; intervalo musical; rádio. As publicações de

tais ações ocorrem, regularmente, no site da instituição e mídias sociais. O Indicador 3.4, em estreita ligação com este, e além deste, estabelece o fomento de bolsas com recursos próprios ou externos, com práticas reconhecidamente exitosas e inovadoras. O UNISAL, nesse sentido, garante esta linha de pesquisa – artístico e cultural – em seus programas de iniciação científica, que entendemos ser de caráter inovador, por garantir um projeto interdisciplinar, por alunos de diferentes cursos de graduação e de largo alcance e impacto social.

b) *PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial (2.4)*: o indicador sublinha o alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais de educação ambiental, étnico-racial e de direitos humanos, com ações voltadas para estas temáticas, particularmente com ações afirmativas de notável impacto social, de tal modo que se desenvolvam, de forma transversal, nos cursos ofertados, possibilitando o desenvolvimento de competência dos egressos e mecanismos de transmissão dos resultados à comunidade. No UNISAL, a esse respeito, implantamos três núcleos institucionais: de Educação Ambiental, das Relações Étnico-raciais e de Direitos Humanos, responsáveis por pensar, implantar, acompanhar e avaliar ações destas dimensões. Foram efetivadas as seguintes ações: projetos sociais; publicações de livros e artigos científicos, bem como fomento à participação de alunos e professores em eventos acadêmicos, com apresentação de trabalhos; cartilhas (étnico-racial e artístico cultural; protocolo de proteção de crianças, adolescentes e vulneráveis; inclusão social); parceria com museus; eventos acadêmicos; grupos de estudos (presencial e a distância); incorporação de tais temáticas em ementários de cursos.

c) *PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social - Para a modalidade*

EAD, considerar as especificidades da sede e dos polos (2.5): o indicador acentua o alinhamento entre o PDI e as políticas educacionais para o desenvolvimento econômico e social, ao considerar ações em prol da melhoria das condições de vidas da população, bem como ações de inclusão e empreendedorismo, em profunda conexão com os objetivos da IES, e com o reconhecimento de ações exitosas ou inovadoras. Nesse aspecto, o UNISAL institucionalizou a Política de Desenvolvimento Econômico e Social, que reforça sua vocação institucional e rege os projetos sociais voltados para esta finalidade. Aplica diversos Projetos Sociais nos entornos das suas Unidades de Ensino; anualmente, sedia a Mostra de Responsabilidade Social, uma ação que envolve alunos e professores, com projetos de grande expressão de impacto social; também, elabora o seu Relatório Social, com as políticas e ações desenvolvidas. Conta, para o desenvolvimento de algumas ações, com o Centro de Empreendedorismo e Empresa Júnior, bem como com Projetos Integradores, componentes dos Cursos de Graduação, de relevante reflexão e criação de produtos em vista da melhoria das comunidades. Há ainda, ações de assessoria a ONGs, com a finalidade de participar e, efetivamente, contribuir para o desenvolvimento social e econômico das comunidades.

d) Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão (3.5): o indicador estabelece que as ações administrativas para a extensão estejam em acordo com suas políticas, com ações voltadas para a melhoria social das comunidades, com ampla garantia de divulgação de suas ações, com prováveis recursos, programas de bolsas, para esta finalidade, demonstrando práticas exitosas ou inovadoras. O UNISAL, reconhecendo a dialogicidade entre o PDI e a Política de Extensão, com referência a todos os Projetos Pedagógicos de Curso, promove Projetos Sociais de efetivo desenvolvimento das comunidades onde seus *Campi* estão instalados; garante bolsas de fomento próprio (BEXT-Sal) para desenvolvimento de projetos extensionistas, bem como

eventos de formação crítica e propositiva, direcionados para a discussão sobre as causas e problemas sociais; também, promove inúmeros Cursos Livres, de formação continuada e técnico-profissional; promove ampla divulgação de suas ações no site institucional, como também em mídias sociais.

e) *Política institucional de acompanhamento dos egressos* (3.7): o indicador acentua que a política institucional deve garantir o acompanhamento do egresso, como também a atualização de informações sobre o seu percurso acadêmico e profissional, garantindo ações de melhorias quanto a demandas sociais e ao trabalho, e promovendo ações exitosas ou inovadoras. O UNISAL confia à Extensão – em articulação com ao Pastoral da Universidade (PdU) – a gestão deste setor. Para tal, institucionalizou a Política de Acompanhamento dos Egressos, que estabelece, entre outras ações, a criação de um plano de trabalho (ações comunitárias, eventos acadêmicos, encontros periódicos etc.), atualização do banco de dados do egresso, vinculação dos egressos com a Central de Estágios e Empregabilidade, Marketing e o Centro de Empreendedorismo de cada Unidade.

f) *Comunicação da IES com a comunidade externa* (3.9): o indicador prescreve ampla divulgação das IES, pelos seus canais de comunicação, de práticas extensionistas, como também a publicação de seus documentos relevantes, com notória transparência institucional. Seus canais de comunicação devem, ainda, garantir o acesso às informações a respeito da sua avaliação interna e externa, com instâncias específicas em suas áreas e promovendo ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras. O UNISAL, nesse sentido, trabalha transversalmente com vários departamentos de sua estrutura. Confia à Extensão, particularmente, a divulgação em massa de seus eventos; cursos livres; projetos sociais; grupos de estudos; trabalhos de produção acadêmica de caráter extensionista e, anualmente, um relatório social, já citado.

g) *Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-*

graduação) – 3.12: o indicador prescreve que as políticas institucionais garantam apoio financeiro ou de estímulo para a organização e participação de eventos na própria IES, bem como em outras instituições, em nível local, nacional e internacional; prescreve, ainda, a apoio à produção acadêmica discente e sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais. O UNISAL garante tal perspectiva em sua Política de Extensão, como também em Regulamento próprio para apoio financeiro e de logística a alunos e professores. Conta com a publicação anual, como já relatado, de um livro de caráter extensionista sobre as políticas de Educação Ambiental, Étnico-racial e em Direitos Humanos. A este indicador, associa-se, de certa forma, o indicador 3.8 – *Política institucional para a internacionalização*, que no glossário do presente Instrumento (*de Avaliação Institucional Externa*) descreve como ações a mobilidade de docentes, estudantes e pessoal técnico administrativo, bem como a participação em eventos internacionais. O UNISAL, nesse sentido, sedia eventos internacionais e participa de diversos eventos em outras instituições, fora do país; permite, também, visitas técnicas de docentes e pessoal técnico-administrativo em outras instituições, particularmente na rede das Instituições Salesianas de Educação Superior (IUS); e promove cursos livres em línguas clássicas e modernas. Para tal, mantém acordos acadêmicos com vários IES fora do país.

h) *Política de capacitação docente e formação continuada* (4.2): o indicador estabelece a necessidade de uma política voltada para este fim, com a garantia de seu pessoal em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em ações de desenvolvimento pessoal e qualificação acadêmica, com práticas consolidadas, instituídas e de conhecimento de todos. No UNISAL, a Extensão – junto ao acadêmico e a gestão – desenvolve uma política de formação docente: institucionalizou uma Política de Formação Salesiana (no horizonte do carisma e espiritualidade salesiana, bem como da identidade das Instituições Salesianas de Educação

Superior), para todo o seu pessoal, com as seguintes ações: eventos, oficinas e cursos livres. Assim, a Extensão contribuiu com a capacitação docente e a formação continuada.

Para o UNISAL, portanto, tais indicadores evidenciam e organizam a Extensão em profundo diálogo com o Ensino e a Pesquisa; também, apontam os critérios para a avaliação da Extensão, com base no *Instrumento de Avaliação Institucional Externa*.

3.As Diretrizes para a Extensão

Compete-nos, agora, tecer alguns comentários sobre as *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira*, Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018 que, sem dúvida, potencializa a concepção universitária preconizada no *Instrumento de Avaliação Institucional Externa*, consolidando os princípios, os fundamentos e os procedimentos a serem observados em todas as Instituições de Ensino Superior do país. Tais *Diretrizes* regulamentam as atividades acadêmicas da extensão dos cursos de graduação, como componentes curriculares a serem observados na formação do aluno, consideradas, as *Diretrizes* em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com os Projetos Políticos Institucionais (PPIs) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e demais documentos institucionais (MEC, 2018, artigos 1 e 2).

Quanto *da Concepção, das Diretrizes e dos Princípios* inova o documento que a Extensão deverá integrar-se à matriz curricular dos cursos de graduação (Ensino) e à organização da Pesquisa que, de maneira interdisciplinar, deve promover uma interação transformadora entre a universidade e a sociedade. E, ainda mais enfático, regula que os cursos de graduação deverão contabilizar, em sua matriz curricular (da carga horária total), 10% de atividades dedicadas à Extensão (MEC, 2018, artigos 3 e 4). Tais medidas, até aqui explicitadas, exigem uma reorganização da Extensão em relação aos cursos de graduação e, com isso, o registro e acompanhamento sistemático das ações extensionis-

tas na formação acadêmica do aluno.

Com base nas *Diretrizes*, então, deverá a IES adaptar suas ações de forma a compor a matriz curricular dos cursos de graduação. Não obstante, esta reorganização poderá facilitar-se – e aqui queremos apenas sugerir um caminho – uma vez que a IES eleja projetos institucionais “guarda-chuvas” nos quais os cursos de graduação poderão se alimentar. O UNISAL, nessa perspectiva, acredita que os Projetos Integradores e o Projeto de Vida, intrinsecamente articulados – conservada a concepção originária da Extensão, de interação com a comunidade –, poderão nutrir todos os cursos de graduação de forma a, junto com outras ações particulares de cada curso de graduação, cumprir o ato regulatório de 10%. E, para que este processo de curricularização seja, de fato, legítimo e satisfatório para a universidade e para a sociedade, deve-se entender que:

A curricularização é a compreensão do currículo como um fenômeno que não pode ser distanciado das demandas da realidade, por isso deve transversalizar os currículos, com a singularidade de cada curso e de cada contexto histórico-social, buscando metodologias mais criativas e dinâmicas que resultem, especialmente, em *salas de aulas* abertas e atrativas para os estudantes. (DALMOLIN *et al.*, 2019, p. 76)

Merece destaque o artigo 5º, que apresenta a estruturação da concepção e da prática das diretrizes da extensão: a interação dialógica da universidade com a sociedade; a formação cidadã dos estudantes; a mútua transformação entre a universidade e a sociedade; a articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Ainda, potencializam a concepção e a prática das diretrizes da extensão (artigo 6º): a formação integral dos alunos; o diálogo transformador da instituição com os demais setores da sociedade; o compromisso social da instituição; a reflexão ética referida à dimensão social do Ensino e da Pesquisa; o enfrentamento às questões da sociedade brasileira; a construção de conhecimentos

para o desenvolvimento social.

O centro deste documento, onde todas as ações extensionistas se identificam, parece constar no artigo 7º, que caracteriza como extensão “as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante”. O documento, então, deixa claro que só é possível considerar extensão no âmbito do diálogo da IES, interação, com a comunidade externa, onde poderá o aluno, como a própria instituição, desenvolver o senso de cidadania, de compromisso social, quer dizer: deve a universidade ir além dos seus muros e estabelecer uma íntima relação com a comunidade exterior. Esta deve ser a condição real para a formação extensionista (cidadã) do aluno (MIRANDA; WESCHENFELDER, 2018).

O artigo 8º sanciona as atividades extensionistas de acordo com as seguintes modalidades: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços. Tais modalidades estão em sintonia com o *Instrumento de Avaliação Institucional Externa* e, por isso, abarcam a caracterização da extensão. Todavia, cabe aqui uma atenção, conforme o que está estabelecido no parágrafo 9º: as ações extensionistas para os cursos de graduação na modalidade EAD deverão realizar-se presencialmente, nas regiões de instalação dos polos. Esta sanção exigirá das IES considerável organização da Extensão, com acompanhamento sistemático de suas ações. Parece que aqui a proposta dos projetos “guarda-chuvas”, vinculados ao Projeto Integrador e ao Projeto de Vida, em sintonia com as especificações de cada curso de graduação, na modalidade EAD, oferecem uma possível alternativa de cumprimento deste ato regulatório, como já explicitados para os cursos presenciais.

Nos artigos posteriores, merecem destaque alguns elementos que são de suma importância para Extensão nesta nova reorganização: a contínua autoavaliação crítica da extensão, que deverá se caracterizar pela sua articulação com o Ensino e com a Pesquisa, pela formação do estudante e qualificação do docente, pela relação da IES com a sociedade, pela participação dos parceiros e por outras medidas acadêmicas institucionais (artigo

10). Este ordenamento, sem dúvida, vem qualificar a própria concepção e estruturação da Extensão, com a possibilidade de, continuamente, avaliar e reestruturar ou, até mesmo, ressignificar suas práticas e comprometimento com a sociedade.

Merece atenção o artigo 12, segundo o qual estabelece que a avaliação externa *in loco* institucional e de cursos, de competência do INEP, deve considerar para autorização, reconhecimento e renovação de cursos, como também o credenciamento e reconhecimento das IES o exposto: a) a previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% da carga horária do curso dedicado à Extensão; b) a articulação da Extensão com o Ensino e a Pesquisa; e c) o envolvimento de docentes responsáveis pela extensão nos cursos de graduação. Tais critérios, se estabelecidos e sistematizados, não somente cumprirão a rigor este documento (*Diretrizes*), mas, em síntese, observarão todos os Indicadores – do *Instrumento de Avaliação Institucional Externa* – aqui mencionados.

Em relação ao registro dessas *Diretrizes*, no que implica o reordenamento dos documentos institucionais, devem as IES incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): a concepção de Extensão, ajustada a essas *Diretrizes* em questão; o planejamento e as atividades institucionais de Extensão; a forma de registro da Extensão; a creditação curricular da Extensão; a política de autoavaliação da Extensão; a previsão e estratégias de financiamento de atividades da Extensão (parágrafo 13). Nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPIs) de cursos de graduação deve-se, ainda, incluir o valor das atividades da Extensão (parágrafo 14).

Observamos que a *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira* parece cumprir, ao menos, dois propósitos: o primeiro, de reordenar e valorizar a experiência social, extensionista, nas IES, com a efetiva responsabilidade dos cursos de graduação, garantido a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; o segundo, de potencializar a mútua transformação entre a universidade e a sociedade, com práticas efetivas de transformação social. Com tal regulação, dá-se evidência para a extensão como componente formativo e

presente em toda a trajetória acadêmica do aluno.

Esta concepção reflete o Manifesto de Córdoba, de 1918, que reivindicava às instituições democráticas comprometimento com o alto nível acadêmico e com as questões sociais; “na ocasião, fazia referência a uma ‘terceira função’ universitária: a extensão, que, justamente com o ensino e com a investigação, estreitaria as relações entre universidade e sociedade” (DALMOLIN *et al*, 2019, p. 66).

Considerações finais

Como vimos, o *Instrumento de Avaliação Institucional Externa* e as *Diretrizes para a Extensão* não apenas apresentam indicadores para a avaliação da Extensão, quanto à sua indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa, quanto à sua curricularização, a ser implementada nas matrizes curriculares dos Cursos. Mais do que isso, tais documentos potencializam a ação extensionista e, com isso, seu papel transformador, da universidade e da comunidade externa. O UNISAL, nesse horizonte, busca constantemente adaptar-se aos marcos legais, certo de – em razão particular à sua identidade – promover reais ações de formação e prática social para toda a sua comunidade educativa e para a comunidade externa.

A Extensão surge como componente curricular formativo do aluno, imprescindível para a sua formação humana e cidadã e técnico-profissional. Se antes sua relevância e papel eram questionados, ou, de outra forma, subestimados, agora ela, a Extensão, se apresenta, em sintonia com o Ensino e a Pesquisa, como esfera integrante do currículo, materialização do conhecimento, via de acesso e troca de conhecimentos entre a universidade e a comunidade. Não há dúvida que nesta relação todos se enriquecem e a universidade cumpre plenamente seu papel: de formar excelentes profissionais, comprometidos com a sociedade, com o bem comum e com a prática da justiça.

Referências

BRASIL. *Constituição Federal, 1988*. Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>. Acesso em: 23 set. 2020.

DALMOLIN, B. M.; VIEIRA, A. J. H.; BERTOLIN, J. C. G.. Gestão e curricularização da extensão em uma universidade comunitária: do requisito acadêmico aos desafios da implementação: In: CERETTA, L. B.; VIEIRA, R. de S.. *Inserção curricular da extensão – aproximações teóricas e experiências*. Vol. VI. Criciúma: UNESC. 2019.

HENRICH, G.; GODINHO, L. R.. *A extensão universitária no protagonismo e na qualificação da formação do estudante*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo. 2018.

IUS, INSTITUIÇÕES SALESIANAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Identidade das Instituições Salesianas de Educação Superior*. São Paulo: Salesianas. 2004.

LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei Federal nº. 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 set. 2020.

MEC, Ministério da Educação. *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira*. Resolução n. 7 de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 set. 2020.

MIRANDA, V. S. de; WESCHENFELDER, M. H.. Formação universitária e protagonismo estudantil: uma experiência em extensão. In: DALMOLIN, B. M..

SINAES, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Instrumento de Avaliação Institucional Externa: presencial e a distância – recredenciamento, transformação de organização acadêmica*. Brasília, INEP/MEC, 2017.

UNISAL. *Política de Extensão*. Resolução CONSU n. 12. São Paulo, 2017.



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS

Afiliado